



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ÍCARO DE CARVALHO BISMARCK LOPES

**TRAÇO E CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS**

Salvador
2014

ÍCARO DE CARVALHO BISMARCK LOPES

**TRAÇO E CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Danniel da Silva Carvalho

Salvador
2014

Biblioteca Reitor Macedo Costa - UFBA



A
minha mãe, Marineide, pela fortaleza, pela coragem e por todo o apoio.
Danniel, simplesmente por tudo.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Marineide, pelo dom da vida, pelas palavras sábias, pela fortaleza, pela coragem e por todo apoio em casa, sem os quais não estaria concluindo esse estágio acadêmico.

Ao meu querido orientador Dannel da Silva Carvalho, pelo apoio incondicional, pelo abrigo, pela oportunidade, pela paciência e, principalmente, por ter acreditado que nossa parceria daria certo. Você foi, é e sempre será o meu maior exemplo.

De forma muito especial, à professora Maria Denilda Moura, por ter me apoiado desde o primeiro momento de minha vida acadêmica e, principalmente, por ser simplesmente quem é: essa pessoa que inspirou a mim, a muitos antes de mim, e inspirará ainda muitos outros que virão. Obrigado por ter sido minha professora, orientadora e tutora durante meus quatro anos de graduação.

À professora Maria Cristina Figueiredo, pelo apoio essencial, pelas oportunidades e pela brilhante orientação em meu estágio acadêmico.

Às professoras Célia Telles e Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*), que me receberam com tanto carinho, por suas indicações bibliográficas e pelo incentivo constante.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura com os quais tive oportunidade de aprender e trocar conhecimento, em especial, Dante Lucchesi, Alan Baxter, Edivalda Araújo e Norma Suely.

Aos professores Dorothy Brito e Carlos Felipe Pinto, por fazerem parte da banca, trazendo enormes contribuições.

À Fernanda Cerqueira, por existir.

Ao Claudionor Júnior, por ter existido.

Aos amigos especiais Kadu, Myrlla, Dionísio, Aparecida, Magno, Carolina, Kanne e Mariane, por serem simplesmente quem são, os irmãos e irmãs de sangue que eu nunca tive. Obrigado por me darem apoio sempre quando eu mais precisei, por me fazerem mais feliz e por terem suportado a distância em momentos que não pude estar ao lado de vocês.

Ao Eduardo Lincoln, pela companhia nessa cidade que não é a minha e por todas as risadas proporcionadas.

Aos amigos de mestrado ainda presentes e àqueles que, por algum motivo, deixaram de caminhar comigo, em especial, Roseli Melo, Débora Trindade, Amanda Reis, Aldacelis Lima, Cláudia de Jesus, Ramon Arend, André Moreno, Aline Moreira, Victor Mariano e Camilla Mello, obrigado pela companhia e pela troca de conhecimentos e experiências acadêmicas.

Ao Arivaldo Sacramento, ou simplesmente Ari, por ser simplesmente quem é e pela leitura e revisão imprescindíveis desta dissertação.

Aos colegas e funcionários da Pós-Graduação em Letras, Ricardo Luiz e Thiago Rodrigues, pela eficiência, profissionalismo e disponibilidade.

As minhas *roomates*, Silvana Porto, Elisiane Sateles e Anny Graycy, por respeitarem meu espaço, pelos exemplos de dedicação aos estudos e por tornarem a experiência de morar fora de casa e em outra cidade possível e mais agradável.

À CAPES e à FAPESB, pelas concessões das bolsas, sem as quais o presente estudo não seria possível.

À UFBA, por ter me acolhido.

[...] Eu sei que tem pessoas que dizem que essas coisas não acontecem, e que isso serão apenas histórias um dia. Mas agora nós estamos vivos. E nesse momento, eu juro. Nós somos infinitos [...].

Stephen Chbosky (1999, p. 223)

RESUMO

O presente estudo visa descrever um possível contínuo de variação de gênero do crioulo falado em Cabo-verde ao português falado atualmente no Brasil, tanto na zona urbana, quanto nas comunidades rurais afrodescendentes de Muquém (situada em Alagoas, mais especificamente em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil), e de Helvécia (localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia). Com essa comparação quer-se verificar semelhanças e diferenças na marcação do gênero, estabelecendo paralelos entre processos de mudança na morfossintaxe nessas comunidades que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história. Para isso, foi feito, primeiramente, uma revisão sócio-histórica das comunidades supracitadas a fim de traçar esse contínuo na marcação de gênero. Posteriormente, evidenciado esse contínuo, foi feita uma revisão teórica nos estudos linguísticos que abordaram a questão da concordância de gênero, sejam eles de cunho funcionalista, sejam formalista. Com essa etapa concluída, foi possível inferir que, apesar de existir bibliografia bastante relevante sobre o fenômeno supracitado, tais estudos ainda carecem de explicações acerca do funcionamento da marcação de gênero, uma vez que muitos ainda se atêm a meras descrições e ilustrações. Desse modo, para se chegar às explicações do comportamento da concordância, selecionam-se amostras de DP (*determiner phrase*) de dados das comunidades supracitadas e analisa-se a partir da proposta traçal de Carvalho (2011), que se encaixa na perspectiva gerativista proposta no modelo minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998). Por fim, depois de toda a análise, os resultados mostraram que um mecanismo de concordância unificado para os fenômenos que envolvem traços- ϕ é possível. Assim, a postulação de apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância tanto em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança na marcação de gênero, como as comunidades afrodescendentes de Helvécia-BA e Muquém-AL e o crioulo falado em Cabo Verde, quanto para contextos em que essa marca é explícita, como no atual português falado no Brasil.

Palavras-chave: Traço. Concordância. Gênero. Contínuo. Contato.

ABSTRACT

The present study aims to describe a possible continuous of gender variation of the Creole spoken in Cape Verde to the Portuguese currently spoken in Brazil, both in the urban and in the rural Afro-descendant communities of Muquém (located in Alagoas, more specifically in União dos Palmares, considered the birthplace of the Quilombo dos Palmares and an important moment in the history of Brazil), and Helvetia (located in municipality of Nova Viçosa, in the microregion of Porto Seguro, southern Bahia). With this comparison, the similarities and differences with genre marking will be verified, establishing parallels between processes of morphosyntax change in these communities which have undergone a broad and deep language contact in their history. To do so, firstly, a socio-historical review of the aforementioned communities was made in order to build this *continuous* of gender marking. After all, with the continuous evidenced in hand, a theoretical review was made in linguistic studies, either functional or formal, that have addressed the issue of gender agreement. Then, although there is a quite relevant literature on the aforementioned phenomenon, such studies still lack explanation about the distribution of gender marking, since the majority of them shows mere descriptions and instances. Thus, to cope with the behavior of the agreement, we selected occurrences of DP (determiner phrase) from the communities studied and analyzed them according to Carvalho (2011)'s feature proposal, in accordance with minimalist Program of the Generative Grammar approach (Chomsky 1995, 1998). Finally, the results showed that a unified mechanism of agreement for the phenomena involving ϕ -feature mismatch is possible. Thus, the postulation of single Agree operation is enough to explain agreement either in contexts which show deviation in gender marking, as in Helvécia-BA and Muquém-AL and the Cape Verdean creole, or in those which the pattern explicit, as in the current Brazilian Portuguese.

Key words: Feature. Agreement. Gender. Continuous. Contact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proporções de escravos africanos, e escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina.....	26
Figura 2: Frequência na marcação explícita da concordância de gênero presente nas comunidades de Cabo Verde, Helvécia-BA, Muquém-AL e o PB urbano falado hoje no país.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequências da aplicação da regra de concordância de gênero no SN como um todo, na comunidade de fala de Helvécia-BA.....	62
Tabela 2: Frequências da aplicação da regra de concordância de gênero no SN como um todo, na comunidade de fala de Muquém-AL.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

- [#] – *Number* (Categoria *número*)
- [ANIMATE] – Animacidade
- [CLASS] – Classe
- [FEMININE] – Feminino
- [MASCULINE] – Masculino
- [PARTICIPANT] – Participante
- [SPEAKER] – Falante
- [SPECIFIC] – Especificidade
- [π] – Pi (Categoria *pessoa*)
- A – *Adjective* (Adjetivo)
- AP – *Adjetival frase* (Grupo Adjetival)
- APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos
- C – *Complementizer* (Complementizador)
- CCV – Crioulo de Cabo Verde
- D – *Determiner* (Determinante)
- DOC – Documentarista
- DP – *Determiner phrase* (Grupo de Determinante)
- DS – *Deep Structure* (Estrutura profunda)
- EPP – *Extended Projection Principle* (Princípio de Projeção Alargado)
- F – *Feature* (Traço)
- G – *Goal* (Alvo)
- GEN – Gênero
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INF – Informante
- L1 – Primeira língua, ou língua nativa

L2 – Segunda língua
LF – *Logical Form* (Forma Lógica)
N – Nome
NP – *Noun Phrase* (Grupo Nominal)
P – *Preposition* (Preposição)
PB – Português brasileiro
PF – *Phonetic Form* (Forma Fonética)
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPB – Português Popular do Brasil
PRELIN – Programa de Estudos linguísticos
R ou RE – *Referring Expression* (Expressão Referencial)
RCG – Regra de Concordância de Gênero
SC – *Small Clause*
SN – Sintagma Nominal
SS – *Surface Structure* (Estrutura superficial)
SV – Sintagma Verbal
T – *Tense* (Tempo)
TLI – Transmissão linguística Irregular
TP – *Tense phrase* (Grupo Temporal)
V – *Verb* (Verbo)
v ou v* – *Light Verb* (Verbo Leve)
vP ou v*P – *Light Verb Phrase* (Grupo de Verbo Leve)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	AS COMUNIDADES DE FALA ANALISADAS: UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO NA MARCAÇÃO DE GÊNERO	21
2.1	A COMUNIDADE DE HELVÉCIA	23
2.1.1	Sócio-história	24
2.1.2	Caracterizações linguísticas feitas em Helvécia	28
2.1.3	Sumário	31
2.2	A COMUNIDADE DE MUQUÉM	32
2.2.1	Sócio-história	34
2.2.2	Sumário	40
2.3	A COMUNIDADE DE SALVADOR	41
2.3.1	Sócio-história	42
2.3.2	Sumário	47
2.4	A COMUNIDADE DE CABO VERDE	49
2.4.1	Sócio-história	50
2.4.2	Sumário	55
2.5	UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO	56
2.6	SUMÁRIO GERAL	66
3	GÊNERO	68
3.1	GÊNERO NO LATIM	68
3.2	GÊNERO NO PORTUGUÊS ARCAICO	70
3.3	GÊNERO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL	71
3.4	GÊNERO NO CAMPO DA LINGUÍSTICA	73
3.4.1	A variação na concordância de gênero nas variedades populares do português do Brasil	77
3.4.2	Pesquisas variacionistas sobre o fenômeno da variação na concordância de gênero	81
3.4.2.1	Lucchesi (2000)	81
3.4.2.2	Dettoni (2003)	84

3.4.2.3	Karim (2004)	86
3.4.2.4	Navarro (2005)	89
3.4.2.5	Antonino (2012)	92
3.4.2.6	Sumário	98
3.4.3	Estudos formais sobre a concordância de gênero	99
3.4.3.1	Corbett (1991)	99
3.4.3.2	Moura (2006)	101
3.4.3.3	Carvalho (2008, 2011)	104
3.5	SUMÁRIO GERAL	116
4	TRAÇO E CONCORDÂNCIA DE GÊNERO	118
4.1	O QUE É TRAÇO?	118
4.2	OS DADOS	123
4.3	A PROPOSTA DE ANÁLISE	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de constituição da realidade linguística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português em função do contato entre línguas. A simplificação da morfologia flexional observada na fala popular brasileira pode estar relacionada a possíveis processos de crioulização resultantes desse extenso e massivo contato do português com outras línguas, sobretudo, com as línguas africanas (LUCCHESI, 2000).

Apesar das divergências e motivações ideológicas distintas quanto à polêmica sobre as origens crioulas do português do Brasil, autores como Raimundo (1933), Mendonça (1933), Guy (1981) e Tarallo (1993), por exemplo, perceberam um fato crucial: durante séculos, o português foi adquirido como língua segunda por milhões de indivíduos adultos, indígenas e africanos, nas condições de aprendizado as mais precárias. Essa variedade de língua segunda foi progressivamente se convertendo em modelo para aquisição da língua materna de seus descendentes. A variedade de língua materna, assim constituída, foi transmitida por sucessivas gerações sem nenhuma interferência institucional normatizadora, já que, até meados do século passado, a imensa maioria dessa população se conservava no mais absoluto analfabetismo e imune à influência dos meios de comunicação de massa.

Considera-se o tipo de dados linguísticos a que a criança tem acesso, na aquisição de uma língua, como de fundamental importância para o tipo de gramática que será fixada por ela. Dessa forma, neste trabalho, quando se faz referência à aquisição com variação ou diversidade de dados, refere-se a um contexto em que os dados apresentados à criança (*input*) constituem-se de informações linguísticas de diferentes origens, de falantes que aprenderam a língua portuguesa como língua segunda (L2), como falantes não nativos, dados, portanto, que se caracterizam por expressarem diferentes parâmetros à criança. Ainda, assumir-se-á aquisição de língua como em Harley e Ritter (2002), que defendem que esse processo se dá a partir dos traços componentes dos itens lexicais. Assim, adotar-se essa abordagem traçal para aquisição de língua materna, que se encaixa na perspectiva gerativista proposta no modelo minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998).

Nesse processo de aquisição, as lacunas do antigo código de emergência (*pidgin*) são preenchidas através da gramaticalização, decalcadas, ou não, nas estruturas originais das línguas de substrato, de formas lexicais da língua alvo, retidas na aquisição do código de emergência, resultando num processo de reestruturação através de marcação paramétrica.

Para poder se dimensionar a forma através da qual o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, que níveis atingiu e, acima de tudo, quais as suas consequências para a formação do panorama linguístico das variedades do português brasileiro, é preciso analisar a situação das comunidades linguísticas, definidas como “grupo[s] de pessoas que interagem verbalmente e que possuem regras de usos linguísticos” (ALKMIM, 2001, p.31).

Dentre os diversos aspectos de variação no português do Brasil, talvez a concordância de gênero seja uma dos proeminentes, sendo este um fenômeno que vem sendo frequentemente analisado (LUCCHESI, 2000; KARIM, 2004; AGUILERA; NAVARRO, 2009, entre outros), uma vez que não se trata de um fenômeno comum entre as variedades do português, chegando a ser registrado, em um nível significativo de variação, apenas em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história.

Partindo de pressupostos teóricos embasados em Hudson (1980), Bickerton (1988) e Holm (1988), Lucchesi afirma que:

[...] é natural que os mecanismos sintáticos de concordância de número e gênero, bem como da concordância verbal, se percam nos processos de transmissão linguística irregular, em que as estruturas gramaticais redundantes e de sentido referencial menor ou nulo tendem a se perder, na medida em que a interação verbal fica reduzida praticamente à função comunicativa da língua. (LUCCHESI, 2000, p. 18).

No panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial como fornecedoras de dados do português brasileiro as comunidades afro-brasileiras que, até hoje, se conservam numa situação de relativo isolamento. Em sua maioria, essas comunidades se originaram em antigos quilombos ou em populações de negros escravizados que receberam doações de terra, com o colapso dos empreendimentos agroexportadores escravagistas. Este é o caso, por exemplo, da comunidade de Helvécia, localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, como ilustrado em (1) e (2) abaixo¹, e da comunidade negra de Muquém, situada em Alagoas, mais especificamente em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil, como ilustrado em (3) e (4) a seguir²:

¹ Exemplos retirados de Lucchesi (2000)

² Dados retirados de Moura (2009)

- (1) E no **radia** falava, né?
 (2) [...] opero **no perna** e tudo [...]
 (3) Aquele pessoa [...]
 (4) [...] **a última dia** dos leilões.

Assim, pretende-se realizar um estudo na busca de identificar e resgatar aspectos linguístico-culturais dessas comunidades, a fim de descrever e analisar a concordância de gênero. Posteriormente, pretende-se apontar as possíveis semelhanças e diferenças entre essa marcação de gênero na fala dessas comunidades afrodescendentes com o português urbano falado atualmente no Brasil, como ilustrados em (5) e (6)³, um português que, aparentemente, não possui variação na concordância de gênero e que, possivelmente, sofreu um processo de gramaticalização nessa marca, relacionado a um processo particular de aquisição.

- (5) [...] uns anos [...]
 (6) [...] dos outros primos [...]

Contudo, no sentido contrário a essa tendência de fortalecimento na concordância do gênero estão as variedades crioulas do português situadas no continente africano, como o crioulo de Cabo Verde, por exemplo. O intenso processo de transmissão linguística irregular que deu origem a essas línguas afetou sensivelmente a concordância de gênero, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como pode-se ver em (7) e (8)⁴:

- (7) **Kel libru grandi sta riba de menza.**

O Livro grande está em cima da mesa

- 8) **Kel kosa ke bo dam.**

A coisa que você me deu

Dessa forma, no presente trabalho, serão fundamentais os paralelos que se possam estabelecer entre processos de mudança na morfossintaxe ocorridos em uma língua crioula de base portuguesa, assim como identificar um padrão semelhante de variação e mudança na

³ Dados retirados de Lopes (2001)

⁴ Dados retirados de Baptista (2002)

morfologia flexional do gênero em Helvécia-BA e em Muquém-AL e, ainda, apontar como está essa marcação de gênero no português falado hoje no país.

Para se chegar a tal objetivo, na seção 2, apresenta-se o levantamento e caracterização da sócio-história das comunidades afrodescendentes de Muquém-AL e Helvécia-BA, assim como de Cabo Verde e da cidade de Salvador-BA, sendo esta última a primeira capital do Brasil. Através de leitura de bibliografia pertinente, foi possível dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, além se perceber quais as suas consequências, no que tange à marcação de gênero, para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo. Foi possível também, com a realização dessa primeira etapa, propor um contínuo de variação de concordância entre as comunidades supracitadas, estabelecendo semelhanças e diferenças entre a constituição sócio-histórica brasileira como a que ocorreu, no continente africano, com Cabo Verde.

Na seção 3, faz-se o levantamento e caracterização de referências bibliográficas específicas referentes à questão da marcação de gênero no português brasileiro. Através de leitura de textos pertinentes para este estudo, foi possível traçar um panorama geral de como se dá a marcação de gênero em diversas línguas naturais, confeccionando-se um panorama histórico do comportamento dessa marcação desde o latim até o português popular falado atualmente no nosso país. Para se chegar a esse panorama geral sobre gênero, foi elaborado, também, um mapeamento sobre o que é dito a respeito (i) nas gramáticas tradicionais, como em Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001); (ii) no campo da Linguística, trazendo à baila discussão de diversas pesquisas que abordaram tal questão, sejam elas de cunho funcionalista, como Lucchesi (2000), Karim (2003) e Navarro (2006), ou formalista, como Corbett (2002), Moura (2006) e Carvalho (2008; 2011). Dessa forma, com esta etapa concluída, foi possível inferir que, apesar de existir pesquisa bastante relevante sobre o fenômeno supracitado, tais estudos ainda carecem de explicações que esclareçam o funcionamento da marcação de gênero que se apoiem, efetivamente, na forma pela forma.

Assim, para se chegar a tais explicações de comportamento de tal concordância, selecionam-se, na seção 4, amostras de DP (*determiner phrase*) de dados das comunidades supracitadas e os analisa-se, a partir da proposta traçal de Carvalho (2011), que se encaixa na perspectiva gerativista proposta no modelo minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998). Pretende-se, com tal análise, demonstrar que, embora aconteça uma aparente hierarquização na marcação de gênero nas comunidades supracitadas, é possível a postulação de apenas uma operação *Agree* para concordância tanto para contextos que aparentam dessemelhança quanto

para contextos em que a marca de gênero é explícita, pois considera-se que tal hierarquização é motivada por um processo de mudança paramétrica.

Na quinta e derradeira seção desta dissertação, apresentam-se as principais considerações finais acerca do fenômeno da marcação de gênero seguindo uma proposta traçal.

2 AS COMUNIDADES DE FALA ANALISADAS: UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO NA MARCAÇÃO DE GÊNERO

No panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial as comunidades afro-brasileiras que até hoje se conservam numa situação de relativo isolamento. Em sua maioria, essas comunidades se originaram em antigos quilombos ou em populações de negros escravizados que receberam doações de terra, com o colapso dos empreendimentos agro-exportadores escravagistas. Do ponto de vista etnolinguístico, essas comunidades devem a sua importância ao fato de terem constituído o principal foco de possíveis processos de criouliização ocorridos na história linguística do país e/ou de conservação de falares africanos, como apontado por Lucchesi (2000, p.74).

Para este autor, a nativização do português entre os descendentes dos escravos africanos é determinante na história sociolinguística dessas comunidades. Os escravos vindos da África tiveram de aprender o português como língua segunda (doravante L2) em condições bastante adversas, no ambiente de trabalho forçado, seja nas lavouras ou nas minas. Já aqueles que nasciam no Brasil e, em muitos casos, eram filhos de pais falantes de línguas africanas distintas e mutuamente ininteligíveis, adquiririam o português como língua materna a partir do modelo do português falado como L2 pelos adultos. Segundo Lucchesi (2009, p.75), esse processo de nativização de um modelo defectivo de L2 teria dado origem a uma variedade linguística do português bastante distinta do português falado pelos colonos e seus descendentes. Ainda, tendo em vista o isolamento em que essas comunidades se conservaram no interior do Brasil até pelo menos a primeira metade do século XX, essa variedade deveras modificada do português foi sendo passada de geração para geração sem maiores alterações, até sofrer a crescente influência do português urbano culto a partir das últimas décadas do século XX. E é justamente essa influência que se reflete nos padrões de variação e mudança linguísticas em curso hoje nessas comunidades e que parecem estar sendo perdidos no português urbano falado hoje no Brasil, como ficará evidente nas próximas seções do presente trabalho.

Assim, ainda segundo Lucchesi, existem duas razões cruciais para se estudar comunidades rurais afro-descendentes. Primeiramente, porque estas oferecem indícios acerca da intensidade dos processos de criouliização ocorridos no Brasil no período de colonização e de formação de sua língua nativa. Segundo, o estudo dessas comunidades permite o estabelecimento de uma relação empiricamente motivada entre o processo de Transmissão

Linguística Irregular (doravante TLI) e algumas das características atuais das variedades populares do português do Brasil.

Partindo desses pressupostos, esta seção apresenta uma descrição do cenário sócio-histórico no qual as reflexões sobre quatro comunidades distintas foram desenvolvidas, a saber: a comunidade afrodescendente de Helvécia-BA; a comunidade afrodescendente de Muquém-AL; a cidade de Salvador-BA, representando a primeira capital do Brasil; e o arquipélago de Cabo Verde, na África, que servirá de exemplo para ilustrar as semelhanças e diferenças nos processos de TLI presentes lá no continente africano e nos que ocorreram aqui no nosso país. Nesses panoramas sócio-históricos, recebem especial atenção os diversos grupos populacionais que participaram na evolução destas colônias, todas mantidas sob o domínio de Portugal e de sua língua. Com a análise dos dados demográficos destas comunidades, espera-se lançar alguma luz sobre a gênese do desenvolvimento do português falado por seus moradores e descendentes, cujas origens ainda são tema de muita controvérsia.

Esta seção está organizada da seguinte forma: a seção 2.1 fornece uma apresentação geográfica e histórica da comunidade afrodescendente de Helvécia, localizada ao extremo sul da Bahia. A seção 2.2 discute os componentes sócio-históricos que contribuíram para a formação da comunidade afrodescendente de Muquém-AL, incluindo a história da formação do Quilombo dos Palmares, momento histórico de extrema importância para o Brasil. A seção 2.3 explora os aspectos históricos e sociais decisivos na formação da cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, o que representa, de alguma maneira, a gênese do português do Brasil e considerado, também, o município com maior contingente negro do país, o que justifica a escolha de explorá-la na presente pesquisa. Já na seção 2.4, serão discutidos os componentes humanos, sociais e históricos que contribuíram para a formação de Cabo Verde, no continente africano, local que foi durante muito tempo um ponto de encontro dos mais diversos povos através de sua zona portuária, o que evidencia sua importância como fonte de dados para este trabalho. Finalmente, na seção 2.5, trar-se-á uma proposta de contínuo de variação de gênero que parece acontecer nessas comunidades caso se coloque em comparação, uma vez que a marcação de tal fenômeno é feita de forma distinta nas quatro comunidades supracitadas, provavelmente em virtude de certas especificidades que as caracterizam, do ponto de vista histórico, étnico e socioeconômico.

Nesse processo, à luz dos fatos históricos apresentados nesta seção, tenta-se mostrar que o elemento negro desempenhou um papel importante, em maior ou menor grau, nas

situações de contato massivo entre línguas pelas quais passaram estas comunidades em seus processos de formação.

2.1 A COMUNIDADE DE HELVÉCIA

A província de Helvécia está situada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, na mesorregião do sul do Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE de 1996, a população dessa província perfazia um total de 16.474 habitantes, sendo que 15.108 viviam na zona rural, e apenas 1.366 constituíam a população da pequena vila de Helvécia. Do total de 13.310 habitantes com mais de cinco anos, 7.203 eram alfabetizados, correspondendo a uma taxa de alfabetização de 54%, que prevalece tanto na zona rural (com 6.484 indivíduos alfabetizados, em um total de 11.972), quanto na zona urbana (719 indivíduos, em um total de 1.338). Entretanto, essa taxa de alfabetização cai para 22% (195 em um total de 887) na faixa da população com mais de sessenta anos.

Nos dados do Censo de 2010, em contrapartida a essas informações, o número da população subiu para 38.556 habitantes, com cerca de 33.526 pessoas vivendo na área urbana, o que corresponde a 87% da população, e 5.030 vivendo na área rural, o que corresponde a mais ou menos 13% da população. Desse total de habitantes, 28.559 eram alfabetizados, correspondendo a uma taxa de setenta e quatro por cento, sendo 25.239 de alfabetizados na zona urbana e 3.320 de alfabetizados na zona rural. (IBGE CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Segundo dados de Lucchesi (2000), a economia da região é fundamentalmente baseada na agricultura, na pecuária e na indústria da celulose, porém o turismo balneário é uma atividade em franco desenvolvimento na área, sobretudo na sede do município de Nova Viçosa, situada na costa. A maioria dos informantes que compõem a amostra de fala recolhida por Lucchesi em seu estudo trabalha em pequenas propriedades agrícolas familiares, dedicando-se principalmente à cultura de subsistência. O excedente que possa vir a surgir, geralmente em pequena quantidade, é vendido nas feiras de Helvécia, ou de Teixeira de Freitas. Normalmente, esse excedente provém da fabricação artesanal da farinha de mandioca. Cultivam também feijão, arroz, abóbora, milho, batata, entre outros legumes. Aqueles mais jovens e mais prósperos chegam a empregar até alguma maquinaria e adubos, além de fertilizantes químicos no cultivo de hortifrúti, que são absorvidos pelo comércio da região.

Muitos dos moradores mais velhos trabalharam na construção e no funcionamento da ferrovia Bahia-Minas. Os mais novos empregam-se eventualmente nas plantações de eucalipto, de onde é extraída a celulose do distrito, plantações essas que alteraram, consideravelmente, a fisionomia da região, uma vez que a implementação dessas plantações desalojou muitas famílias que viviam do cultivo em suas pequenas propriedades. Dessa forma, esses indivíduos e seus descendentes foram obrigados ou a trabalhar na terra de parentes, ou a se empregar em grandes propriedades agrícolas. Muitos se dirigem, ciclicamente, ao mercado de trabalho urbano, como vigilantes, operários da construção civil, empregadas domésticas etc., tanto nos centros urbanos regionais, como na já citada Teixeira de Freitas-BA ou em Nanuque-MG, além dos grandes centros do sul/sudeste do Brasil, principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse movimento migratório para outras cidades em busca de trabalho parece estar presente na configuração de muitas comunidades afrodescendentes, como pode-se conferir mais adiante, por exemplo, quando se falar na comunidade de Muquém-AL.

Outra característica marcante presente nas comunidades afrodescendentes é o seu relativo isolamento. O acesso à província de Helvécia, bem como à sede do Município de Nova Viçosa, era feito, em 1994, por uma estrada de terra batida, a partir da BR 101. O hábito de ouvir rádio e ver televisão se difundiu bastante, sobretudo entre os mais jovens. Muitas famílias possuíam seu próprio aparelho de televisão, os demais contavam com o aparelho que era ligado na praça pública ao entardecer. Nos últimos anos, destacou-se também a ação de outras tecnologias, sobretudo da internet, uma vez que esse parece ser um serviço que atingiu (e atinge) os habitantes do Brasil quase em sua totalidade.

2.1.1 Sócio-história

A Origem da comunidade de Helvécia se dá na antiga Colônia Leopoldina, uma colônia suíço-alemã estabelecida em 1818 e que prosperou até a abolição da escravatura, em 1888, dependendo da mão de obra escrava para o cultivo do café. Em 1858, segundo testemunho do médico da colônia, havia uma população composta de 200 brancos, principalmente de origem suíça e alemã, com alguns franceses e brasileiros e 2000 negros, na maior parte nascidos na própria colônia (FERREIRA, 1984). Autores como Zimmerman (1999) e Baxter e Lucchesi (1999) têm comentado que o exemplo de Helvécia é especial pelo fato de os senhores serem, na sua maioria, estrangeiros e, portanto, não tinham o português como língua materna. Outro fator que pode-se destacar é o fato de a comunidade de ex-

escravos da Colônia Leopoldina ter se fixado na região da própria colônia, numa situação de relativo isolamento, e não se ter dispersado tanto quanto outras populações de ex-escravos após a abolição.

Ainda é possível a identificação dos fatores linguísticos e extralinguísticos que teriam contribuído para as divergências no dialeto graças a uma rica documentação histórica, embora incompleta, que facilita um estudo da demografia das populações de escravos e que permite formular algumas hipóteses em torno da questão.

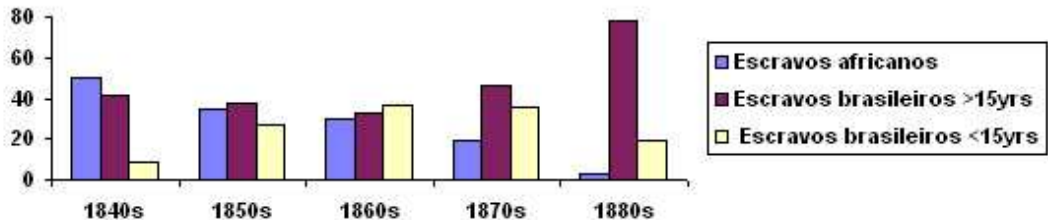
Segundo Baxter e Lucchesi (1999), relativamente ao período anterior a 1850, o ano da lei Eusébio de Queiroz que proibiu definitivamente a importação de escravos, há informações pertinentes quanto à proporção de escravos para livres. Assim, em 1848 essa proporção era de 10 para 1, embora a proporção nas fazendas com grandes números de escravos fosse bastante superior a esta. No estabelecimento do Sr. João Martinus Flach, de origem suíça, por exemplo, a proporção era de 24 para 1, e havia 108 escravos. De acordo com o mesmo estudo, no período anterior a 1830, a situação seria semelhante.

Em tais circunstâncias, é evidente que o acesso que a criança escrava teria a modelos de falantes nativos do português seria mínimo. Mesmo o contato com o português falado como língua segunda (L2) dos senhores estrangeiros teria sido precário nas fazendas, em função do elevado número de escravos. Cabe também salientar que a grande maioria dos escravos nestas fazendas eram escravos de lavoura. De acordo com Lucchesi (2000), as listas de escravos de 1854 a 1882 manifestam uma média de 92% de escravos de lavoura, de maneira que se pode supor que o contato que o negro escravizado teria com modelos de português falado como língua materna seria mínimo. Os dados linguísticos primários a que a criança escrava teria acesso para a aquisição da língua materna seriam os modelos falados por outros escravos. Portanto, cabe observar as proporções relativas de escravos africanos e escravos brasileiros adultos para esclarecer as proporções relativas de falantes de português como língua materna e de falantes de português como L2 na população escravizada.

Nesse mesmo período, e até o final da década de 1850, a proporção de africanos para negros escravos nascidos no Brasil ainda era bastante alta nas fazendas, atingindo uma média de aproximadamente 50% da população adulta. Em algumas dessas fazendas, a proporção de africanos na população adulta era relativamente alta, ainda na década de 1860, como, por exemplo, na fazenda da família Vequet, onde, em 1865, 59% dos 46 escravos adultos eram africanos. Mesmo na década de 1870, havia fazendas com proporções consideradas altas para aquela época, como, por exemplo, na fazenda da família Tatet onde, em 1871, havia 43%

(24/36) de adultos africanos. O Gráfico abaixo, apresentado em Lucchesi (2000, p.61), aponta as proporções para o período de 1850 a 1880:

Figura 1: Proporções de escravos africanos, e escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina



Fonte: LUCCHESI, 2000, p. 61

São evidentes as implicações dessas proporções altas nos primeiros anos do século XIX. O elemento africano teria fornecido para as crianças escravas nascidas na colônia modelos de português falado como língua segunda (e, talvez, sobre certas circunstâncias, o modelo seria o das línguas africanas mesmo). Nesse sentido, o que se deve observar é o fato de que havia uma população crescente de escravos nascidos na Colônia Leopoldina.

Entretanto, no que diz respeito à natureza dos modelos disponíveis para o processo de nativização das variedades de português falado como língua segunda entre os escravos, ficam evidentes os contextos específicos que são pertinentes. Uma lista de escravos, proveniente do inventário Mantandon, de 1858 (BAXTER, 1999, p.12-14) permite uma visão muito instrutiva dos possíveis modelos disponíveis para uma criança numa população escrava de uma fazenda de café, no que diz respeito às línguas africanas e aos modelos de português falado pelos escravos adultos. Essa lista apresenta a seguinte composição de escravos: 23 africanos, 33 crioulos e uma mulata. Entre os escravos nativos do Brasil, havia 18 crianças pré-adolescentes. Os africanos eram de seis grupos etnolinguísticos diferentes: um monjolo, quatro nagôs, um jeje, um cabinda, um moçambique, dois benguelas e, ainda, havia oito africanos de origens não determinada. De especial interesse nesta lista é o fato de os casais e os conjuntos familiares estarem identificados. Havia cinco casais de origem africana, um dos quais (pai cabinda e mãe moçambique) tinha crianças. Havia dois casais africanos/crioulos (pai crioulo e mãe benguela), os dois com crianças; e havia três casais crioulos, dois deles com crianças. Além desses, havia seis mães solteiras.

Dessa forma, as perguntas que se faz aqui são: Quais eram os modelos linguísticos potencialmente disponíveis para as crianças em processo de aquisição neste contexto? As

crianças teriam o português falado como língua materna, o modelo materno predominante naquele contexto?

De fato, oito grupos de crianças tinham mães escravas falantes nativas de português. Destes oito grupos de irmãos, dois grupos tinham modelos de português nativizado por parte de seus pais. Porém, havia três grupos de crianças com modelos maternos de português falado como L2 e, num caso específico, o pai também não era falante nativo do português. Além disso, existe a possibilidade de as crianças de três unidades familiares terem adquirido na aquisição também a língua africana dos seus pais. Ao se pensar em termos puramente numéricos, para a criança, fora do contato com os pais, as possibilidades de contato com modelos de português falado como L2 pelos outros escravos são maiores do que as possibilidades de contatos com o português nativizado falado pelos escravos. O fato de que 55% dos escravos adultos eram africanos também permite inferir que a criança entraria em contato com línguas africanas, talvez na senzala. Pelo menos sete origens etnolinguísticas africanas estão representadas nesta população, e é bastante considerável que, pelo menos três línguas africanas, fossem faladas: nagô, congo e benguela.

Embora os escravos do grupo linguístico kwa predominassem em algumas fazendas, em outras fazendas predominavam escravos do grupo linguístico banto. Na fazenda da família Reis, por exemplo, em 1854, só havia escravos do grupo linguístico banto, e eram de seis áreas linguísticas, sendo predominantes os moçambiques (BAXTER; LUCCHESI, 1999, p.131). Essa diversidade implica que, talvez, a influência dessas línguas tenderiam a ser diluídas na maioria das situações e muito específicas em uns poucos casos.

Os números totais dos africanos identificados por origem, para o período de 1847 a 1872, indicam que, proporcionalmente, houve mais escravos do grupo banto, de diversas áreas. Porém, os nagôs constituíram o maior grupo uniforme (BAXTER, 1999, p.07-08). Nesse sentido, além da possibilidade da prevalência de algumas estruturas dessas línguas no processo de aquisição do português, deve-se pensar que seja muito provável a utilização de línguas africanas em determinadas fazendas durante as primeiras décadas da Colônia. Contudo, a partir de 1850, com o fim da importação de africanos, o envelhecimento da população escrava africana e a mistura de escravos por meio do comércio de escravos interno à própria Colônia, fora o alto grau de miscigenação, os efeitos desta presença linguística africana provavelmente foram diluídos (LUCCHESI, 2000, p.63).

Assim, a partir da análise dos dados históricos disponíveis, pode-se pensar que a grande proporção de escravos em relação aos falantes nativos de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos

modelos de português falado como língua materna no processo de aquisição da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que o português transmitido para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes na região de Helvécia tenha passado por profundas alterações em sua estrutura decorrentes desse processo defectivo de aquisição.

Essa constatação se mostrou relevante para a ideia de um contínuo na marcação de gênero proposta no fim da presente seção, uma vez que esse tipo de aquisição defectiva do português vai afetar a seleção do parâmetro de gênero a ser marcado nesse processo, fato que coloca Helvécia numa posição diferenciada em relação às outras comunidades de fala abordadas aqui.

2.1.2 Caracterizações linguísticas feitas em Helvécia

A primeira caracterização linguística realizada na comunidade de Helvécia foi feita, no início da década de 60, pelo grupo de Carlota Ferreira, membro do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB). Após aplicarem os questionários na localidade de Ibiranhém, rumaram para uma localidade próxima, mas de difícil acesso, da qual tinham ouvido depoimentos relatando a existência de uma gente com uma fala diferente. Ao entrarem em contato com a comunidade, acabaram confirmando essas informações com os moradores mais jovens da vila, que “[...] diziam que naquela cidade havia muita gente que falava diferente, ‘engraçado’, principalmente os mais velhos, e acrescentavam ainda que muitas vezes era difícil para eles entenderem” (FERREIRA, 1984, p.22-23). Foi assim que, no dia seguinte, desprovidas de gravadores, apenas com lápis e papel na mão, as pesquisadoras buscaram registrar, junto a esses membros mais velhos, algumas características peculiares, prováveis vestígios de um falar crioulo.

Do pouco material que conseguiram recolher com dois informantes idosos (uma mulher de aproximadamente 75 anos e um homem de 80 anos), foi na morfossintaxe que Helvécia forneceu maiores indícios de um possível crioulo, como ilustradas nas estruturas a seguir⁵:

(9) Uso variável do artigo definido

Ex.: “quando abri *janela*”.

(10) Variação na concordância de gênero

Ex.: io ã póde rumá *o casa*”.

(11) Simplificação da morfologia flexional do verbo

⁵ Exemplos retirados de FERREIRA (1984, p.28).

Ex.: “*io sabe*”; “*io esqueceu*”; “*io ão póde*”; “*io ão conheçê*”; “*ele morê*”.

Assim, mesmo levando em consideração a escassez do registro, as evidências nos permite problematizar em favor de um processo anterior de crioulização que se apoia nos dados sócio-históricos da comunidade.

Muitas das características registradas pelas pesquisadoras do APFB na comunidade de fala de Helvécia-BA puderam ser constatadas nas análises que Baxter e Lucchesi realizaram das amostras de fala feitas por eles a partir das duas estadias destes pesquisadores na comunidade; uma primeira, em 1988, e uma segunda, em 1994 (BAXTER; LUCCHESI, 1993 e 1997; BAXTER, LUCCHESI; GUIMARÃES, 1997; dentre outros).

Ao lado dos fatos fonéticos e morfossintáticos, tais como a variação na concordância nominal de número e na concordância verbal, comuns no português rural do Brasil, o dialeto de Helvécia apresenta certos traços considerados mais raros entre os falares do interior do país e apontam para um processo anterior de profundas alterações em seu sistema linguístico.

Entretanto, Lucchesi (2000) afirma que tais características atualmente parecem se manter com uma frequência significativa apenas na fala dos mais velhos. Pode-se pensar com razoável segurança que a frequência da variação observada nos anos 60 seria muito mais elevada do que a que se verifica hoje, nos levando a pensar que certos fatos de natureza crioulizante que hoje exibem uma reduzida frequência teriam sido bem mais gerais no passado.

Lucchesi (2000) aponta que, para além da variação na concordância de gênero, o dialeto apresenta estruturas variáveis decorrentes de processos anteriores de perda de substância gramatical típicos do contato entre línguas. Seja no plano do Sintagma Nominal, como o uso variável do artigo definido, seja no plano da morfologia verbal, o dialeto apresenta uma variação na marcação de número e pessoa que chega a atingir a primeira pessoa do singular, além, por exemplo, de um uso instável dos morfemas modo-temporais. Essas ocorrências podem ser vistas nos exemplos a seguir:

(12) Uso variável na marcação de gênero

Ex.: E **no radia** falava, né? (radia no lugar de rádio); Tudo é esse mesmo **estação** (Tudo é essa mesma estação); opero no perna e tudo (operou na perna e tudo); Meu saúde não ta boa (Minha saúde não ta boa).

(13) Uso variável do artigo definido

Ex.: eu sô fia **de** lugá (eu sou filha do/deste lugar).

(14) Uso de formas do presente utilizadas para expressar ações e estados do passado
Ex.: A veia Verônica não **é** mãe dela (A velha Verônica não era mãe dela).

(15) Uso de formas finitas em contexto de formas no infinitivo

Ex.: Ele não pode **vai** lá não (Ele não pode ir lá); Eu **comê** só uma vez (Eu comi só uma vez).

(16) Redução da concordância verbal que atinge as pessoas do verbo, inclusive a primeira do singular.

Ex.: **Eu vai** planejando assim mehmo (Eu vou planejando assim mesmo).

Uma das consequências mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular desencadeado a partir do contato abrupto e massivo entre línguas é a variação/eliminação do uso de partículas gramaticais (artigos, morfemas flexionais, preposições, por exemplo). Os dados sócio-históricos da comunidade de fala de Helvécia-BA fornecem evidências que nos permitem relacionar os fatos dessa natureza apresentados nos exemplos acima com o processo massivo, defectivo e não normatizado de aquisição do português por parte dos escravos africanos trazidos para a Colônia Leopoldina e seus descendentes crioulos.

Dessa forma, para além do difícil acesso a modelos do português falado como língua materna, vale destacar ainda que todo esse processo de aquisição se deu sem interferência de nenhum referencial normatizador, uma vez que o seu objetivo inicial era o de garantir a comunicação emergencial e imperativa entre senhores e seus escravos. E mesmo quando o português acabou prevalecendo sobre as línguas africanas entre a população de escravos e seus descendentes, esse processo de expansão funcional da língua se implementou independentemente de qualquer ação normatizadora, criando condições extremamente favoráveis à fixação de estruturas defectivas. Essa variedade de português foi sendo transmitida de geração em geração sem qualquer influência normatizadora relevante, em função do isolamento e do abandono da população de Helvécia no que tange a políticas públicas nacionais até meados da década de 1960. A partir de então, a abertura de rodovias, a expansão do sistema de educação pública e a influência dos meios de comunicação de massa e de novas tecnologias cada vez mais presentes têm alterado essa situação, integrando o dialeto de Helvécia na tendência geral de mudança observada entre as variedades populares e rurais do português do Brasil.

De acordo com Lucchesi (2000), o quadro geral da sócio-história do português popular brasileiro oferece evidências de que processos de criouliização leve devem ter sido bastante frequentes, principalmente nas grandes propriedades rurais espalhadas pelo interior do país.

Conseqüentemente, as características que particularizam o dialeto da comunidade de Helvécia no cenário geral dos dialetos do Brasil talvez possam ser atribuídas não apenas ao fato de ter havido um processo mais intenso de transmissão linguística irregular nesta comunidade, como também ao fato de o dialeto de Helvécia ter-se mantido em um maior isolamento até o fim do século passado. Nesse sentido, as análises que possam apontar para processos de mudanças aquisicionais descriuolizantes⁶ em curso atualmente na fala dos moradores de Helvécia reforçam a hipótese de que os dialetos rurais brasileiros estariam já, há algumas décadas, integrados em um processo de nivelamento linguístico normatizador, através do qual as marcas provenientes do contato entre línguas que revelam a história desses dialetos estariam sendo eliminadas.

2.1.3 Sumário

Os dados sócio-históricos aqui apresentados relativos à configuração da população de escravos da antiga Colônia Leopoldina constituem um cenário bastante propício para o surgimento de uma variedade linguística de base lexical portuguesa com uma estruturação gramatical consideravelmente afetada pelo contato entre línguas, num nível semelhante ao da formação das línguas crioulas típicas. Segundo Lucchesi (2000), a proporção entre escravos e brancos de dez para um é a que se estima para as situações típicas de crioulação. Nessa proporção, o acesso aos modelos da língua-alvo produzidos por falantes nativos é muito reduzido. O fato de muitos proprietários de terra não serem falantes nativos do português, como também se destaca aqui, certamente teve sua importância na formação do que hoje se chama de português popular do Brasil, mas não parece ter sido decisivo nesse caso se se pensar que, muito provável, os capatazes empregados para lidar com os escravos foram, em sua maioria, brasileiros. Além disso, os escravos crioulos adquiridos de outros pontos da província, ou do país, provavelmente acabariam vindos de zonas em que os senhores e capatazes eram falantes nativos do português. O mais importante é atentar-se para a elevadíssima proporção de escravos diante da população branca e a alta proporção, nesse segmento, de africanos.

Nesse cenário, o que ocorre é uma violenta redução gramatical na variedade de português que é falada como segunda língua pelos escravos africanos. E, na medida em que essa variedade de português fornece a base dos dados linguísticos primários para aquisição da

⁶ Ou seja, quando as línguas crioulas vão progressivamente incorporando os mecanismos gramaticais da língua oficial a partir de influência de línguas lexificadoras (ou língua alvo) que gozam de maior prestígio e poder.

língua materna por parte das crianças que nascem na comunidade, tem-se um contexto extremamente propício para o surgimento de uma variedade crioula de português. Pelo que viu-se, no caso de Helvécia, essa nativização de um modelo deficiente de segunda língua parece ter sido o fator decisivo para a crioulação, suplantando uma pouco provável formação de um *pidgin* com base na transferência de estruturas gramaticais das línguas africanas, em face da grande heterogeneidade linguística de línguas africanas reportada pelos documentos históricos.

Por fim, deve-se destacar ainda que outro fator que parece ter sido decisivo no caso de Helvécia foi a permanência da grande maioria da população escrava na região da própria colônia após a abolição, associado ao seu grande isolamento até a primeira metade do século XX. Desse modo, parece ter sido de fato uma variedade crioula do português a língua que os informantes de Carlota Ferreira teriam adquirido como língua materna, já que eles nasceram entre os anos de 1880 e 1885, tendo, na época do encontro, idade entre 75 e 80 anos. Porém, salienta-se que parece que o processo de descrioulização foi relativamente rápido, considerando-se que essa variedade crioula, no início da década de 1960, já era estranha aos membros mais novos da comunidade, que declararam ter, eles próprios, dificuldade para entender a fala diferente dos mais velhos.

A grande possibilidade de uma descrioulização rápida, principalmente no decorrer do século XX, vem a contribuir na visão sobre a formação e constituição das comunidades afrodescendentes brasileiras, cujos registros de fala, infelizmente, só foram feitos a partir da década de 1990, ou mesmo na primeira década deste século. Tal é o caso da comunidade afrodescendente de Muquém, localizada no estado de Alagoas, tema de nossa próxima seção. Como dito anteriormente, a variação de gênero presente nessas comunidades pode trazer evidências empíricas para a relação histórica entre o contato linguístico e a formação de variedades populares do português brasileiro, concluindo para um possível estágio de crioulação do PB em algum momento da história.

2.2 A COMUNIDADE DE MUQUÉM

Segundo dados do IBGE, na comunidade quilombola Muquém há um total de 80 domicílios e uma população formada por cerca de 229 habitantes aglomerados. Está localizada a 5 km do Município de União dos Palmares, sendo uma área de difícil acesso onde

não há transporte coletivo regular, transporte esse que é feito através de carroças ou mesmo a pé, uma vez que a comunidade não está servida por uma estrada asfaltada. Outro fator que agrava ainda mais o acesso à comunidade e, por vezes, acarreta o isolamento deste povoado é que, como a comunidade fica às margens de um rio, nas épocas de chuva a estrada fica totalmente alagada, impossibilitando a entrada ou saída da comunidade.

Economicamente, a população sobrevive do corte da cana de açúcar, da agricultura e pecuária de subsistência, além da produção de cerâmica utilitária e decorativa, atividades que são compreendidas, inclusive por historiadores, como sendo típica dos antigos moradores do Quilombo dos Palmares (SALGADO, 2010, p.65). Uma realidade enfrentada pela comunidade é a de que os moradores do sexo masculino, chefes de família ou seus respectivos filhos, vão a outros Estados, como São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, em busca de trabalho, visando uma melhoria de vida não só para eles mesmos, mas pra todas as suas famílias.

Com relação à educação, existe apenas uma escola de ensino fundamental, chamada de “Pedro Pereira da Silva”, que dispõe apenas de uma sala de aula para as séries iniciais do ensino fundamental, empregando o sistema multisseriado (as quatro séries iniciais todas juntas com uma única professora). Para as demais séries, os moradores acabam sendo obrigados a buscar escolas em municípios vizinhos, principalmente em União dos Palmares. A esta escola, também têm acesso os moradores mais velhos da comunidade, por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do programa Brasil Alfabetizado.

Segundo Salgado (2010, p.64-65), no ano de 2004, os agentes de saúde encaminhavam a população ao município de União dos Palmares, pois não havia um posto de saúde na comunidade, assim como também não havia rede de esgoto, nem coleta de lixo, fazendo com que os moradores tivessem que enterrar ou queimar resíduos sólidos. Segundo esta mesma autora, somente em 2005 foi instalado um posto de saúde da família dentro da comunidade. De acordo com relatos dos moradores, presentes em Moura (2009), boa parte das casas possui água encana e energia elétrica atualmente.

No que tange ao âmbito das manifestações culturais, uma informação importante é o fato de a comunidade não apresentar tradição na prática de religiões de matrizes africanas como, por exemplo, o candomblé; os moradores realizam novenas, terços e missas segundo o catolicismo. Em contrapartida, a presença de curandeiros e conselheiros espirituais pode servir como evidência para a configuração de um cenário mítico-religioso de uma herança africana.

Em relação à origem do nome da comunidade, Moura afirma:

O nome intrigante que serve de identidade para esse povoamento pode ter sido dado por três razões: uma das versões recorrentes é que Muquém teria se originado de Moquém, que significa “grelha de varas para assar ou secar carne ou peixe”, ou instrumento fabricado pelos quilombolas e usado como armadilha nas chamadas aratacas, montadas naquela região para capturar prováveis invasores; outra versão dos moradores diz que este era o nome de guerra do primeiro homem a habitar aquelas terras; e por fim, existe a possibilidade de ele originar-se da expressão “amuquenhar”, esconder-se. (MOURA, 2009, p. 34).

Sobre as histórias contadas acerca das origens do povoado, Moura comenta ainda que:

Conforme o relato dos moradores entrevistados, o surgimento da comunidade se deu há aproximadamente 150 ou 200 anos atrás, por ocasião da chegada do casal Casimiro Bezerra da Silva e Felícia Maria da Conceição (há controvérsias sobre os nomes do cônjuge, alguns deles acreditam que o homem era Leopoldino, também chamado de Muquém e a mulher chamava-se Camila Maria da Conceição), porém todos concordam que suas origens se devem ao advento de um casal. Defendem, ainda, que estes primeiros habitantes vieram da Serra da Barriga, após a queda do Grande Quilombo dos Palmares, para se “amuquenhar” nessa região, isto é, esconder-se – uma vez que a localidade já era conhecida por eles, por fazer margens ao rio Mundaú, uma de suas fontes de subsistência; ser local de passagem, caça de animais selvagens e pesca; usado ainda, como ponto de emboscada, onde faziam armadilhas com o objetivo de surpreender possíveis inimigos; e de negociações noturnas com aqueles que quisessem trocar armas por alguns alimentos (MOURA, 2009, p. 31).

Considera-se que a comunidade de Muquém, apesar de reconhecida pelo Governo Federal como autenticamente Quilombola (documento dado pelo Ministério da Cultura e publicado no diário oficial em 19 de abril de 2005), carece de mais estudos que favoreçam o conhecimento de suas características linguísticas e socioculturais, assim como elementos que permitam identificar características próprias dessa comunidade, suas origens, tradições e as reais condições de vida dos descendentes quilombolas. Assim, espera-se que o presente trabalho possa contribuir para que essa comunidade seja alvo de mais atenção, assim como já fizeram os estudos de Fernandes (1997), Santos (2004), Silva (2005), Salgado (2010) e Bismarck Lopes (2011), e que isso possa proporcionar melhorias em suas condições de vida.

2.2.1 Sócio-história

O atual território do estado de Alagoas pertenceu, durante muito tempo, à capitania do estado de Pernambuco, conquistando sua autonomia como capitania apenas no ano de 1817. Dessa forma, muito da história de Alagoas está diretamente relacionada à da história

pernambucana, principalmente no que tange à presença marcante de engenhos de açúcar e, conseqüentemente, de uma grande representatividade de mão de obra escrava.

Assim como em outras regiões do país, o contato entre diversos povos também se fez constante em Alagoas. Historiadores apontam a existência de nativos de diversas origens, como índios caetés, de africanos e afrodescendentes escravizados, assim como também de origem europeia como, por exemplo, portugueses, franceses e holandeses.

Segundo Altavila (1988), a conquista por parte dos portugueses do território alagoano se deu em meados do século XVI. De acordo com esse mesmo autor, Tomás do Bonfim Espíndola marcou, entre 1522 e 1525, essa primeira incursão no território por meio do rio São Francisco, da qual resultou a fundação de Penedo⁷.

Com relação à invasão e dominação europeia, os franceses estiveram na região por volta de 1555, atraídos pelo pau-brasil. Já os holandeses estabeleceram uma dominação na capitania de Pernambuco de 1630 a 1654. No território de Alagoas, a ação europeia ocorreu principalmente em Porto Calvo que, apesar de existir desde o século XVI, só seria de fato fundada em 1636.

Foi exatamente nesse período de invasão por parte dos holandeses que os primeiros quilombos foram surgindo, se multiplicando. Essa situação acabou trazendo para os quilombos um caráter de ameaça à chamada ordem colonial, fato que atrapalhou os objetivos da expansão do colonialismo em Pernambuco. (SALGADO, 2010, p.54).

De acordo com Freitas (2004, p.135), agentes da coroa em Pernambuco objetivavam destruir os quilombos e povoar a região da Zona da Mata, uma vez que havia uma necessidade de expansão territorial para dar continuidade às práticas agrícolas e à criação de animais. Para que isso acontecesse, os agentes ofereceram terras como forma de incentivo ao povoamento e à destruição dos quilombos. Porém, apesar das insistentes investidas portuguesas, os quilombos permaneciam resistentes. Sendo assim, os agentes de coroa tiveram que recorrer às ações do famoso bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, bandeirante muito conhecido por caçar e prender índios.

Após a destruição dos quilombos, houve um enorme impasse no que diz respeito à propriedade de terras, uma vez que o governador de Pernambuco havia oferecido as terras como premiação aos líderes combatentes Bernardo Vieira de Melo, Sebastião Dias, além do já citado Domingos Jorge Velho, e ainda aos seus soldados. Contudo, as terras que foram recuperadas passaram a pertencer à Coroa, que gozou da possibilidade de fazer o que bem

⁷ Município alagoano localizado ao sul do estado, às margens do Rio São Francisco.

entendesse com elas, e esta acabou cedendo o direito aos antigos proprietários.

Enquanto haviam as últimas investidas para derrubada dos quilombos e no período de destruição destes, os negros capturados de Palmares foram enviados, em grande parte, para o Rio de Janeiro ou para fora do Brasil, de modo a evitar que eles fugissem novamente para os quilombos e levassem outros escravos com eles. Infelizmente não se sabe o número dos que conseguiram se livrar da captura, além de não ser de conhecimento também quantos destes permaneceram em Palmares.

Segundo informações do IBGE (1959, p.190-191), a origem do Município de União dos Palmares corresponde ao fim do século XVII e teria recebido o primeiro nome de *Cerca real dos macacos*, provavelmente por ser muito próximo ao riacho “Macacos”, à margem esquerda do rio Mundaú. Mais tarde, a reunião veio a ser chamada depois apenas de Macacos.

Segundo Salgado (2010, p. 56), é atribuído a Domingos do Pino o desenvolvimento do povoado, responsável pela construção de uma capela em homenagem à Santa Maria Madalena. Provavelmente daí veio o a nova denominação de *Vila de Santa Maria*, no ano de 1730. Após um pouco mais de um século, a vila passaria a ser chamada de *Imperatriz*, devido à visita da Imperatriz Leopoldina. Quando foi construída a estrada uniu Alagoas a Pernambuco, já em 1894, a antiga vila passou a ser vista como uma cidade e a ser chamada de *União*. Finalmente, em 1944, tornou-se município e passou a ser denominada de *União dos Palmares*.

Deve-se destacar que, assim como em outras áreas do Brasil, provavelmente, já havia presença de indígenas na região que hoje se encontra União dos Palmares antes mesmo da vinda dos colonizadores e dos escravos. Estes últimos, possivelmente, teriam recebido o apoio dos índios para a construção dos quilombos.

Segundo esse pensamento, pode-se deduzir também que, uma vez que pertence à União dos Palmares, o território atual da comunidade de Muquém poderia ter sido habitado por indígenas, africanos, mestiços, além de europeus de origem portuguesa, francesa e holandesa.

Segundo relatos dos próprios moradores, a história da origem da comunidade estaria relacionada ao arrendamento desse terreno ao casal Casimiro Bezerra da Silva e Felícia Maria da Conceição, feitos por Basiliano Olíbio de Mendonça Sarmiento, umas das pessoas com maiores riquezas na época dentro do município (SALGADO, 2010, p.57). Ainda segundo esses relatos, com a morte de Basiliano Sarmiento, em 1931, o governo teria leiloado as terras e alguém, por consideração, leiloou aquelas pertencentes ao atual território de Muquém e passou a escritura para Casimiro.

Como já se viu no presente estudo, a presença africana durante todo o período colonial foi significativa, chegando a corresponder, em alguns momentos, a mais da metade da população. No atual território do estado de Alagoas, essa presença também se fez marcante, uma vez que um grande número de mão de obra era necessário para dar conta das plantações de cana-de-açúcar e da criação de gado.

Contudo, as informações sobre a população escrava africana em terras alagoanas não são assim tão precisas. Altavila (1988) apresenta dois dados distintos em relação a essa quantidade de escravos, um primeiro embasado no recenseamento de 1890 em que afirma ter havido cerca de 25.000 escravos e 485.000 pessoas livres nesse período, e um segundo, colocado pela estatística da “População escrava e libertos arrolados” (IMP. OFICIAL, 1888) que apresenta uma população com a presença de 15.269 escravos.

Um dos prováveis motivos que pode vir a justificar essa falta de precisão nas informações é a queima de documentos da escravidão, iniciada por Rui Barbosa em 1890 e concluída por Tristão de Araripe em 1891 (SALGADO, 2010, p.59). Porém, apesar desse prejuízo grande à história do Brasil e também a história de Alagoas, ainda é possível obter, mesmo que poucas, importantes informações sobre determinados fatos históricos alagoanos.

Um dos fatos mais significativos da história do estado, e também da história do país, é o que se refere ao Quilombo dos Palmares. Segundo dados históricos, havia em Alagoas diversos quilombos, mas certamente o de Palmares foi o que mais alcançou repercussão. Sua formação ocorreu na Serra da Barriga, região do atual município de União dos Palmares e, embora a história desse quilombo ainda esteja longe de ser conhecida, algumas informações podem ser encontradas em documentos antigos escritos por holandeses e portugueses sobre os combates contra os quilombolas palmarinos. Muitos desses documentos foram recuperados e podem ser encontrados em Freitas (2004). Contudo boa parte das informações encontradas está limitada a dados de cunho militar e sob o ponto de vista unitário daqueles que eram inimigos do quilombo, como aponta Price (1996, p. 53):

É importante enfatizar que a maior parte de nosso conhecimento sobre Palmares se origina de escritos semelhantes de militares ou de autoridades, todos empenhados em destruir o grande quilombo. Assim, esses escritos são bons em descrever fortificações militares, armas palmarinas e coisas afins. Nunca devemos esquecer que quase tudo que sabemos sobre Palmares deriva das palavras escritas por seus inimigos mortais.

De qualquer forma, a existência do quilombo fica confirmada por meio de relatos encontrados nos documentos e, observando os dados, torna-se notório o potencial dos

quilombolas contra o violento regime escravista.

De acordo com Funari (1996), muitos dos negros fugidos iam para os quilombos a fim de escapar dos maus tratos de seus capatazes. Nos quilombos, eles viviam um meio de refúgio, de protesto contra as violências sofridas e também uma oportunidade de união.

Segundo este mesmo autor, os quilombos foram investigados por diversos estudiosos e o Quilombo dos Palmares foi logo considerado o maior, mais importante e mais duradouro mocambo da América. O início de sua formação e seu declínio não apresentam datas comuns entre os estudiosos, uma vez que alguns afirmam que o quilombo poderia ter sido construído ainda no final do século XVI, enquanto outros autores, como Altavila (1988), afirmam a criação por volta de 1630 e destruição em 1697, tendo assim 67 anos de existência.

Um dos fatores que pode ser considerado como diretamente relacionado a esse longo período de resistência é a geografia da região. O município de União dos Palmares está localizado na zona da mata e apresenta um terreno acidentado. A mata densa e as grandes serras auxiliavam a defesa dos habitantes de Palmares em relação aos violentos ataques que objetivavam destruir os quilombos. Além disso, a mata proporcionava alimentos tanto por meio de suas árvores frutíferas quanto pelos animais que ali habitavam. A região também oferecia água através de rios como o Mundaú, um solo fértil para o cultivo de legumes, madeira para a construção de choupanas, móveis e utensílios, além também de oferecer a argila para a produção de cerâmica. (GOMES, 2005).

De acordo com Salgado (2010), o Quilombo dos Palmares era formado por diversos sub-quilombos habitados por pessoas das mais diversas origens, como negros africanos, índios e até por brancos, estes últimos geralmente eram perseguidos, como judeus, mouros, bruxas, ladrões, por exemplo, e também de refugiavam nos quilombos. Conforme aponta o estudo já citado de Funari (1996, p.40), foram encontrados, na Serra da Barriga, vestígios relacionados, principalmente, a objetos feitos manualmente oriundos das culturas lá existentes, como, por exemplo, machado lítico e vaso de cerâmica. Outro fator que ainda merece destaque é que aqueles que conseguiam destruir parte dos quilombos ficavam impressionados quando viam os mesmos quilombos novamente habitados pouco tempo depois (ALTAVILA, 1988, p.39).

Tendo em vista que as informações gerais sobre o quilombo são incompletas, o que se pode então pensar a respeito da língua? Por conta dessa diversidade cultural e linguística apontada no decorrer de nossa discussão, estudiosos como Funari (1996), por exemplo, acreditam que a língua falada nos quilombos não seria uma língua africana:

Não sabemos que língua se falava em Palmares [...]. Aparentemente, contudo, os palmarinos, como população de origem variada, congregando africanos de diferentes tribos, índios e europeus, deveriam usar uma espécie de língua comum, não necessariamente como base banto. (FUNARI, 1996, p.49)

Sobre essa questão da língua, também se encontra discussão em Price (1996):

A Língua falada pelos palmarinos, de acordo com o que li, era um tipo de português misturado, com elementos africanos, mas diferente o suficiente para que outros brasileiros não o entendessem. (PRICE, 1996, p.58)

Como mostram os estudos históricos já citados no presente estudo, a Serra da Barriga e áreas próximas ainda apresentam indícios da existência dos quilombos. A comunidade Muquém apresenta um autoreconhecimento de sua descendência quilombola e inclusive ainda realiza atividades que estão diretamente ligadas às práticas quilombolas, como a produção de cerâmica, por exemplo. Assim, defende-se aqui a ideia de que de que a língua falada nessa comunidade também pode apresentar características advindas desses quilombos.

Segundo Cunha (2003, p.03), entre as marcas linguísticas características de comunidades rurais descendentes de africanos estão: perda ou variação de formas flexionais, além também de perda de concordância de gênero e número. Estas marcas podem ser vistas na fala dos moradores de Muquém, ilustrados nos exemplos abaixo, retirados de Moura (2009 apud Salgado, 2010, p.68):

(17) Variação na Marca de número:

Ex: *As casa era cortada; Quando nós era criança; otros é cadastrado; os povo que são empregado do governo;*

(18) Variação na Marca de gênero:

Ex: *era do outra banda; Aquele pessoa; a última dia dos leilões; foi a cheia maior que foi visto na minha vida;*

Para Pessoa de Castro (2005), a perda de concordância de gênero e número pode ter sido originada pelos africanos e seus descendentes, uma vez que, nas estruturas das línguas africanas do tranco chamado banto, grupo este de maior número durante o período escravista no Brasil, o plural dos nomes é feito por meio de prefixação e a marca de gênero é desconhecida.

Partindo de pressupostos teóricos embasados em Hudson (1980), Bickerton (1988) e Holm (1988), Lucchesi afirma que:

“[...] é natural que os mecanismos sintáticos de concordância de número e gênero, bem como da concordância verbal, se percam nos processos de transmissão linguística irregular, em que as estruturas gramaticais redundantes e de sentido referencial menor ou nulo tendem a se perder, na medida em que a interação verbal fica reduzida praticamente à função comunicativa da língua.” (LUCCHESI, 2000, p. 18).

Ou seja, para eles a redução das marcas flexionais e a variação de concordância são derivadas do contato entre línguas, como se viu discussão na seção anterior ao se falar da comunidade de Helvécia. Sendo assim, é possível dizer que os moradores de Muquém apresentam esses tipos de variação, como comprovados nos estudos de Santos (2004), sobre o uso da variante /e/ no final das palavras “Deus” e mais na fala da comunidade; Salgado (2009), sobre a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito; e Bismarck Lopes (2011), sobre a variação na concordância de número entre os elementos do sintagma nominal na fala dos moradores dessa comunidade. Contudo, há que se destacar a ausência de estudos de cunho linguístico no que tange a marca de gênero na fala dessa comunidade, e é exatamente o que se propõe no presente estudo. Intenta-se aqui descrever a marcação de gênero nessa comunidade, colocando-a, ainda, em comparação com as outras comunidades abordadas aqui. Assim, através da descrição dessa marcação, pode-se tomar conhecimento da posição que a comunidade supracitada assumirá na nossa proposta de contínuo. Pode-se saber, ainda, se, apesar de também ser uma comunidade afrodescendente, Muquém apresentará frequência igual ou diferenciada da encontrada na comunidade de Helvécia.

2.2.2 Sumário

Como se viu até aqui, os africanos podem ser considerados como grandes agentes da expansão demográfica em todo território brasileiro e da propagação da língua portuguesa, porém uma modalidade de português configurada pelo contato entre línguas em contexto emergencial de comunicação, diferente do português falado pela elite portuguesa. Em termos numéricos, a quantidade de negros foi superior a de portugueses e indígenas, estes últimos em grande parte exterminados durante o período colonial.

No estado de Alagoas, a presença africana também se fez significativa nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado. No século XVII, essa população africana se manifesta contra a condição de vida por meio de fugas e da construção de quilombos. No território do atual município de União dos Palmares foi erguido o Quilombo dos Palmares, considerado o

maior e mais duradouro quilombo da história brasileira. Em meio a sua destruição, à expulsão e fuga dos palmarinos, se desenvolvia povoados formados pelas mais diversas etnias, sejam africanos, indígenas ou europeus.

Dessa forma, pretende-se estudar a marca de gênero na fala dessa comunidade levando em consideração os fatos históricos aqui apresentados. Desse modo, os resultados dessa análise descritiva podem trazer novas evidências empíricas para a relação histórica entre o contato linguístico e a formação de variedades populares do português brasileiro, o que pode levar à confirmação acerca de um possível estágio de criouliização do português do Brasil em algum momento da história, entendendo criouliização como a construção da gramática de uma língua em situação de aquisição em contexto de multilingüismo generalizado, ou seja, de *inputs* diversificados (RIBEIRO, 2010).

A seguir, veja-se como a caracterização sócio-histórica da cidade de Salvador-BA pode estar nos ajudar na melhor compreensão de como o elemento negro pode ter influenciado o português brasileiro em seu processo de constituição.

2.3 A COMUNIDADE DE SALVADOR-BA

Fundada com o nome de São Salvador da Bahia de todos os Santos, a cidade de Salvador é um município brasileiro capital do estado da Bahia. Seus habitantes são chamados de soteropolitanos, denominação criada a partir da tradução do nome da cidade para o grego *Soterópolis*, que significa “cidade de Salvador”.

Segundo dados do IBGE 2010, a primeira capital do Brasil é hoje uma metrópole com mais de 2,6 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso da região Nordeste, o terceiro mais populoso do Brasil e o oitavo mais populoso da América Latina, ficando atrás apenas de São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Lima, Bogotá, Rio de Janeiro e Santiago, respectivamente.

Sua região metropolitana, conhecida como “Grande Salvador“, possui 3.574.804 habitantes (IBGE, 2010), o que a torna a terceira mais populosa do Nordeste, a sétima do Brasil e uma das 120 maiores do mundo. É classificada pelo IBGE, em comparação com a rede urbana das outras cidades brasileiras, como um centro metropolitano nacional. De acordo com essa mesma fonte, a superfície do município é de 706,8 km² e suas coordenadas, a partir do marco da fundação da cidade, na Fortaleza de Santo Antônio, são 12° 58' 16" sul e 38° 30' 39" oeste. Centro econômico do estado da Bahia, é também porto exportador, centro

industrial, administrativo e, sobretudo, um grande polo turístico, recebendo centenas de milhares de turistas de todo o mundo por ano.

Salvador é sede de importantes empresas regionais, nacionais e internacionais. Foi nesta cidade que surgiu a Odebrecht, que, em 2008, tornou-se o maior conglomerado de empresas do ramo da construção civil e petroquímica da América Latina, com várias unidades de negócios em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e diversos países do mundo. Além de empresas, a cidade sedia também muitos eventos, organizações e instituições, como, por exemplo, a Universidade Federal da Bahia, tida como a melhor do Nordeste e a uma das melhor da América Latina, e a Escola de Administração do Exército Brasileiro.

Salvador é também o centro da cultura afro-brasileira e a maior parte da população é negra ou parda. Segundo dados divulgados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios) de 2005 para a região metropolitana da cidade, 54,9% da população é de cor parda, 26% negra, 18,3% branca e 0,7% amarela ou indígena. É tida ainda como o município com o maior número de descendentes de africanos no mundo, seguida por Nova York, majoritariamente de origem iorubá, vindos, principalmente, da Nigéria, Togo, Benim e Gana. Um estudo genético realizado na população de Salvador confirmou que a maior contribuição genética da cidade é a africana (49,2%), seguida pela europeia (36,3%) e indígena (14,5%). O estudo também concluiu que indivíduos que possuem sobrenome com conotação religiosa tendem a ter maior grau de ancestralidade africana (54,9%) e a pertencer a classes sociais menos favorecidas.

2.3.1 Sócio-história

De acordo com registros de autores como Lobo (2000), por exemplo, os portugueses chegados à Bahia, no século XIX, eram de regiões diversas de Portugal e vinham, em sua maioria, de ocupações deveras simples. Assim, esses dados nos leva a supor que a língua que foi transplantada para o Brasil foi a das camadas mais populares, provavelmente marcada por significantes diversidades diatópicas. Ainda segundo esse estudo, a maioria dos imigrantes portugueses em Salvador, entre 1852 e o ano de 1889 tinham entre 9 e 25 anos. Essa população, por ser bastante jovem, chega com uma enorme propensão ainda para a incorporação de dados do contexto linguístico ao conhecimento que eles traziam de sua língua materna (LOPES, 2001, p.63).

A cidade de Salvador, além dos portugueses, contou principalmente com uma grande parcela de negros para a formação de sua população. Hoje, a cidade é tida como referência

pelas pessoas como um exemplo de mistura racial no país, fato evidente na diversidade de traços que podem ser encontrados na composição física variada da população. Se por um lado o negro permaneceu forte na composição da cidade, o mesmo não se pode dizer do indígena, que, como foi comentado na seção anterior sobre a comunidade afrodescendente de Muquém, sofreu extermínio na época da colonização e os que sobreviveram desertaram para as matas.

Viana Filho (1988) afirma que os negros que vieram para a Bahia eram, em sua maioria, procedentes de grupos sudaneses e banto e que, em 1775, estes negros e seus descendentes constituíam a incontestável maioria da população, uma vez que, de um total de 33.686 habitantes, Salvador tinha 10.720 brancos, contra 4.324 pardos e 18.338 negros.

Em seu estudo, Mattoso (1992), a fim de entender a distribuição dos diversos tipos raciais na população da cidade, faz referência a dois recenseamentos realizados em Salvador, um de 1808 e outro de 1872. Em 1808, no que se refere a população livre, os percentuais eram os seguintes: 20,4% de brancos, 1,3% de índios e caboclos e 43% de negros e mulatos, ao passo que, para a população escrava, o percentual era de 35,3% de negros e mulatos. Já no ano de 1872, no que tange a população livre, 24% eram brancos, 3,6% eram índios e caboclos, e 60,2% eram negros e mulatos, enquanto que, na população escrava o percentual era de 12,2% de negros e mulatos.

A autora observa que, mesmo havendo grande imigração portuguesa nesse intervalo de quase setenta anos que separa os dois recenseamentos, os brancos continuam sendo minoria, não chegando a representar nem um terço da população da cidade. Em contrapartida, o número de mulatos vem para ilustrar que a miscigenação atuou, nesse período, de maneira forte, tanto que os mulatos passaram a representar quase metade da população. Assim, como a mistura racial é quase sempre acompanhada de mistura cultural, a cidade tornava-se cada vez mais miscigenada em todos os aspectos (LOPES, 2001, p.64-65).

Mattoso (1992, p.596-598) caracteriza a sociedade de Salvador, entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, como estratificada em quatro grupos sociais distintos. O primeiro seria representado por altos funcionários graduados da administração real, oficiais de títulos mais elevados, o clero, grandes negociantes, proprietários de terra, senhores do engenho, ou seja, a elite da época. A segunda camada da estratificação era configurada por funcionários do nível médio, oficiais de nível médio, membros do baixo clero, representantes das casas portuguesas, comerciantes de mercadorias importadas, profissionais liberais (como médicos, por exemplo), os que viviam de rendas, ou seja, o que hoje se chamaria de classe média. Pertenceriam ao terceiro nível da divisão os funcionários de baixo escalão, os

profissionais liberais secundários (como barbeiros, por exemplo), os artesãos, comerciantes de frutas e/ou verduras, os ambulantes, os pescadores etc. Finalmente, na última parcela estariam os escravos, vagabundos, mendigos, ou seja, os marginalizados da sociedade, que formavam a maioria da população.

Ainda de acordo com informações dessa autora, as famílias não tinham muitos filhos, geralmente entre um e quatro filhos, e apenas as mais abastadas tinham um número maior de herdeiros. Aos escravos e aos seus filhos, o acesso à escola era vedado. Mattoso (1992, p.211) registra que, em 1872, apenas 37% da população geral era alfabetizada, e os homens eram mais que as mulheres, num percentual de 43% para eles e 30% para elas.

Segundo Lopes (2001, p.66), até o século XIX, havia imprecisão a respeito da área de Salvador, não se sabendo até onde iria a zona urbana e onde se iniciava a zona rural, mas segundo Mattoso (1988, p.26-28), a zona urbana da cidade seria formada por onze paróquias. São eles: Sé, São Pedro, Santana, Conceição da Praia, Vitória, Passo, Pilar, Santo Antônio Além do Carmo, Brotas, Mares e Penha.

Nesse período, em Salvador, os escravos e ex-escravos estavam em parte, mas o número médio de escravos entre os bairros variava. Os distritos em que havia maior concentração de escravos eram Sé, São Pedro e Vitória, enquanto que os distritos de Santana, Brotas e Passo se destacavam por possuírem um número médio de escravos muito baixo.

Segundo pesquisa referida em Mattoso (1988), a partir de testamentos e inventários, é importante atentar-se que os escravos libertos em Salvador eram, sem sua maioria, africanos, não crioulos, ou seja, não eram negros nascidos no Brasil. Eles já vieram para o Brasil com a língua materna e apreenderam o português como L2, e era exatamente essa segunda língua que era usada e transmitida para seus descendentes por sucessivas gerações.

De acordo com dados dessa mesma pesquisa, entre 1851 e 1860, 51,9% dos escravos existentes já eram nascidos no Brasil, ao passo que 48,1% eram escravos africanos, na sua maioria nagôs. E, tendo em vista as suas condições precárias de vida e o desgaste de suas atividades, a vida do escravo era curta, levando a necessidade constante de novas levas. É válido destacar também que havia uma grande quantidade de escravos com português L2 convivendo com crianças que apreenderam um português como primeira língua.

Consoante Mattoso (1992, p.164), havia uma preferência entre os escravos a escolha de parceiros da mesma origem, raramente havia união entre africanos e crioulos ou mulatos, mantendo-se muitas vezes também rivalidades pré-existentes entre as nações da África. Dessa forma, o mais comum era haver uniões de brasileiros com brasileiros, quase nunca alforriados com escravo ou vice-versa.

No que diz respeito ao número de filhos desses escravos, a autora chegou aos seguintes dados do recenseamento de 1872: 56 crianças nasceriam de mãe branca e 167 crianças teriam nascido de mães africanas de diversas origens. Esses dados auxiliam no entendimento do contexto linguístico a que as crianças estavam sujeitas no referido período. Eles indicam que a maioria delas tinha acesso a um português utilizado por falantes nativos de outra língua, fora que estes dados fortalecem a hipótese de que a maioria dos descendentes de escravos de Salvador pode ter tido como dados primários para a sua aquisição não o português europeu, mas sim um outro distinto apreendido com falantes do português como L2, já com interferências do contato entre línguas.

Sobre o auge da importação de escravos, em meados do XVIII, Viana Filho comenta que:

À proporção que a cidade crescia, também crescia a proporção de escravos. Já não eram apenas empregados para os serviços domésticos, para o cuidado das roças, para o transporte das cadeirinhas. Inventara-se para o negro uma nova modalidade de exploração econômica, mais imediata, mas direta. Punham-no na rua, ‘de ganho’ [...] Havia também os que se obrigavam a uma contribuição diária ou semanal fixa para o senhor. O que excedesse seria deles. (VIANNA FILHO, 1988, p. 174)

Assim, em Salvador, como em outros grandes centros, o negro era vendido a toda hora, estando à disposição da sociedade, oferecendo, eles mesmos, os seus serviços. E, dessa forma, o negro passou a andar mais pela cidade, tendo cada vez mais liberdade, almejando a alforria que podia comprar com o dinheiro excedente do que tinha que passar para o seu dono.

Como ter negros passou a ser um negócio cada vez mais rentável e vantajoso, Gorender (1992) comenta que até famílias pobres tinham interesse na compra de escravos, às vezes apenas um, como um grande investimento, uma vez que quem pudesse ter na renda alguns negros poderia até viver bem. Nesse caminho, o negro conquistava o progresso, não só através da instrução que ele passou a conquistar, mas pela conquista da alforria que muitos passaram a ter acesso.

Ao lado disso, na zona rural dos engenhos do Recôncavo Baiano, a sociedade era diferente, onde cada engenho constituía uma comunidade rural autorreguladora, circunscritas em suas terras, diferentemente das comunidades de cultura de fumo e de subsistência. Nessas comunidades, o contexto de escravidão era marcado pelo grande número de negros, que formavam a maioria absoluta diante dos brancos. Trabalhavam principalmente nas plantações, geralmente em situação bem distinta do escravo urbano. Como eram poucos brancos, pode-se inferir que esses escravos não tiveram a mesma possibilidade que os escravos urbanos tiveram em relação ao contato com a língua e com a cultura europeia. Além disso, entre a população

escravista e os proprietários de terras, donos das fazendas, havia sempre a figura do feitor, que muitas vezes era branco. Geralmente era um escravo ou mesmo um descendente de escravo, negro ou mestiço.

Tendo em vista estas circunstâncias, Ribeiro (1995) comenta que:

[a] primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani. (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Segundo Mattoso (1992, p.592-595), nas plantações de fumo havia uma estrutura social bem mais simples em relação à dos engenhos, caracterizada por um pequeno número de escravos que trabalhavam numa plantação e por haver uma aproximação maior entre os senhores e seus escravos. Essa informação nos ajuda a concluir, nestes contextos, o acesso dos africanos ao português acabou sendo maior do que comparado a outros tipos de cultura, em que o distanciamento entre o escravo e seu senhor era maior.

De acordo com Lopes (2001, p.72), após a abolição, ocorreu uma ida em massa de grande parcela dos escravos da zona rural, sobretudo para a zona urbana, em busca de trabalho. Assim, a cidade de Salvador, como todos os centros urbanos, passou a conviver com um número elevado de ex-escravos vindos da zona rural e, pelo fato de estar próximo, possivelmente recebeu também os ex-escravos das fazendas do Recôncavo Baiano. Nesse período, os negros urbanos e a população branca e mestiça passariam a conviver com aqueles negros que viviam na área rural.

É possível prever que essa leva nova de negros e mestiços, tanto brasileiro quanto africano, oriundos da zona rural modificasse o quadro da população da capital baiana. Eles não tinham os costumes da chamada *urbanidade*, não tinham trabalho e também eram desprovidos de moradia. Dessa forma, passaram a viver pelas ruas em busca de ocupação para poderem se manter, iniciando, assim, o processo de inflação populacional, caracterizado por mendicância de boa parte dela, dando início aos núcleos populacionais que formaram a periferia urbana.

Sobre esse contexto, Ribeiro (1995, p.194) comenta que, após a abolição, os negros com oportunidade de ir e vir encheram as cidades do Rio de Janeiro e Salvador de núcleos chamados africanos, que se desdobraram, segundo a autora, nas favelas de hoje. Ainda segundo esse estudo, o “negro urbano” se formou sobre precárias bases, a partir de uma

mistura com o negro rural que chegavam à capital da Bahia transladado nas favelas, tendo que aprender os modos de vida da cidade, onde não poderia exercer as atividades costumeiras de outrora, principalmente o plantio de frutas e legumes e nem cuidar do gado. Afortunadamente, podiam-se encontrar negros já instalados, que já haviam construído uma cultura própria, na qual se expressavam com alto grau de criatividade e, nas próprias palavras da autora, “uma cultura feita de retalhos” (RIBEIRO, 1995, p. 222).

Na visão de Lucchesi (2000), a chegada de imigrantes de origem europeia para suprir a falta de trabalho escravo nas fazendas, logo após a abolição, certamente ampliou e diversificou o quadro populacional do Brasil. Eles aprendiam o português principalmente dos ex-escravos, ainda nas localidades de trabalho, e provavelmente tinham acesso ao português dessa população. Embora esses imigrantes tivessem o objetivo inicial de trabalhar no campo, eles acabaram conquistando, posteriormente, a cidade, contribuindo também para a variação do português na população nem negra nem mestiça.

Em Salvador, após a abolição, os negros desfrutavam desse contexto de liberdade, porém, ao sair de um mundo de proibições e de limitações, acabavam ingressando num outro, caracterizado não necessariamente mais pela diferença entre escravos e homens livres. Agora o que valia era a cor da pele.

Sobre essa configuração, Mattoso (1982, p.240) comenta que:

Então negros e mestiços são excluídos de todos agrupamentos brancos; e isto ocorre em Salvador, ela que, ao tempo da escravidão, soubera criar passarelas entre as duas comunidades [...] O racismo dissimulado é presente em toda parte, negado em toda parte, no esforço por fazer esquecido o sangue africano. O ‘embranquecimento’ é imperativo para qualquer ascensão social.

Ainda vale destacar que no Brasil, no século XX, a urbanização se faz crescente, provocada pela industrialização e pelo êxodo rural, consequência principalmente do latifúndio e de grandes áreas improdutivas. Como já foi destacado, esse processo leva as pessoas da zona rural a migrarem para a zona urbana, em busca de emprego e melhores condições de vida, situação que não parece estar tão distante da atual realidade do país. Salvador, assim como todas as outras capitais, recebe a diversidade cultural e dialetal formada nas diversas regiões do estado.

2.3.2 Sumário

As informações apresentadas sobre Salvador demonstram alguns aspectos que devem ser alvo de atenção. Primeiramente, a capital baiana foi um grande núcleo urbano de concentração escravista, onde escravos e seus descendentes, negros ou mestiços, viveram séculos servindo aos brancos nas suas casas e nas ruas.

No que tange à língua, até os fins do século XIX, havia ainda em Salvador negros oriundos da África que não tinha o português como língua materna ou mesmo já traziam um pidgin ou uma língua crioula de base portuguesa. Em contrapartida, nessa época, os escravos brasileiros falavam o português aprendido como primeira língua através de seus pais ou de outros escravos, brasileiros e africanos. Muitos filhos de escravos tinham pai e mãe africanos, com português L2, mesmo até fins do século XIX.

Outra informação que merece destaque é o número de africanos e crioulos que, neste período, juntos, era maior do que número de portugueses. Os escravos e a maioria da população branca e mestiça eram analfabetos, num contexto onde em que atividades desenvolvidas pelos escravos e mestiços não exigiam, normalmente, o português chamado de padrão.

No Recôncavo Baiano, os escravos tiveram, possivelmente, muito pouco acesso ao português europeu (muito menos que em Salvador), sem contar que o português europeu que chegou a esta cidade era bastante diversificado, levando-se em conta as variadas origens e condições sociais dos falantes. Com o fim da escravidão, a população escrava oriunda do Recôncavo misturou-se com a população urbana, contribuindo para a difusão da linguagem nas diversas classes sociais.

Além disso, observa-se que o português que era aprendido dia a dia pelos escravos oriundos do continente africano e pelas crianças dessa cidade que conviviam com eles, crianças brancas (em suas residências, com as escravas), mestiças ou negras de Salvador, era um português de diversos contornos, caracterizado por estágios de redução estrutural, reflexo de diferentes contatos e tipos de aprendizagens.

Com essas informações que se tem da formação de Salvador, é possível esperar que esse povo carregue, de alguma maneira, marcas desse intenso encontro de raças e culturas na época da colonização. A formação do português do Brasil é ainda muito discutida. Um dos traços desse português tomado com certa frequência por estudiosos como analisado por Lucchesi (2000), Karim, (2004), Aguilera e Navarro (2009), entre outros, para a referência à realidade linguística brasileira é a variação na concordância de gênero, fenômeno raro no português popular atual, que parece sofrer com a ação normatizadora da escolarização.

Assim, o presente estudo procura dedicar-se também a estudar como está a marcação

de gênero no português atualmente falado na cidade de Salvador, a fim de comprovar a hipótese de que esses traços de gênero parecem sofrer um processo de gramaticalização através da ação normatizadora da escola.

2.4 A COMUNIDADE DE CABO VERDE

Com o nome oficial de República de Cabo Verde, este é um país insular africano, de origem vulcânica, constituído por 10 ilhas. Localizado no Oceano Atlântico, Cabo Verde está próxima do Senegal, Mauritânia, Gâmbia e da Guiné-Bissau, todos estes localizados na faixa costeira ocidental africana. Sua capital é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago, que, juntamente com Mindelo, na Ilha de São Vicente, são as duas cidades principais do país.

Como já foi dito, o país é constituído por 10 ilhas, das quais 9 são habitadas, e vários ilhéus desabitados, divididos em dois grupos:

- a) Ao norte, as ilhas de Barlavento, compostas por: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista. Pertencem ainda ao grupo de Barlavento, os ilhéus desabitados de Branco e Raso, situados entre Santa Luzia e São Nicolau, o ilhéu dos Pássaros, em frente à cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, e os ilhéus Rabo de Junco, na costa da ilha do Sal e os ilhéus de Sal Rei e do Baluarte, na costa da ilha de Boa Vista;
- b) Ao sul, as ilhas de Sotavento, compostas por: Maio, Santiago, Fogo e Brava. O ilhéu de Santa Maria, em frente à cidade de Praia, na Ilha de Santiago; os ilhéus Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luís Carneiro e o ilhéu Sapado, situados a cerca de 8 km da ilha Brava, e o ilhéu da Areia, junto à costa dessa mesma ilha.

No que tange à economia, o arquipélago possui uma economia subdesenvolvida e que sofre com uma carência de alternativa de recursos e com o crescimento populacional. Os principais meios econômicos são a agricultura, a riqueza marinha, a prestação de serviços, que corresponde a 80% do PIB (Produto Interno Bruto) e, mais recentemente, o turismo que tem ganhado crescente relevância.

No campo linguístico, a língua oficial é o português, usado nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações. A língua nacional de Cabo Verde, a chamada “língua do povo”, é o crioulo cabo-verdiano. Nas dez ilhas do arquipélago, cada uma tem um crioulo diferente, porém esses crioulos parecem estar, oficialmente, em processo de normatização e discute-se a sua adoção como segunda língua oficial, ao lado do português. De acordo com os resultados finais dos Censos 2010, a população cabo-verdiana é de quase 500

mil pessoas, tendo as mulheres como maioria, representando 50,5% do total. Esse número total de habitantes cresceu 1,2% em relação ao ano de 2000. Em termos de residência, 62% da população reside no meio urbano, contra os 38% do meio rural. Mais de 30% da população tem idade compreendida entre os 0 e 19 anos e apenas 0,3% tem mais de 90 anos. Em relação à educação, a taxa de analfabetismo tem vindo a diminuir consideravelmente. Na altura da independência, em 1975, a taxa de analfabetos era de 63% e, atualmente, segundo dados do Censo 2010, a taxa baixou para 17%, centrando-se, principalmente, na população com mais de 50 anos.

Em sua maioria, os cabo-verdianos são descendentes de antigos escravos africanos e dos seus senhores portugueses, e apresentam, em sua história, um processo de formação de classes sociais. Neste momento, pode-se constatar a ausência de uma “burguesia” propriamente dita, mas a existência de vários tipos de “pequena burguesia”, numericamente significativos. No entanto, a grande maioria da população é constituída pelo campesinato e algum operariado.

2.4.1 Sócio-história

Muita controvérsia ainda cerca a data exata da descoberta das ilhas de Cabo Verde e quem as descobriu, o que, naturalmente, tem consequências para qualquer hipótese sobre a gênese do Crioulo falado neste país (doravante CCV). Por um lado, os livros didáticos oficiais afirmam que o primeiro conjunto de ilhas foi descoberto em 1460 (Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal) e o segundo conjunto (Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão) entre 1460 e 1462. Existem, no entanto, segundo Baptista (2002, p. 14), duas peças de evidências históricas traçando o descobrimento e povoamento das ilhas para datas anteriores: evidência cartográfica e os escritos do século XIX referentes ao fato de a tribo Jalofos ter habitado a ilha de Santiago, antes da chegada do Português. Na verdade, os geógrafos gregos e árabes parecem ter tido conhecimento das ilhas desde a primeira metade do século 15. Sobre esse assunto, Andrade (1996) refere-se ao mapa de Macia de Viladestes datando de 1413 (na *Bibliothèque Nationale de Paris*), que mostra duas pequenas ilhas de tamanho desigual de frente para o Riu de l'Or. Essas mesmas ilhas levam os nomes de ilhas De Gader no mapa de Andrea di Bianco em 1448 e são posteriormente identificadas como as Dos Ermanos.

Há também evidências de que a ilha de Santiago era habitada pelos Jalofos antes da chegada do Português (CARREIRA, 1972 apud BAPTISTA, 2002). De acordo com Baptista (2002, p. 14-15), as reais circunstâncias de sua presença em Santiago são incertas, mas de

acordo com a tradição, um rei Jalofu, escapando de uma rebelião, fugiu de seu país com sua família e tentou refugiar-se em Cabo Verde (a península do Senegal) sobre a costa continental. No entanto, uma violenta tempestade levou ao seu naufrágio na ilha de Santiago (ANDRADE, 1996, p. 45). Certo número de referências para a presença de assentamentos humanos em Cabo Verde antes da chegada de portugueses pode ser encontrado em escritos que datam do século XIX.

Em seu estudo já citado, Baptista explorara as origens dos colonos brancos e as populações negras que primeiro estabeleceram-se nas ilhas de Cabo Verde, a fim de lançar alguma luz sobre a formação da CCV. Na visão da autora, os primeiros grupos de brancos colonos em Cabo Verde não eram somente Portugueses do Algarve, Alentejo e Madeira, mas também genoveses, franceses e judeus da Espanha.

Originalmente, as ilhas deveriam ser povoadas por brancos europeus seguindo modelos de colonização de Madeira e Açores. No entanto, o rigor do clima e da impossibilidade de implementação de bases culturais com as quais as famílias europeias estavam acostumadas tornaram-se obstáculos importantes ao desenvolvimento europeu nas ilhas. Isto levou à importação de escravos para o desenvolvimento de uma nova economia.

A primeira das ilhas de Cabo Verde a ser povoada foi Santiago, em 1460, seguida da ilha do Fogo, entre 1480 e 1493. A colonização de Maio foi acelerada, no início do século XVII, devido à exploração de sal. Brava foi preenchida com os habitantes de Fogo, que tiveram que deixar sua ilha em 1680 devido a uma violenta erupção vulcânica.

Quanto às origens da população negra no país, Baptista (2002, p. 15-16) afirma que, entre as dezenas de grupos étnicos que podem ter contribuído para a formação da língua cabo-verdiana e do povo cabo-verdiano, os três mais representativos são os dos Mandings, Jalofos e Fulas Pretos. No início da colonização das ilhas, os escravos eram trazidos de toda Guiné, desde o rio Senegal à Serra Leoa. No entanto, com o encolhimento do império colonial português sob o impulso de outras potências ocidentais, como França, Holanda e Inglaterra, o reservatório Português de escravos na África Ocidental foi, por volta de meados do século 16, quase reduzido às fronteiras geográficas da atual Guiné-Bissau.

Apoiado pelo censo escravo realizado nas ilhas em 1856, Brasio (1962 apud BAPTISTA, 2002, p.16) relata que Mandings, Balantes, Bijagós, Feloupes, Beafadas, Pepels, Kissis, Brames, Banhuns, Peuls, Jalofos, Bambaras, Bololas e Manjaks contribuíram maciçamente para o componente africano da população. Geograficamente, nas áreas de Cacheu e Bissau, provavelmente, a maior parte do contingente humano.

Martinus (1996) relata um fato histórico interessante que pode dar crédito à hipótese de existência de um pidgin Proto-Português originado em Portugal. Com efeito, as duas províncias portuguesas do Alentejo e Algarve já tinham recebido os negros das primeiras explorações comerciais que os portugueses fizeram ao longo da costa da África. Segundo o autor, em 1441, cerca de 20 anos antes do descobrimento e povoamento português do arquipélago de Cabo Verde, o primeiro carregamento de negros escravos foi trazido de volta a Lisboa. Martinus vê essa data como potencialmente o início do comércio de escravos entre Portugal e África. Cabo Bojador era alcançado em 1443, Serra Leoa, em 1446⁸, Guiné em 1455⁹, e Mina e Congo por volta de 1480. Além disso, este estudo afirma que estas atividades resultaram no considerável aumento da população negra em Portugal, sobretudo em Lisboa e no Sul de Portugal. Nas províncias do Algarve e Alentejo, os negros superaram consideravelmente o número de brancos em meados do século 16. Essas observações mostram que, desde muito cedo, um tráfico intenso ocorreu entre o Golfo da Guiné, Cabo Verde e Portugal.

No que diz respeito ao itinerário e destino dos escravos, Cabo Verde manteve, como depositário, muitos dos seus escravos entrantes, mas era também um lugar onde ladinos (escravos que aprenderam o Português) foram treinados para o sua reexportação definitiva para os mercados mais rentáveis das Américas. Andrade (1996, p. 109) relata que tais escravos eram destinados a Cartagena e outros lugares da América Central. Este autor observa que, entre 1610 e 1613, a maioria dos escravos que chegavam em Cartagena vinham de Cabo Verde, a partir do “Rios de Guiné”, o rio São Domingos e o rio “Cacheu” (Guiné-Bissau).

De Cabo Verde e São Tomé, três tipos de escravos foram exportados: o boçais (ou bossales), os ladinos que falavam Português e os nativos que nasceram e cresceram em Cabo Verde. Andrade (1996, p.110) relata que ladinos que chegavam ao Caribe ocupavam altos cargos nacionais, devido à sua proficiência linguística em Castelhana ou Português e seu conhecimento de certas práticas religiosas. Andrade acredita que esses escravos vieram de Cabo Verde, ao invés de Espanha ou Portugal. O estudo de Baptista (2002, p.17) corrobora que, no início da escravidão em Guadalupe (1635-1664), a população consistia principalmente de africanos, a maioria dos quais vieram de Angola e Cabo Verde. Outros destinos para os escravos passando por Cabo Verde incluem Cuba e Brasil. Estas observações mostram o papel essencial desempenhado em Cabo Verde pelo chamado “triângulo escravo” e da

⁸ Kihm (1994), no entanto, afirma que a descoberta de Serra Leoa foi em 1462.

⁹ Kihm (1994) afirma que Guiné-Bissau foi descoberta nove anos antes, em 1446.

complexidade heterogênea da composição social e étnica do arquipélago durante estes tempos.

Entre a população negra do arquipélago de Cabo Verde, não houve apenas escravos, mas também negros livres, como os Banhuns, os Brames e os Cassangas, que acompanharam voluntariamente comerciantes, missionários e capitães do mar (NDRADE, 1996). Um certo número deles poderia falar Português e alguns deles foram a Santiago para ser cristianizado.

Entre estes, havia também homens negros e mulheres que falavam o português; eles eram ladinos e ladinhas (também chamados tangomas) que acompanharam os lançados nas ilhas de Cabo Verde. Os ladinos foram escravos convertidos que tinham aprendido os princípios básicos do português e os lançados foram agentes transmissores que serviram como intermediários entre os comerciantes de escravos e as pessoas do interior. Os *lançados* eram portugueses que tinham sido marginalizados devido à sua descendência judaica ou porque eles eram criminosos em tempos passados. Eles se instalaram no arquipélago com mulheres e crianças africanas e tinham, como resultado, a oportunidade de aprender o crioulo e divulgá-lo no continente, na Guiné, por exemplo.

Kihm (1994, p.04) comenta que, para além dos lançados ou ladinos, os grumetes, traduzível como “shipboys” (africanos cristianizados que serviam como intermediários entre o Português e os africanos que viviam em Cacheu e Ziguinchor), também desempenharam um papel na transmissão da língua. Assim, este esboço mostra que os lançados, ladinos e grumetes desempenham um papel fundamental na transferência de crioulo de Cabo Verde à Guiné-Bissau.

Na visão de Baptista (2002, p.18), o crioulo falado em Cabo Verde (localmente referida como Kriolu) é, historicamente e linguisticamente, relacionado com o crioulo falado na Guiné-Bissau. Por esta razão, a autora defende a ideia de que não se pode explorar a história de Cabo Verde e sua linguagem sem explorar a da costa ocidental de África, particularmente a da Guiné.

Acredita-se que a costa de Gâmbia, Casamance e Guiné-Bissau foram descobertas em 1446 durante duas expedições consecutivas. Esta data de início levou alguns linguistas a postular que um proto-Kriolu poderia ter surgido pelo final do século 15 (Rouge, 1986; Kihm, 1994).

Como mencionado anteriormente, os escravos negros foram capturados e trazidos de volta a Portugal na segunda metade do século XV. Vários escravos teriam vivido em Lisboa no início de do século XVI, onde se misturaram com a população branca. Este fato é corroborado na literatura portuguesa por dramaturgos como Gil Vicente, que imitava uma

língua dos pretos (discurso de preto) em algumas de suas peças. Segundo Baptista (2002, p.18), uma análise cuidadosa deste discurso, embora caricaturado, revela características fonológicas e morfossintáticas características que se encontra em alguns crioulos de base portuguesa (TEYSSIER, 1959 apud BAPTISTA, 2002), incluindo CCV.

Ainda segundo o estudo de Baptista feito em 2002, no que diz respeito à natureza exata da língua falada pelos escravos negros em Portugal, duas hipóteses têm sido propostas: de acordo com a primeira, escravos falavam uma língua de reconhecimento ensinada aos negros pelos portugueses, de modo que eles pudessem se comunicar uns com os outros. Isso teria permitido que os escravos que falavam português fossem usados como interpretes durante as expedições no continente Africano. A segunda hipótese, simplesmente, argumenta que os escravos aprenderam o português como segunda língua. Kihm (1994) propõe que a viagem de ida e volta entre Portugal e África Ocidental criou a possibilidade de que um Pidgin português serviu de base para o Proto-Kriolu desenvolvido na Senegâmbia e Cabo Verde.

Isso levou Baptista à questão de saber onde se originou CCV e, na visão da estudiosa, esta é uma questão controversa. Três hipóteses foram propostas até agora: alguns estudiosos acreditam que CCV surgiu em Portugal (Naro, 1978), outros na Guiné (Rouge, 1986) e um terceiro grupo em Cabo Verde (Kihm, 1994). Como exposto anteriormente, viu-se que há evidências de que os lançados se estabeleceram em Cabo Verde, casaram e aprenderam o crioulo que eles poderiam ter facilmente transmitido para a costa nas proximidades da Guiné-Bissau no curso de suas operações comerciais, informação que daria suporte à terceira hipótese.

Ainda segundo Baptista (2002, p. 19), as línguas que muito contribuíram para a gênese e formação do Crioulo são variadas: além do Português, que contribuiu para o seu léxico, o elemento africano é principalmente representado pelas línguas Niger-Kordofanian, tais como as línguas a oeste do atlântico (Wolof, Fula, Serer, Balanta, Manjak, Mankan e Bola entre outros) e as línguas Mande (Malinke, Bambara e Diola, para mencionar apenas algumas).

Em seu estudo, Baptista ainda apresenta alguns dados demográficos que ajudam na compreensão do processo de formação do CCV. De acordo com a pesquisadora, em 1582, no que tange a população, era cerca de 100 Brancos para 13.700 escravos em Santiago, com os escravos representando 87,3% da população, enquanto brancos e pardos (ascendência mista) representando 12,7%. Em Fogo, a segunda ilha a ser colonizada, a proporção era de 2.000 negros para 1.608 habitantes brancos, incluindo pardos livres, e 400 negros livres casados. Estes números revelam que em lugares como Santiago, a presença dos negros foi esmagadora

e que um século após o início da colonização, já havia pessoas de ascendência mista e negros livres nas ilhas.

Como já discutido nesta secção, no início do comércio, alguns dos escravos vieram pelas ilhas em seu caminho para algum outro destino final, enquanto alguns permaneceram e se tornaram parte do trabalho, contribuindo para a agricultura, a pecuária, tecelagem e tinturaria. Tais recursos se tornaram ainda mais importante em 1472, a partir de um decreto do rei de Portugal que exigiu que todos os intercâmbios comerciais entre as ilhas e o continente deveriam ser feito com produtos locais. Nesse ponto, a compra de escravos negros no continente só podia ser feita com cavalos e tecelagem.

Devido a este uso comercial das ilhas, os escravos foram mais numerosos que os brancos e por mais tempo e, de acordo com Baptista (2002, p.20), é apenas no século XIX que a população branca aumentou em números, embora nunca tenham superado a população negra.

Em todos os momentos, as ilhas foram utilizadas mais como um ponto comercial estratégico do que como fonte de riqueza em recursos que tinham para oferecer. Elas foram utilizadas principalmente como um depositário escravo, um campo de testes para recursos agrícolas, e um trampolim para expedições de reconhecimento e exploração da costa ocidental da África.

2.4.2 Sumário

Os fatos históricos mostram que, desde o início da colonização, Santiago desempenhou um papel importante no comércio de escravos, servindo como um terreno experimental para os produtos que foram posteriormente enviados para as Américas e para o continente africano. Santiago foi ao mesmo tempo, um depósito que exportou escravos para Europa e, depois, principalmente para as Américas. Foi uma parada necessária imposta pela Coroa Portuguesa para os navios negreiros que navegavam ao longo das costas africanas. Ele foi também um dos pontos de parada para navios que navegavam para a Índia, que vinham para as ilhas a fim de obter suprimentos como alimentos e água.

É, essencialmente, devido às atividades ligadas ao comércio de escravos, que a economia do arquipélago viu a sua expansão durante as fases iniciais de colonização. No final do século 16, no entanto, Portugal começou a perder uma grande quantidade de poder colonial, devido à concorrência dos países europeus, tais como Holanda e França e, gradualmente, as ilhas perderam a sua importância no comércio de escravos.

Colocando estas observações sócio-históricas no contexto mais amplo de criação de linguagem, este esboço sugere claramente que os agentes que contribuíram para a formação de CCV não eram somente filhos nascidos na colônia, mas também adultos (lançados, grumetes etc.), como defendido no estudo de Baptista (2002, p.20-21). O CCV apresenta um caso particularmente interessante para o debate em curso sobre criouliização, mudança linguística e aquisição da linguagem. Sobre esta questão, DeGraff (1999) representa a primeira tentativa para ligar estas três áreas à teoria gerativa. DeGraff observa que o estudo da linguagem, da gramática e do desenvolvimento pode ter uma abordagem microscópica, centrando-se no conhecimento linguístico localizado na cabeça de um falante indivíduo, ou numa abordagem macroscópica, centrando-se nas manifestações comportamentais desses estados de conhecimento no ambiente de fala social do falante ou ecologia linguística (MUFWENE, 2001). Do ponto de vista microscópico, a formação do CCV claramente envolve a aquisição de L1 (crianças) e de L2 (adultos como transmissão de agentes). A partir do ângulo macroscópico, o estudo da criouliização e mudança linguística precisa levar em conta a identidade dos primeiros escravos africanos e dos homens livres envolvidos na transmissão da língua.

Além disso, os dialetos específicos do português que contribuíram para a formação das variedades Sotavento e Barlavento ao longo de cem anos devem ser examinados. A formação do CCV envolve aquisição de L1 e aquisição de L2 (como já mencionado), um *pidgin* afro-português (que pode ter se originado a partir de Cabo Verde ou do continente) ou possivelmente uma língua franca, interagindo com vários substratos.

Baptista (2002) atenta, ainda, para as restrições impostas pela Gramática Universal, defendendo que estas precisam ser consideradas. A colonização gradual do arquipélago tendo ocorrido ao longo de um espaço de um século implica claramente que diferentes variedades diacrônicas e sincrônicas de substratos e do superstrato estavam envolvidas na formação do crioulo, o que torna o estudo da CCV ainda mais desafiador.

2.5 UMA PROPOSTA DE CONTÍNUO

Como se pode ver a seguir, as comunidades que tiveram suas sócio-histórias apresentadas acima parecem exibir uma hierarquização na marca de gênero, e é exatamente essa hierarquização que aqui se chama de contínuo. Assim, para se discutir um contínuo de variação entre as quatro comunidades selecionadas no presente trabalho, deve-se partir do

conceito de Transmissão Linguística Irregular (ou TLI). Segundo Lucchesi (2000, p.99), a transmissão linguística irregular é um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma língua nova denominada *pidgin* ou *crioulo*, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova língua. E é exatamente esse grau de intensidade do processo de TLI e do contato entre línguas que vai nos permitir falar sobre um possível contínuo de variação de gênero nas comunidades que tiveram suas sócio-histórias evidenciadas nas seções anteriores.

Sobre o contato entre línguas, é possível afirmar que este é uma constante em toda a história da humanidade, contudo esse processo ganhou proporções até então desconhecidas com a expansão mercantilista e colonialista da Europa, no período que se estende do século XV ao século XIX, com a colonização europeia da América, África e Ásia. Nesse cenário, o processo de escravidão de grandes contingentes de africanos foi particularmente importante para o aprofundamento desse contato entre línguas e para desencadear processos maciços de transmissão linguística irregular. Esses escravos foram retirados de seu universo cultural de origem, sendo transportados principalmente para as Américas.¹⁰

No plano sócio-histórico em que se formaram as línguas pidgins e crioulas, é possível destacar: as chamadas *plantations*, grandes empreendimentos coloniais agro-exportadores que empregavam largamente a mão-de-obra escrava; os entrepostos e fortes coloniais da costa africana e do sul e sudeste asiático; e os agrupamentos de escravos foragidos na América e na África, conhecidos como *quilombos*. Estabelece-se, nesse contexto, a situação sociolinguística bastante favorável para a emergência de uma língua crioula: um grupo de falantes adultos de várias línguas mutuamente ininteligíveis são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada em situações de comunicação emergencial.

Em tal situação supracitada, Lucchesi (2000, p.100) aponta que estão em jogo os seguintes elementos:

- a) *A língua de superstrato*: língua do grupo dominante, geralmente, bastante minoritário, que em função do seu poder passa a ser adotada como veículo de

¹⁰ Segundo Lucchesi (2000, p.59), estima-se que cerca de dez milhões de indivíduos teriam sido escravizados na África e levados para o continente americano durante o período do tráfico negreiro.

comunicação verbal; sendo adotada pelos segmentos dominados, donde a sua designação como *língua alvo*. Por fornecer o grosso do vocabulário constituinte da língua pidgin ou crioula que irá se formar na situação de contato, é também chamada de *língua lexificadora*;

- b) *As línguas de substrato*: são as línguas dos segmentos dominados, geralmente majoritários em termos numéricos. Podem fornecer os modelos para a estruturação gramatical das línguas pidgins e crioulas.

Ainda segundo o autor, esse conjunto de fatores pode levar ao surgimento de uma língua totalmente nova, distinta de todas as línguas que estiveram presentes na situação de contato em que essa nova língua se formou; sendo essa nova língua, inclusive, ininteligível para os falantes monolíngues das demais línguas, como por exemplo, o crioulo francês do Haiti. As línguas pidgins e crioulas podem ser a língua da maioria da população em alguns países, como por exemplo: o crioulo supracitado e o crioulo caboverdiano, no Arquipélago de Cabo Verde, na África. Porém, as línguas crioulas são geralmente faladas por pequenos agrupamentos humanos que se mantiveram em situação de grande isolamento. Por exemplo, muitos dos crioulos que se formaram no sul da Ásia já desapareceram ou estão em vias de extinção e mesmo os crioulos que ainda se mantêm em uso estão sendo progressivamente influenciados por sua língua lexificadora, num processo conhecido como *descrioulização*, como se pode ver atualmente em Cabo Verde, onde o crioulo vai aos poucos incorporando elementos da morfologia do português que é a língua oficial do arquipélago.

Em contrapartida, pode-se ampliar esta perspectiva pensando que as situações de contato massivo entre o português, o espanhol e o inglês, de um lado, e as línguas africanas, de outro, pode ter desencadeado processos significativos de variação e mudança nas variedades dessas línguas transplantadas para o continente americano. Inclusive, algumas variedades rurais e/ou populares dessas línguas têm recebido uma denominação de *semi-crioulos*, ou seja, variedades linguísticas que apresentam características crioulizantes, porém não chegam a constituir variedades linguísticas independentes de sua língua alvo.

Assim, de acordo com Lucchesi (2000, p.104), a TLI constitui um contínuo de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda, adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos. Partindo dessa ideia, pode-se inferir que a crioulação típica se situaria no extremo desse contínuo, numa situação em que o acesso a língua alvo foi extremamente reduzido, desencadeando um processo de reestruturação linguística independente, cujo resultado é a formação de uma nova

língua qualitativamente distinta da(s) língua(s) que forneceu(ram) os modelos primários para a aquisição/nativização, como o já citado crioulo de Cabo Verde. Daí a importância de se pensar as situações de contato maciço entre línguas em termos mais amplos, através do conceito de *transmissão linguística irregular*.

Em se tratando dos aspectos linguísticos, quando uma grande população de adultos – em muitos casos falantes de línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis – é forçada a adquirir uma segunda língua (L2) emergencialmente em função de relações comerciais ou de escravidão, a variedade dessa língua alvo que se forma nessa situação inicial de contato apresenta uma forte redução/simplificação em sua estrutura gramatical, posto que só os elementos essenciais necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas são mantidos. De acordo com Lucchesi (2009, p.102), essa redução na estrutura gramatical da língua alvo é devida a:

- a) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- b) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da *faculdade da linguagem*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- c) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo simplesmente estabelecer a comunicação com o novo código; sem que os falantes das outras línguas tenham a preocupação de falar como os falantes nativos da língua alvo.

Dessa forma, ainda segundo o autor, por ser socialmente mais viável, essa variedade da língua alvo falada como segunda língua pelos indivíduos dos grupos dominados vai progressivamente assumindo novas funções na interação linguística, ao tempo em que vai se convertendo em modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Na medida em que o código inicial de comunicação emergencial, por suas limitações estruturais, é incapaz de atender às demandas decorrentes de sua expansão funcional, é necessário que haja também um acréscimo da estrutura gramatical desse código de emergência. Nesse caso, o autor comenta ainda que pode ocorrer um processo de transferência, no qual os falantes das outras línguas empregam certos itens lexicais da língua

alvo de acordo com as estruturas abstratas da gramática de sua língua nativa – configurando o chamado processo de expansão do *pidgin*. O processo de gramaticalização da nova língua que se forma na situação de contato pode se consolidar também no momento em que as crianças que nascem nessa situação tomam como sua língua materna essa nova língua, dando oportunidade ao processo de crioulização, através do qual a nova língua se torna a língua nativa da comunidade em que ocorreu o contato entre línguas.

De forma geral, essa seria a situação arquetípica dos processos consensualmente definidos como de pidginização e crioulização. Em situações desse tipo, formaram-se, por exemplo, o crioulo caboverdiano. Contudo, os processos históricos de contato entre línguas são bastante variáveis em termos de seus parâmetros sócio-demográficos e étno-linguísticos. Assim, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional e gramatical da nova variedade linguística, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática tendem a sofrer uma concorrência dos modelos da língua alvo, que é mais ou menos intensa e determinante conforme cada caso histórico particular. Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular para se chegar a uma noção de contínuo de ocorrência de uma determinada variação em variedades de línguas distintas. Partindo desse ponto de vista, é possível dar conta de determinados processos históricos, como os que se deram, por exemplo, durante a colonização do continente americano, em que línguas como o espanhol, o português e o inglês sofreram significativas alterações em seus padrões de uso ao serem assimiladas por contingentes de falantes de outras línguas (indígenas e africanas), sem que, entretanto, tais processos tenham resultado na formação de línguas pidgins e crioulas, diferentemente do que aconteceu no continente africano.

Se o acesso dos falantes das outras línguas e, principalmente, dos seus descendentes, aos modelos da língua alvo aumenta com a continuidade da situação social que originou o contato, e considerando-se que esses modelos tendem a gozar de um maior prestígio na estrutura da comunidade de fala, estabelecendo-se assim uma espécie de ideal normativo, é possível inferir que esses modelos tendem a superar os processos de transferências de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática durante a nativização. Dessa forma, o resultado desse processo pode não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo, mas uma nova variedade dessa língua alvo que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de TLI que se deu com a socialização/nativização da língua alvo entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes, como o que se pode encontrar na fala de comunidades afrodescendentes.

A partir dessa visão, é possível definir, segundo Lucchesi (2000, p.109), as principais características do processo de transmissão linguística irregular da seguinte maneira:

- i. perda, ou ampla variação no uso, de morfologia flexional e de palavras gramaticais de significado mais abstrato;
- ii. gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística; e
- iii. alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, em movimentos aparentes na estruturação da sentença.

A diferença entre os casos de transmissão linguística irregular mais leves e os casos típicos de criouliização e pidginização estaria, em parte, situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de criouliização, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome como do verbo, e das regras de concordância a elas associadas. Esse é o caso, por exemplo, dos crioulos de base portuguesa da África. No crioulo de Cabo Verde, as regras de concordância nominal e verbal do português foram praticamente eliminadas. No caso específico da marcação de gênero, os processos de gramaticalização que ocorrem nas fases de reestruturação da nova variedade linguística emergente seriam bastante profundos, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como se pode ver em nos exemplos (7) e (8) acima, repetidos em (19) e (20) abaixo:

(19) **Kel libru grandi sta riba de menza.**

O Livro grande está em cima da mesa

(20) **Kel kosa ke bo dam.**

A coisa que você me deu

Ainda seguindo a ideia de intensidade do contato entre línguas, Lucchesi (2000, p.121) mesmo entre línguas reconhecidamente crioulas, Lucchesi afirma que é possível observar graus variados de reestruturação gramatical, com casos de reestruturação mais profunda, como o crioulo francês do Haiti, por exemplo, e casos de reestruturação menos profunda, como o crioulo cabo-verdiano, de base lexical portuguesa. Contudo, pode-se considerar este último, como destacado anteriormente, como no extremo do contínuo de marcação de gênero, uma vez que a reestruturação da nova variedade linguística emergente no arquipélago foi bastante profunda.

No caso do Brasil, pode-se pensar num processo de TLI que não teria resultado na formação de pidgins e/ou crioulos estáveis, levando-nos a pensar numa noção de variação, e não de eliminação. Quanto às etapas do processo de TLI mais leve, Lucchesi (2000, p.122-123) propôs um quadro para explicar a história das variedades populares do Brasil:

- a) Eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- b) Recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- c) Manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- d) Manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variação ternária com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero;
- e) Alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos.

No que tange ao gênero, o autor inclui o caso aqui tratado da variação de gênero na comunidade de fala de Helvécia no item (ii) do quadro mostrado acima. A justificativa se apresenta no fato de que, nessa comunidade, a morfologia de gênero teria sido reintroduzida na maioria das variedades populares do português do Brasil, mantendo-se a variação na concordância de gênero, num nível de frequência mais baixo, apenas naquelas comunidades que passaram por um processo de TLI mais profundo e/ou que se mantiveram numa situação de isolamento por mais tempo, sendo mais refratárias a influências dos modelos da língua alvo. (LUCCHESI, 2000, p.123). A frequência de variação pode ser evidenciada no quadro abaixo, retirado de Lucchesi (2000, p. 186):

Tabela 1: Frequência da aplicação da regra de concordância de gênero no SN como um todo, na comunidade de fala de Helvécia-Ba

Valor da Variável Dependente	Nº de ocorrências/Total	Frequência
Com aplicação plena da RCG	3844/4023	96%
Sem aplicação plena da RCG	179/4023	4%

Fonte: LUCCHESI,2000, p. 186

Apesar da existência de variação na fala dessa comunidade, como evidenciado nos exemplos (1) e (2) acima, repetidos em (21) e (22) abaixo, a alta frequência da aplicação da regra de concordância de gênero aponta para um estágio final do processo de mudança no sentido de fixação da regra.

(21) E no **radia** falava, né?

(22) [...] opero **no perna** e tudo [...]

Como aponta Lucchesi (2000, p.125), nos crioulos portugueses da África foram eliminados todos os morfemas de número e pessoa do verbo, bem como mecanismos de concordância nominal, seja em relação à categoria de número, seja em relação a categoria gramatical de gênero, como evidenciado acima, por exemplo, com o crioulo de Cabo Verde. Já nos casos de uma TLI mais leve, como por exemplo o que aconteceu em Helvécia, não pode-se pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso, como evidenciado no quadro acima.

Ainda pensando no conceito de TLI do tipo leve, pode-se agora tratar da comunidade de Muquém-AL. Apesar de Muquém ter sofrido um processo de formação muito parecido com o de Helvécia-BA, como evidenciado na seção 2.2, o grau de ocorrência da variação é muito menor do que o de Helvécia, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 2: Frequências da aplicação da regra de concordância de gênero no SN como um todo, na comunidade de fala de Muquém-AL

Ocorrências com/sem aplicação da regra	Nº de ocorrências/Total	Frequência
Com aplicação plena da regra	1079/1092	98,9%
Sem aplicação plena da regra	13/1092	1,1%

Dos 10 informantes selecionados a partir do banco de dados do PRELIN – Programa de Estudos Linguísticos¹¹, organizado pela Professora Doutora Maria Denilda Moura, apenas 1,1% de ocorrências sem marcação plena de concordância pôde ser observado, enquanto 98,9% das ocorrências apresentavam a aplicação da regra plena.

¹¹ Disponível em <http://www.fale.ufal.br/prelin>

Assim, pode-se inferir os resultados obtidos pela análise de Lucchesi com a comunidade de Helvécia-BA e os que se apresenta acima sobre Muquém-AL são bastante contrastivos, o que nos leva a observar que o quadro de variação sistêmica e estruturada que se verifica ainda hoje em Helvécia parecer ser, de fato, resultado do contato direto e intenso do português com as línguas africanas que se deu na comunidade no período colonial, como evidenciado na sócio-história da comunidade na seção 2.1., fato que parece não ter acontecido na comunidade de Muquém, devido à variação aleatória encontrada nessa última. Tal disparidade na frequência de variação também pode ser explicada pelas próprias características das comunidades, seja de ordem geográfica, histórica e/ou social. Além de ter um nível de isolamento muito mais marcado que o de Muquém, Helvécia permaneceu muito mais tempo isolada e resistindo às ações do meio de comunicação que a outra comunidade em comparação. O número de moradores de Muquém é muito menor que o da comunidade baiana, sendo que destes muitos homens já saíram para trabalhar em outros estados, muitas mulheres vendem peças artesanais na feira, tendo contato constante com o externo a comunidade, sem contar nas crianças que vão estudar no município vizinho. Como se isto não bastasse, desde 1999, a comunidade conta com uma escola de educação infantil, tendo uma interferência direta da ação normativizadora. Com relação ao apontado nas tabelas acima, pode-se até afirmar que o que ocorre em Muquém não se trataria nem de um caso de variação de gênero, uma vez que tais ocorrências tão ínfimas se caracterizam mais como flutuação do que como variação, assim como Lucchesi (2000, p.291) afirmou ao comparar Helvécia com a comunidade de Mato Grosso, também localizada na Bahia. Apesar de ser considerada oficialmente uma comunidade quilombola que possivelmente se originou do próprio Quilombo dos Palmares em seu passado, Muquém parece estar sendo cada vez mais descaracterizada por todos os motivos elencados acima, mas principalmente por uma ação normativizadora e pelo acesso aos meios de comunicação.

Retomando, então, a noção de contínuo proposta na presente pesquisa, pode-se assumir que em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal da língua lexificadora. Contudo, como já foi destacado, isso parece ocorrer em níveis distintos. Nas situações típicas de criouliização, como se viu no crioulo de Cabo Verde, essa perda tende a ser total; já nos casos de uma transmissão linguística irregular mais leve, não se pode pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso. Assim, mesmo esses casos de TLI do tipo leve parecem acontecer de forma

distinta, evidenciado na comparação entre as quantificações de ocorrências com/sem aplicação da regra de concordância encontradas de formas díspares nas comunidades de Helvécia e de Muquém. Na verdade, o que se pode encontrar na primeira e em menor grau na segunda é uma certa variação na concordância de gênero. Todavia, o que ambas tem em comum é que elas sofrem cada vez mais com a ação normativizadora da língua, numa tendência de padronização que se propende para a eliminação dessas marcas de outrora, provavelmente resquícios do processo de formação do português brasileiro, língua essa que estava em constante contato, sobretudo, como evidenciado por Lucchesi (2000, p.59), com as línguas africanas.

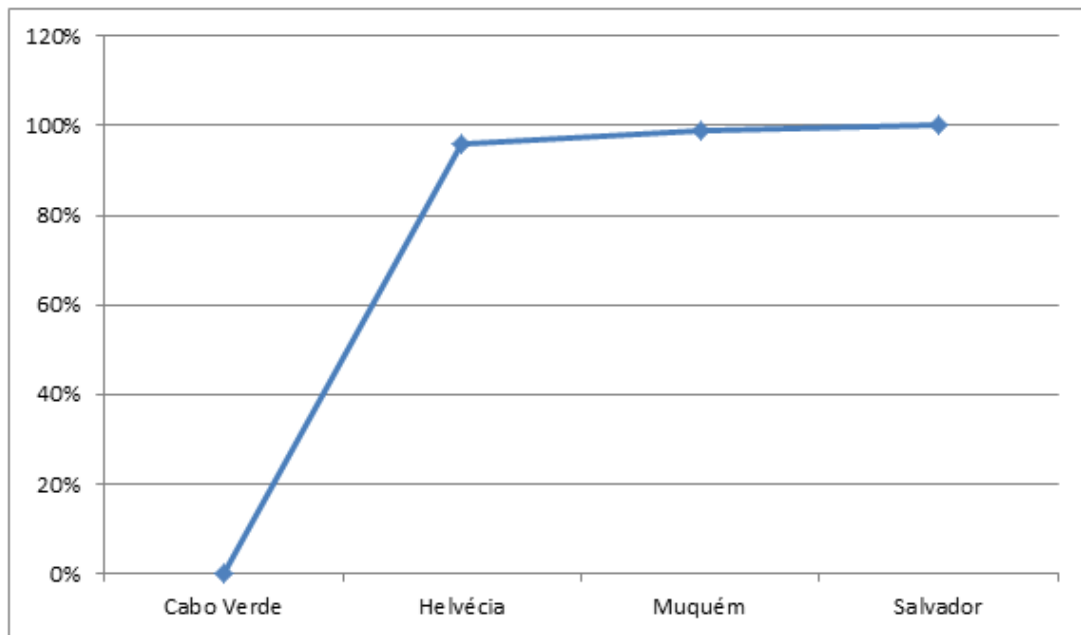
Esse cenário de fortalecimento de uma ação normativizadora ajusta-se bem à situação observada atualmente no português urbano falado no Brasil, uma vez que se se observa atentamente a fala dos falantes, será muito raro encontrar ocorrências de exemplos sem marcação explícita de gênero, como ilustrado em (5) e (6) acima, repetidos em (23) e (24) abaixo:

(23) [...] uns anos [...]

(24) [...] dos outros primos [...]

Como vimos na sócio-história da cidade de Salvador na seção 2.3, a primeira capital do Brasil contou com um enorme contingente negro em sua formação, tendo estágios no tempo em que o número de negros chegou a superar o número de brancos formadores da população. Contudo, com o acelerado processo de urbanização da cidade, a difusão dos meios de comunicação e o acesso da maioria da população a escola parece ter influência direta para o apagamento de uma possível variação de gênero que possa ter ocorrido no período de formação do português brasileiros, quando os escravos aqui chegavam e tinham que aprender o português como L2, ou ainda outro código qualquer de emergência (um possível *pidgin*). Partindo desses pressupostos, na nossa proposta de contínuo, o português urbano falado atualmente no país aponta para o extremo oposto do que aconteceu no continente africano com o crioulo de Cabo Verde, como ilustrado no gráfico abaixo:

Figura 2: Frequência na marcação explícita da concordância de gênero presente nas comunidades de Cabo Verde, Helvécia-BA, Muquém-AL e o PB urbano falado hoje no país.



Dessa forma, ter-se-ia numa ponta uma língua em que a marcação de gênero não é explícita; no meio, em níveis distintos, ter-se-ia as variedades rurais encontradas nas comunidades afrodescendentes, com Helvécia apresentando maior resistência na preservação de resquícios do massivo contato entre línguas que o português sofreu em sua formação, e Muquém já mais próxima do atual português falado no país, apresentando uma frequência ínfima de ocorrências de variação. Na outra ponta, já com uma eliminação praticamente total dessa variação, ter-se-ia o português urbano falado atualmente no Brasil, uma língua completamente influenciada pela difusão dos meios de comunicação de massa e da ação padronizadora e normativizadora da escola.

2.6 SUMÁRIO GERAL

Nesta seção, propõe-se desenvolver um estudo analítico-descritivo de uma possível hierarquia de variação de gênero do crioulo falado em Cabo Verde ao português brasileiro urbano de Salvador, fazendo ainda uma comparação entre a comunidade afrodescendente Muquém, situada em Alagoas, mais especificamente, em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil, e a comunidade afrodescendente Helvécia, localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, a fim de verificar semelhanças e diferenças na marcação do gênero nessas comunidades.

Conforme estudos anteriores sobre concordância de gênero em comunidades afrodescendentes, a variação na marcação dessa concordância não é algo comum entre as variedades do português, chegando a ser registrado em um nível significativo de variação apenas em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história, parecendo se caracterizar como uma marca da herança crioula do português brasileiro. Dessa forma, apresentam-se o levantamento e caracterização da sócio-história das comunidades supracitadas através de leitura e fichamento de bibliografia pertinente, tornando possível dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, além de perceber quais as suas consequências, no que tange à marcação de gênero, para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo. Foi possível também, com a realização desse levantamento, propor um contínuo de variação de concordância entre as comunidades supracitadas, estabelecendo semelhanças e diferenças entre a constituição sócio-histórica brasileira como a que ocorreu, no continente africano, com Cabo Verde.

Na próxima seção, apresentar-se o levantamento e caracterização de bibliografia específica referente a questão da marcação de gênero no português brasileiro. Através de leitura e fichamento de textos pertinentes para nosso estudo, tenta-se traçar um panorama geral de como se dá a marcação de gênero em diversas línguas naturais, confeccionando um panorama histórico do comportamento dessa marcação desde o latim até o português popular falado atualmente no nosso país, passando, inclusive, pelo português arcaico. Para se chegar a esse panorama geral sobre gênero, elabora-se, também, um mapeamento sobre o que é dito a respeito nas gramáticas tradicionais e no campo da linguística, trazendo a baila discussão de diversas pesquisas que abordaram tal questão, sejam elas de cunho funcionalista ou formalista.

3 GÊNERO

Nesta seção, descreve-se o percurso do gênero como categoria gramatical desde o latim até o português atual a partir da revisão de diversos trabalhos referentes a este tema. Além do ponto de vista de trabalhos no campo da linguística, também se torna interessante saber como a gramática tradicional aborda o gênero gramatical e quais são suas implicações para o estudo científico. Com esse levantamento, pretende-se traçar um panorama geral de como se dá a marcação de gênero em diversas línguas naturais, confeccionando um panorama histórico do comportamento dessa marcação.

Para se chegar a esse panorama geral sobre gênero, começar-se, nas seções 3.1 e 3.2, a trazer considerações a respeito de gênero no latim e de gênero no português arcaico. Também, na seção 3.3 trar-se-á um mapeamento sobre o que é dito a respeito de gênero nas gramáticas tradicionais, como em Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001), e na seção 3.4, o que é dito sobre gênero no campo da linguística, trazendo a baila discussão de diversas pesquisas que abordaram tal questão, sejam elas de cunho funcionalista, como Lucchesi (2000), Karim (2003) e Navarro (2006), ou formalista, como Cobert (2002), Moura (2006) e carvalho (2008; 2011). Finalmente, na seção 3.5 sumariza-se a discussão sobre os resultados encontrados na presente seção.

3.1 GÊNERO NO LATIM

Devido à rica morfologia no latim, a função sintática era marcada pelo tipo de declinação. No português, sabe-se que a função sintática é grafada pela posição em que se insere determinado vocábulo ou expressão.

A morfologia nominal no latim era dividida em três gêneros gramaticais: feminino (*rana* – a rã), masculino (*dominus* – o senhor) e neutro (*templum* – o templo). Segundo Lucchesi (2000), a explicação para o gênero neutro é que ele seria composto por palavras que se referiam a coisas e seres inanimados, enquanto os gêneros feminino e masculino seriam atribuídos aos seres animados. Para o autor:

O neutro ocupava a posição mais frágil, pois só se diferenciava morficamente do masculino nas formas do nominativo e do acusativo, havendo identidade nas formas dos demais casos. Portanto, pode-se pensar que, desde muito cedo, o uso do gênero neutro era profundamente variável no latim corrente. (LUCCHESI, 2000, p.164).

Contudo, segundo Antonino (2012, p.82), sabe-se que nem todos os nomes de seres inanimados estavam sob a classificação de gênero neutro, havendo nomes de coisas que se acomodavam ao gênero masculino, como *pedes* (pé) e *mensis* (mês), ou ao gênero feminino, como *mensa* (mesa) e *manus* (mão).

Câmara Jr. (1975, p.74) mostra que a marca distintiva formal do gênero neutro era bastante fraca, pois se manifestava através da desinência *-a*, de plural, para o nominativo e acusativo¹². Ainda segundo esse mesmo autor, é importante observar, para a tipologia nominal latina, que, enquanto a expressão de caso e de número era nítida no substantivo, a do gênero só se tornava claramente explícita através de um adjetivo. Lucchesi (2000, p.137) afirma que os adjetivos que se flexionavam regularmente quanto aos três gêneros gramaticais eram numerosos, como *justus, justa, justum*, porém o neutro sempre ocupava uma situação menos favorecida, por só se diferenciar morficamente do masculino nas formas de nominativo e de acusativo, havendo identidade nas formas dos demais casos, fato que acabou contribuindo para um uso variável do gênero neutro.

Nas palavras do autor:

Contribuiu sobremaneira para o desaparecimento do gênero neutro nas variedades do latim faladas nos últimos séculos do Império Romano o enfraquecimento fonético e queda das consoantes *-s* e *-m* em distribuição final de palavra, o que tornava idênticas formas masculinas, como *hortu(s)* e *cantu(s)*, e formas neutras, como *tempu(m)* e *cornu* (COUTINHO, 1968: 230). Ao passo em que definham as distinções formais do gênero neutro situadas nas desinências casuais – que iam desaparecendo também –, reforçava-se, na língua corrente, uma distinção formal entre o masculino e o feminino, através dos temas em *-o* e *-a*, respectivamente dos nomes da segunda declinação (predominantemente masculinos) e da primeira declinação (predominantemente femininos) (LUCCHESI, 2000, p.137).

Antonino (2012, p.83) defende que essa distinção de gênero masculino-feminino, com a associação opositiva dos morfemas *-o* e *-a*, respectivamente, para masculino e feminino, foi-se tornando cada vez mais sólida. Palavras neutras latinas, por possuírem uma semelhança formal com as masculinas, passaram a esta classificação, e palavras femininas terminadas em *-us*, como *populus* (*choupo* em português) e *fraxinus* (*freixo* em português), também passaram a masculinas, indicando já uma associação direta entre o tema em *-o* e o gênero masculino. A autora aponta ainda que, de forma similar, palavras como *nurus* e *socrus*, que têm uma relação semântica imutável com seres femininos, passaram a adotar terminação em –

¹² Para mais informações sobre Caso, cf. Carvalho (2008).

a, dando origem às formas em português *nora* e *sogra*, indicando, também, a fixação da terminação *-a* como morfema indicativo do gênero feminino.

Desse modo, segundo Lucchesi (2000, p.138), pode-se compreender também as flutuações na fixação do gênero dos substantivos da 3ª declinação latina que não eram nem de tema em *-o*, nem de tema em *-a*. Assim, os substantivos *cor*, *couve*, *dor*, *flor*, *fonte*, *honra*, *ordem*, *parede* e *ponte*, masculinos em latim, passaram a femininos em português; enquanto que *paul*, *pez*, *pórtico* e *vale*, que eram femininos em latim, passaram a masculinos em português.

Com o desaparecimento do neutro¹³, os substantivos neutros, em sua grande maioria, transformaram-se nos substantivos masculinos da 2ª declinação (*templ(i)os*) com a terminação *-os* dos acusativos plurais. O mais interessante é que com o vestígio da terminação *-a* dos neutros houve uma reinterpretação desses neutros como feminino em português, como em *planeta*, *cometa* e *fantasma*. Ainda no português, os resquícios do neutro podem ser vistos na flexão pronominal como em *isto/isso*, *aquilo e tudo* (ILARI, 2006, p. 92).

3.2 GÊNERO NO PORTUGUÊS ARCAICO

De acordo com Mattos e Silva (2006, p.98), para se entender a importância de se estudar historicamente a língua, deve-se conhecer as etapas passadas para explicar variações existentes no presente e aparentes incoerências estruturais.

Retomando as origens latinas do português arcaico, segundo a mesma autora, é possível identificar a vogal temática a partir das 5 declinações: *a*, *o/u*, *i/e*, *u*, *e*. Como houve um processo de simplificação da morfologia nominal de gênero, os nomes da quinta declinação se integraram a terceira declinação e os da quarta declinação se integram aos da segunda, reestruturando os nomes e adjetivos. As vogais temáticas passam a ser: *a*, *o*, *e*. Há também a classificação dos atemáticos, cujo lexema ou radical termina por */l*, *r*, *s*, *n/* em nomes oxítonos, respectivamente, *animal*, *senhor*, *luz*, *baron* e *pé*. A vogal temática só aparecerá nas formas plurais, como em *animales*, *senhores*, *luzes*.

O emprego do morfema *-a* generaliza-se a partir do século XVI, visto que o desaparecimento do neutro fortalece a distinção entre masculino e feminino. Logo, é possível inferir que não se registra variação morfossintática no português arcaico.

Ainda segundo Mattos e Silva (2006, p.102-103), os nomes como *menina*, por exemplo, são classificados como atemáticos, visto que, ao acrescentar o *-a*, apaga-se o <0>

¹³ Carvalho (2014) considera que o neutro não desapareceu, mas sim fora especificado para o masculino no Português Brasileiro.

do masculino, ou seja, o feminino é uma especificação do masculino, uma forma mais marcada em detrimento da forma generalizada e, portanto, menos marcada do masculino, como em *senhor, senhora; pecador, pecadora; burguês, burguesa*, por exemplo.

Fernão de Oliveira (apud SILVA, 2006, p.102) já afirmava, em 1536, a importância do artigo para a determinação do gênero, já que o artigo é inovação românica.

Porque era longo compreender tantas variedades de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os gêneros desses nomes (OLIVEIRA apud SILVA, 2006, p. 102).

A divisão dos nomes no português arcaico quanto ao gênero era: nomes de gênero único; nomes de dois gêneros com flexão redundante; e nomes de dois gêneros sem flexão redundante.

Como os neutros no latim se distribuía entre masculino e feminino, parece ter havido uma oscilação entre os nomes de gênero único, antes da normatização da língua, como o *linguagem, o linhagem; a mármore, a valor, a cometa, a fim; e dor e queixume*, ora masculino, ora feminino.

Os ditos nomes de dois gêneros com flexão redundante (do tipo *amigo, amiga; monje, monja*), cujo terminavam com *r, l, s*, no entanto, não se flexionavam, como *senhor, espanhol, burguês*, tanto masculino como feminino. Por sua vez, os nomes de dois gêneros sem flexão redundante eram indicados através da concordância. De acordo com Mattos e Silva (2006), há nomes com vogal temática <e> que ocorriam antigamente com flexão redundante, como *servente, serventa; hereje, hereja*, por exemplo.

Mattos e Silva (2006, p.105) ainda propõe um paralelo com a marcação de número, em que o acréscimo do <s> é a forma marcada tal como o tema *-a* do feminino, quando há flexão de gênero. Em contrapartida, o singular é a forma não marcada (ou especificada), tal como o masculino.

3.3 GÊNERO PARA A GRAMÁTICA TRADICIONAL

Com o objetivo de observar o que se diz a respeito da concordância de gênero, pesquisa-se também o que as gramáticas tradicionais têm a dizer, principalmente no que tange ao próprio conceito de gênero no português do Brasil.

De acordo com Rocha Lima (1974):

Gênero é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante. Masculino é o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjetivo, ou ao artigo *o*, em contraposição ao feminino, que representa o que se puder juntar à forma feminina de um adjetivo, ou ao artigo *a*. (ROCHA LIMA, 1974, p. 65).

Por sua vez, Cunha e Cintra (2001, p.188-189) consideram o gênero de maneiras diversas a partir de cada substantivo com terminação morfológica distinta. Dessa forma, acaba se tornando confuso para o falante nativo estudar gênero e, sobretudo, se torna incompreensível para os estrangeiros. Os autores afirmam que há dois gêneros no português: o masculino e o feminino, sendo o primeiro o termo não marcado. Segundo esta gramática, pertencem ao gênero masculino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo *o*. Já ao feminino pertenceriam todos os substantivos a que se pode antepor o artigo *a*. Ainda de acordo com esses autores, o gênero de um substantivo não se conhece, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação.

O que foi possível observar é que Rocha Lima (1974) e Cunha e Cintra (2001) parecem analisar a concordância de gênero do mesmo ponto de vista gramatical, distinguindo os gêneros a partir das desinências, adjetivos e dos artigos que se antepõem ao nome. De fato, a classificação do gênero a partir dos determinantes parece ser mais pertinente do que somente pela natureza morfológica, uma vez que nem todos os nomes variam em gênero. Isso torna possível pensar em algumas perguntas como, por exemplo: o gênero é inerente ao nome ou ao artigo? E qual dos dois seria o núcleo, afinal? Infelizmente, ainda não possível chegar a respostas definitivas para essas perguntas, mas grande parte dos estudiosos que pesquisam esse assunto defende o gênero como parte integrante do nome. Sobre o assunto, Bechara (2001) comenta que:

a distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculino lápis, papel, tinteiro e femininos caneta, folha e tinta. A inconsistência do gênero fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós o sol é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, a lua é feminino e para eles masculino *der Mond*; enquanto o português *mulher* é feminino, em alemão é neutro *das Weib*. *Sal* e *leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal* e *la leche*. *Sangue* é masculino em português e francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.). (BECHARA, 2001, p.133)

Segundo esse autor, a marcação do gênero é arbitrária, já que não há uma motivação lógica para as palavras que contêm apenas um gênero não admitirem seu antônimo. Como nos

exemplos mostrados na citação acima, também nem sempre haverá uma compatibilização de gêneros em uma abordagem translinguística.

Em outra gramática consultada para o desenvolvimento do presente estudo, Almeida (1999, p.98) faz distinção entre sexo, macho ou fêmea, e gênero, masculino e feminino, quando se refere ao animal e à palavra, respectivamente. Contudo, logo adiante volta a afirmar que gênero é a indicação do sexo real ou suposto dos seres e ainda comenta que, por haver dois sexos, dois devem ser os gêneros gramaticais, fazendo novamente uma relação intrínseca entre gênero e sexo.

Voltando as origens latinas, o mesmo autor diz que os nomes dos seres inanimados tinham gênero neutro no latim e que essa concepção, hoje em dia, varia de língua para língua. Em se tratando do português brasileiro, houve um desaparecimento do neutro, mas com preservação de resquícios ainda em algumas palavras, como: *aquilo, isso, isto, tudo, algo e nada*.

Algo relevante que precisa ser exposto na presente seção é que se deve fazer distinção entre gênero gramatical e gênero semântico. O que comumente se encontra nas gramáticas tradicionais é o tratamento incoerente dado à flexão de gênero, uma vez que, em virtude da incompreensão semântica de sua natureza, costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres.

Por fim, vale comentar ainda que existem algumas palavras que possuem traço semântico [+humano +animado], mas que não se flexionam em gênero, ou seja, o gênero é intrínseco ao próprio nome, não tendo correspondência com gênero biológico, como, por exemplo, as palavras *criança, galera, pessoa*.

3.4 GÊNERO NO CAMPO DA LINGUÍSTICA

Segundo Câmara Jr. (1970), os nomes em português se dividem em substantivos e adjetivos e não possuem posição fixa na oração, uma vez que ambos podem funcionar tanto como determinante quanto como determinado. Entretanto, existem nomes que só podem ser adjetivos, como a palavra *belo*, e outros que só podem ser substantivos, como *homem*¹⁴. Para esse autor, os adjetivos se distribuem em dois temas: *-o* (como em *bonito*) e *-e* (como em *forte*), sendo que este último não apresenta flexão de feminino, juntamente com o sufixo

¹⁴ Embora tenhamos considerado a importância dos trabalhos de Câmara Jr. para a discussão sobre gênero, reconhecemos que muitas de suas ideias parecem ter sido superadas. O exemplo da palavra *homem* pode ser refutado se pensarmos numa sentença como “Ontem nasceu um menino homem”, em que *homem* pode exercer a função adjetiva, algo não previsto pelo autor.

derivacional *-ês* (como em *homem cortês/mulher cortês*). Contudo, este sufixo derivacional terá flexão de gênero quando servir tanto como adjetivo quanto como substantivo ao mesmo tempo, como nos exemplos abaixo:

- (25) João nasceu em Portugal, ou seja, é português.
- (26) Catarina ama ser de nacionalidade portuguesa.
- (27) Maria comprou o livro de português de sua filha.
- (28) Pedro quase foi reprovado na disciplina de português.

Ainda de acordo com os estudos de Câmara Jr., gênero abrange tanto seres animados quanto inanimados. Ao contrário da oposição entre *-o* e *-a*, Câmara Jr. (1970) propõe uma nova distinção entre masculino e feminino que seria, respectivamente, morfema \emptyset para masculino, sendo esta a forma não marcada, e *-a* para feminino, sendo esta última a forma marcada, ou seja, uma especificação do masculino genérico. É possível atribuir essa análise feita pelo autor ao fato de termos uma discrepância na língua portuguesa entre gênero e sexo. Por exemplo, a palavra *testemunha* será sempre feminina e *cônjuge* será sempre uma palavra masculina. Já em relação aos chamados substantivos epicenos, como *cobra*, será sempre feminino em oposição a *jacaré*, por exemplo, que será sempre masculino. Pra esse autor, há três classes temáticas: *-a*, como em *rosa*; *-o*, como em *lobo*; e *-e*, como em *ponte*, que também não devem ser confundidos com gênero ou sexo.

Assim como Câmara Jr., Martin (1975) também já falava em gênero a partir do ponto de vista de formas marcadas e não marcadas. Nas palavras do autor:

No lugar de “gênero”, então, fica o conceito de adjetivos marcados ou não marcados. Os marcados correspondem aos “femininos” da gramática escolar, e aparecem somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo marcante. Os não marcados aparecem EM TODAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, haja ou não um substantivo a eles relacionado. É este último fato que determina que o assunto não seja uma mera questão terminológica, pois as conclusões dele decorrentes transformam dum modo essencial nossa maneira de encarar a categorização dos substantivos e o fenômeno da concordância adjetiva. (MARTIN, 1975, p. 08).

Por outro lado, Kehdi (2003) se opõe as ideias de Câmara Jr., defendendo que a desinência *-o* está intimamente ligada a noção de masculino pelo senso comum. Dessa forma, a flexão de gênero não se reduz apenas a uma oposição entre \emptyset /*-a*, e sim a uma oposição *-o*/*-a*. A desinência *-o* apresenta a variantes \emptyset , como em *peru/perua*, e *u* semivocálico, como em

plebeu/plebeia. Segundo o mesmo autor, quando se acrescenta –o no final de uma palavra feminina está-se formando a masculina, como *mulher/mulheraço*.

Já para Dettoni (2003)¹⁵, o gênero é inerente ao nome, o que não significa que o nome necessariamente deva ter uma marca flexional, já que a grande maioria dos nomes é invariável quanto ao gênero. Segundo a autora, um aspecto fundamental a ser considerado é que a ideia de que gênero é uma característica inerente aos nomes não significa, necessariamente, que estes últimos tragam em si uma marca morfológica do seu gênero. Na verdade, isso raramente ocorre, de tal modo que as evidências para a existência de gêneros em uma língua são geralmente atestadas por meio das relações de concordância que se estabelecem entre os nomes e artigos e adjetivos que com eles co-ocorrem. Assim, para Dettoni, as evidências para a existência de gênero em uma língua devem ser buscadas fora do nome.

Mattos e Silva (2006, p.103) também reafirma gênero como sendo imanente ao nome. Nas palavras da grande estudiosa da linguística no Brasil:

Assim sendo, o gênero pode ser compreendido como um traço semântico inerente aos nomes substantivos, nunca será da escolha do falante. E assim hoje, era no período arcaico e isso herdamos do latim, em que a concordância com os adjetivos da primeira classe, com determinantes e quantificadores, que tinham flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro, indicava o gênero do nome. Note-se que não dispunha o latim do artigo, inovação românica, que virá a ser o indicador básico do gênero do nome que ele determina. (MATTOS E SILVA, 2006. p. 103).

Compartilhando da mesma ideia de que o núcleo para o gênero é realmente o nome, Lobato (1994) inclui a noção de gênero como um fator semântico, afirmando que:

parece que a manifestação dos traços de gênero é um fato semântico (o que é reforçado pelo fato de o gênero ser um traço intrínseco aos nomes), enquanto a dos traços de número é um fator sintático (o que é reforçado pelo fato de o número não ser um traço intrínseco aos nomes e corresponder a uma escolha do falante). (LOBATO, 1994, p. 207).

Segundo Lucchesi (2000, p.210), a concordância se situa na interface entre a morfologia e a sintaxe. Como fenômeno morfológico, se constrói a partir das desinências flexionais de gênero. Já como fenômeno sintático, se constrói junto aos determinantes e modificadores em relação ao nome núcleo e nas relações de predicação em relação ao predicativo.

Partindo do fato de que a concordância de gênero é realmente um fenômeno

¹⁵ O trabalho de Dettoni (2003) será abordado mais detalhadamente na seção 3.4.2.2.

morfossintático, é possível se fazer uma reflexão acerca de onde estaria afinal o núcleo do gênero, se no substantivo ou nos determinantes. Sobre essa questão, Rocha (1998, p.219) afirma que o gênero é explicitado (quando já o é também morfológicamente) e muitas vezes indicado exclusivamente (quando não o é morfológicamente) através do expediente sintático (determinantes flexionados), uma vez que a maioria dos nomes em português não possui marca morfológica de gênero. Mesmo estes são marcados duas vezes, morfológica e sintaticamente, pelo mecanismo da concordância. De acordo com esse raciocínio, não se pode dizer que o substantivo recebe flexão de gênero. Segundo este autor, os nomes não-sexuados (95,5% dos substantivos) e até parte dos nomes sexuados (ex.: criança) sem gênero imanente comprovam que a grande maioria dos nomes recebe apenas o gênero sintático e semântico ou cultural, ou seja, estabelecido pragmaticamente num contexto de relações sociais. Como os morfemas de gênero se concentram em poucas palavras, este autor diz que o gênero não pode ser só flexão, tendo em vista sua irregularidade na produção de novos itens lexicais. Logo, a flexão está ligada, nos determinantes, tanto à morfologia dos nomes quanto à sintaxe.

Porém, este mesmo autor acredita não ser tão evidente a separação de fronteiras entre derivação e flexão. O interessante é que, nesse ponto, gênero e número parecem se diferenciar, já que flexão de gênero é muito mais irregular que a de número, tendo em vista os vários *-a*, *-esa*, *-essa*, *-ina*, *-isa*. Para o linguística Sandman (1991 apud Rocha, 1998, p.216), o próprio *-a* do feminino seria um sufixo derivacional junto com os demais porque é flexão (desinência de gênero) e derivação (sufixo derivacional) ao mesmo tempo. Sobre essa questão, o autor comenta que:

O morfema que indica gênero nos substantivos, como já vimos, é imanente na linguagem da gramática gerativa, juntamente com o substantivo de que é parte, na estrutura profunda da sentença. Em outras palavras, ele é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão, depende do gênero do substantivo com que concorda, sendo, portanto, dependente. É um traço gramatical, não tem força semântica e é inserido na frase em sua estrutura e superfície. (SANDMAN, 1991 apud ROCHA, 1998, p.216).

Em síntese, o gênero muitas vezes não está no nome porque nem mesmo todos os seres sexuados têm marcação morfológica de gênero, como *intérprete*, *estudante*, *artista*, *mártir*, por exemplo. A forma morfológica de gênero pode estar presente ou não, assim como a forma sintática, uma vez que há possibilidade de variação linguística na concordância de gênero.

Com relação à variação na concordância de gênero, apesar de não ser um tema muito

frequente, existem trabalhos que abordaram tal questão. Na próxima seção, discute-se alguns destes a fim de trazer mais aparato para a nossa discussão de gênero dentro do campo da linguística.

3.4.1 A Variação na concordância de gênero nas variedades populares do português do Brasil.

Desde o início do século passado, precisamente em 1920, surgiram pesquisadores preocupados com a questão do gênero nas variedades populares do português brasileiro. É o caso de Amadeu Amaral, autor do livro “O dialeto caipira” e que foi o primeiro a estudar, no Brasil, um dialeto local à luz da Linguística, neste caso, especificamente, o linguajar dos caipiras do interior de São Paulo. Sobre a concordância de gênero nesse dialeto, Amaral (1976, p.70) registra a variação na concordância dos adjetivos que se situam à direita do nome, e nos processos de predicação. Nas palavras do autor: “o adjetivo e o particípio passado deixam, frequentemente, de sofrer a flexão genérica, sobretudo se não aparecem contíguos aos substantivos: *as crianças távum quéto, as criações ficarum pestiado*”. Amaral (1976) ainda faz a seguinte observação no item referente aos pronomes:

Um facto que merece atenção, apesar de pertencer mais ao linguajar dos pretos boçais do que propriamente ao dialecto caipira: a invariabilidade genérica do pronome *êle*, junta à invariabilidade numeral. Quando se trata de indicar pluralidade, o pronome *ele* se pospõe ao artigo def. *os*, e tanto pode referir-se ao gênero masculino, como ao feminino: *osêle, selÊ fôro zimbora* – *eles (ou elas) foram-se embora*. (AMARAL, 1976, p.73).

Outro pioneiro nos estudos das variedades populares no Brasil foi Marroquim (1934). Em sua pesquisa denominada “A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)”, o autor afirma que há perfeita concordância de gênero entre o substantivo e o adjetivo, e diz ainda não ter encontrado nenhuma ocorrência semelhante às que Amaral apresenta como típicas do dialeto caipira. Este estudioso elenca apenas alguns exemplos de adjetivos que, apesar de comumente uniformes no português, apresentam flexão na morfologia de gênero no dialeto que ele pesquisou, tais como pares opositivos como, por exemplo, “*severgonho-severgonha*”, “*monstro-mostra*”(MARROQUIM, 1934, p.102).

Assim como Marroquim, Nascentes (1953, p.83), ao estudar a fala popular do Rio de Janeiro em seu “o linguajar carioca”, também não indica a variação na concordância de gênero. De acordo com esse autor, é verificada, apenas, uma diferença na fixação de gênero

gramatical de alguns itens lexicais com relação à chamada língua padrão, uma vez que as palavras *sistema*, *fantasma*, *cometa* e *telefonema* são femininas, enquanto palavras como *chaminé* e *cal* aparecem como masculinas.

Por sua vez, Rodrigues (1974, p.55), em seu livro intitulado “O dialeto Caipira na Região de Piracicaba”, faz uma descrição do dialeto falado nas comunidades rurais deste Município localizado no Estado de São Paulo. Neste estudo, o autor encontrou diversas construções que mostram ocorrências de variação na concordância de gênero, como nos exemplos abaixo:

(29) *A mãe meu* vinha tratar do menino.

(30) *Aquele coisa* estufado.

(31) *Avó meu* lidava ali comigo.

(32) *A roupa meu* nenhum servia.

(33) *Sem dar dor nenhum*.

Pelos exemplos acima, é possível perceber que, além dos adjetivos, a variação na concordância de gênero se estende também para os possessivos e para os pronomes que se situam à direita do nome, como no exemplo (31). Porém, o autor não registrou variação em relação aos pronomes pessoais de terceira pessoa, estes similares à regra de flexão de gênero dos nomes.

Ainda estudando um dialeto caipira presente na região sudeste do país, Veado (1982) analisa, em seu livro chamado “Comportamento linguístico no dialeto rural – MG”, a língua falada na região de Januária, situada no vale de São Francisco, no norte de Minas. O estudo em questão se baseou numa amostra de 45 informantes adolescentes e adultos, sendo a grande maioria não escolarizada. A respeito do fenômeno da variação na concordância de gênero, a autora comenta que:

a concordância de gênero se processa no dialeto rural tal qual prevista pelos nossos gramáticos, e tal qual se processa no uso efetivo da língua em situação informal de comunicação. Isto é, o substantivo serve de referência: o artigo, o pronome, o numeral e o adjetivo assimilam o mesmo gênero do substantivo. (VEADO, 1982, p. 57).

Dessa forma, Veado (1982, p.59) conclui que, no dialeto rural que estudou, a regra de concordância de gênero ocorre da mesma forma que ocorre na língua padrão, seja ela escrita ou oral.

Já nos anos 90, é possível destacar alguns estudos linguísticos dos dialetos rurais brasileiros que, por sua vez, voltaram suas pesquisas para os dialetos falados por comunidades de afrodescendentes, possivelmente remanescente de antigos quilombos.

O primeiro deles foi realizado por Careno (1991). Em tese de doutorado denominada “A linguagem rural do Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras”, a autora desenvolveu sua pesquisa junto a comunidades rurais localizadas na região Sul do Estado de São Paulo, cuja população se caracteriza exatamente por uma concentração demográfica afro-brasileira bastante numerosa. De acordo com este estudo, os habitantes dessas comunidades seriam descendentes diretos de escravos fugitivos, estes falantes de um tipo de dialeto crioulo. Assim como comumente acontece em comunidades afrodescendentes, a linguagem atual dos integrantes apresentaria possíveis traços desse antigo dialeto falado por seus ancestrais.

Analisando a concordância de gênero na estrutura morfossintática desses falares, Careno (1991, p.207) apresenta diversos exemplos que evidenciam que a variação não se limita apenas aos adjetivos à direita do nome, tal como previsto por Amaral (1976), atingindo também os determinantes que antecedem o nome, como demonstram os exemplos a seguir:

(34) “Ali era *muito subida*”

(35) “Aqui o *nosso cumida* é...”

Já Callou (1998) relata, em seu trabalho, o estudo que realizou em uma comunidade denominada Mato Grosso, localizada no Município de Rio das Contas, sertão do Estado da Bahia, cuja caracterização sócio-histórica não apresenta nenhuma relação com a presença de escravos de origem africana e seus descendentes. Neste trabalho, a autora confronta dados de dois *corpora* com o intuito de verificar possíveis mudanças em tempo real de curta duração no português do Brasil.

Quanto aos aspectos morfossintáticos que caracterizam esse dialeto, Callou (1998, p.264-265) descreve algumas flutuações na categoria de gênero que não se encaixam em padrões gramaticais da língua. Assim, são registradas algumas formas que, apesar de enquadradas tranquilamente no gênero feminino, passam ao masculino com gênero marcado no determinante, como em *o bronquite, o lebre, um coisa*. Também foram encontradas estruturas com variação de gênero comumente registradas em outros dialetos, como “esse daqui é *a mulher dele*” e “as coisa muito *barato*”.

Ainda nos anos 90, Petter (1999) relata sua pesquisa feita com a linguagem utilizada na comunidade de Cafundó, um bairro rural da cidade de Salto de Pirapora, Estado de São

Paulo. Sua análise se debruçou sobre o núcleo de descendentes africanos, o qual se caracteriza pela presença, na fala, de um léxico de origem banto mesclado à estrutura morfossintática do português. Assim como nos estudos supracitados, Petter (1999, p.113) focalizou a concordância de gênero, considerando o adjetivo a categoria gramatical mais suscetível à variação na concordância de gênero, uma vez que, quando anteposto ao nome, favorece a ocorrência da concordância. Contudo, quando posposto ao nome, a concordância é desfavorecida. Exemplos como “coisa sério” e “lenha moiado” são algumas estruturas sem concordância utilizadas pela autora para ilustração da questão.

Dessa forma, pelo que foi exposto nos trabalhos supracitados sobre a variação na concordância de gênero, foi possível observar que esse fenômeno, em alguns dialetos populares do Brasil, não pode ser caracterizado como um padrão de variação regular e estável, pois as informações aqui expostas são bastante divergentes.

Enquanto Rodrigues (1974), Careno (1991), Callou (1998) e Petter (1999) registram casos em que há uma tendência para o apagamento das marcas explícitas de gênero feminino, sobretudo nos elementos à direita do núcleo, que permanecem preferencialmente na forma não marcada, nesse caso o masculino, Marroquim (1934) e Veado (1982) não registraram variação de gênero nos dialetos por eles pesquisados.

Já Nascentes (1953) e Callou (1998) registram a ocorrência de variação na concordância de gênero, destacando uma alteração no gênero de algumas formas linguísticas que, mesmo sendo normalmente femininas, passam a masculinas.

O interessante é que, se se comparar com os estudos e pesquisas realizados, nas últimas décadas, sobre a variação na concordância de número no português falado no Brasil, encontrar-se-á muito menos divergências. Apesar de não ser objetivo da presente pesquisa fazer tal comparação, por que será que tal coisa acontece? Por que será que a marcação de número é tão suscetível a variação e gênero parece ser mais restrito?

Sobre a extensão e a regularidade da variação na concordância de número na fala popular brasileira, Scherre (1994) comenta que:

O fenômeno da variação na concordância de número no português falado no Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, [...]. Dos trabalhos realizados, conclui-se, portanto, que o fenômeno da variação de número no português do Brasil pode ser caracterizado como um caso de variação inerente, tendo em vista que ocorre em contextos lingüísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis (SCHERRE, 1994, p. 38).

Tendo feito tal panorama dos estudos que abordaram a variação de gênero nas variedades populares do português do Brasil no século passado, tratar-se-á a seguir mais especificamente das pesquisas variacionistas que estudaram, a partir dos anos 2000, especificamente o fenômeno da concordância de gênero sobre uma orientação teórica de cunho funcionalista.

3.4.2 Pesquisas variacionistas sobre o fenômeno da variação na concordância de gênero

3.4.2.1 Lucchesi (2000)

Em sua tese de doutorado, Lucchesi (2000) desenvolveu uma pesquisa debatendo sobre a relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira. Tomando como ponto de partida a questão crucial que envolve a polêmica acerca das origens crioulas do português popular do Brasil (doravante PPB), sua pesquisa estudou a variação na concordância de gênero registrada na fala da comunidade de Helvécia, como ilustrado em (36)-(44) abaixo¹⁶. Caracterizada basicamente por moradores descendentes de escravos africanos, esta comunidade se localiza no Município de Nova Viçosa, extremo sul da Bahia, como já mencionado na seção 2.1 do presente trabalho.

- (36) se tirá o certidão de óbito do meu pai,
 (37) Muitas veze, ‘duece um pessoa, num tem ambulança,
 (38) Os minina d’agora *tudo* achô coisa bom.
 (39) Agora o sinhora lembra de tudo.
 (40) acho que esse cobra tava choca...
 (41) quando num é duença que merecia esses coisa de banho-de-fôia,
 (42) meu saúde num tá boa,
 (43) tem um outro pessoa bobinho que fica ali, né?
 (44) Num sei, mah tem ôto [menina] maih piquena...

Com o objetivo de demonstrar que a evolução interna do sistema do português não dá conta de explicar as alterações que ocorrem na morfologia flexional do PPB, o autor defende

¹⁶ Exemplos retirados de Lucchesi (2000, p. 185,186,191,192,194).

que estas requerem um exame das situações de contato entre línguas que se deram em determinados contextos históricos e sociais específicos. Esta pesquisa foi feita em duas dimensões: um estudo vertical concentrado na descrição da natureza e do estágio dos processos de variação e mudança linguística na comunidade em questão, e um estudo horizontal no qual são comparados os padrões de fala observados entre os falantes mais idosos da comunidade estudada com os de outra comunidade rural, denominada Mato Grosso, situada no Município de Rio das Contas, também na Bahia.

Lucchesi (2000, p.34) levantou a hipótese de que o contato entre línguas teve um papel importante no desenvolvimento do português brasileiro, sobretudo o contato com as línguas africanas. Comenta ainda que as diferenças entre as duas comunidades supracitadas se devem a maior ou menor frequência de variação na concordância de gênero que elas apresentam em decorrência das interferências mais ou menos diretas do contato linguístico. Dessa forma, isso faz com que Helvécia seja caracterizada por uma história de contato intenso e massivo entre línguas¹⁷, ao contrário da comunidade de Mato Grosso que, por sua vez, teve um contato superficial.

A análise variacionista foi feita a partir de um recorte que limita o exame da variação na concordância de gênero à estrutura do Sintagma Nominal (doravante SN). Assim, o autor, mesmo tendo estimado um nível de variação na concordância de predicativo maior do que o verificado na concordância no interior do SN, acaba optando por enfatizar esta última em sua pesquisa. Tal escolha pode ser justificada pelo fato de que a variação da concordância no interior do SN se constitui num fenômeno muito mais localizado do que a variação com o predicativo, só sendo observada em comunidades da fala que passaram por um massivo processo de Transmissão Linguística Irregular (TLI)¹⁸ em sua formação. Tal postura atende mais efetivamente ao seu objetivo no sentido de estabelecer uma relação empiricamente motivada entre determinados fatos linguísticos atuais do PPB e o processo anterior de TLI.

No *corpus*, constituído a partir da fala de 18 informantes da comunidade de Helvécia, foram encontrados 4.023 ocorrências de SNs femininos, das quais apenas 179 representavam estruturas em que a regra de concordância de gênero não foi plenamente aplicada. Em termos de frequência relativa, essas ocorrências correspondem a apenas 5% do total, o que acaba apontando para um estágio final do processo de mudança se sentido na fixação do uso da

¹⁷ Cf. a seção 2.1.

¹⁸ Concebemos TLI como em Lucchesi (2003). O autor afirma que o conceito de transmissão linguística irregular por ele adotado, designa os processos históricos de contato massivo e prolongado entre as línguas, nas quais a língua que mantém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos. Esse contato pode conduzir à formação de uma língua nova, denominada língua pidgin, ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato.

regra padrão de concordância de gênero na comunidade de fala em questão.

O fenômeno de variação foi analisado a partir de duas abordagens distintas: uma sintagmática, na qual são consideradas as relações que unem todos os constituintes do SN, e uma outra mórfica, na qual a realização da categoria de gênero é tratada separadamente em cada constituinte do SN.

Para a abordagem sintagmática, as variáveis linguísticas¹⁹ foram: função sintática do SN, posição do SN em relação ao verbo, constituição sintagmática do SN, constituição morfológica do nome núcleo do SN, vogal temática do nome núcleo no SN, caracterização semântica do nome núcleo do SN, aplicação da regra de concordância de número no SN como um todo e, finalmente, forma fonética do SN.

Nessa abordagem, o grupo de fatores *constituição sintagmática do SN* foi o que se mostrou estatisticamente mais significativo, superado somente pela variável social *faixa etária*. Com os resultados obtidos por meio da seleção desse grupo de fatores, foi verificado que a estrutura mais simples, formada por um determinante e um nome núcleo do sintagma, é a que mais favorece a realização da concordância de gênero.

Já para a abordagem mórfica, foram testadas as variáveis linguísticas *classe gramatical do constituinte*, *posição do constituinte em relação ao nome núcleo*, *saliência fônica* e, ainda, *marcação do número no constituinte*. Aqui, o primeiro grupo de fatores selecionado pelo pacote de programas VARBRUL como estatisticamente significativo foi a variável *classe gramatical do constituinte*. A variável social *faixa etária*, por sua vez, foi selecionada em segundo lugar.

A fim de definir o quadro de variação presente na comunidade estudada, em termos de variação estável ou mudança em progresso, Lucchesi elegeu as variáveis sociais: *faixa etária*, *sexo*, *nível de escolaridade* e *estada fora da comunidade*. Dessas, a variável *faixa etária* foi dividida em três faixas distintas de forma a caracterizar três gerações dentro da mesma comunidade, o que permitiu observar os prováveis processos de mudança em curso no tempo aparente.

Dessas variáveis, a selecionada como estatisticamente mais relevante foi a *faixa etária*, cujos resultados, segundo o autor, indicam um processo de mudança em progresso, uma vez que a variante inovadora, ou seja, a aplicação da regra de concordância de gênero, é a mais expressiva entre os falantes mais jovens. Ainda, foram selecionadas também a variável *sexo*, com os homens liderando a mudança, e a variável *estada fora da comunidade*. Esses

¹⁹ Para mais informações a respeito dos termos técnicos utilizados no campo da Sociolinguística Variacionista, cf. Tarallo, 1994.

resultados possibilitaram ao estudioso concluir que o percentual de variação na ordem de 5%, observado na comunidade como um todo, demonstra que o processo de mudança se encontra, provavelmente, em um dos seus estágios finais. (LUCCHESI, 2000, p.294)

O próximo passo de Lucchesi foi estabelecer uma comparação entre o quadro de variação observado na comunidade de Helvécia e o da comunidade de Mato Grosso, cujo objetivo era demonstrar que a variação na concordância de gênero encontrada na primeira é consequência de um processo de TLI produzido por um contato mais intenso entre línguas do que o que se deu na segunda.

Assim, foi analisado um *corpus* constituído pela fala de oito informantes com mais de sessenta anos, de ambas as comunidades. Em Helvécia, a análise demonstrou que a variação na concordância de gênero na estrutura do SN era condicionada pelos mesmos fatores que se aplicaram à análise da amostra como um todo, incluindo as três faixas etárias, embora tenha alcançado um nível mais elevado, a saber, 10%.

Por outro lado, foram identificados 1.456 SNs femininos em Mato Grosso, dos quais somente 28 não apresentaram a realização de uma concordância plena, correspondendo a um índice de apenas 2%. Vale destacar que a análise quantitativa feita por Lucchesi com os dados de Mato Grosso contou com as mesmas variáveis linguísticas estabelecidas para a análise dos dados da comunidade de Helvécia.

Contudo, os resultados obtidos com a análise contrastiva são bem diferentes, o que levou o autor a observar que o quadro de variação sistêmica e estruturada que se verifica ainda hoje em Helvécia é resultado do contato direto e intenso do português com as línguas africanas que se deu na comunidade no período colonial, fato que parece não ter acontecido na comunidade de Mato Grosso, devido à variação aleatória encontrada nessa comunidade.

Em suma, Lucchesi toma, em sua tese, a variação de gênero como um forte argumento a favor da hipótese de uma criouliização prévia do português no período colonial. Por suas descobertas, esse trabalho é considerado como de fundamental importância e referência no campo da linguística para aqueles que pretendem se debruçar sobre o fenômeno na concordância de gênero.

3.4.2.2 Dettoni (2003)

Em seu estudo de 2003, Dettoni analisou a variação na concordância de gênero na variedade do português falada na região da baixada cuiabana. Esta região, localizada no Estado de Mato Grosso, é formada pela capital, Cuiabá, e municípios vizinhos que se

desenvolveram, desde o período colonial, às margens dos rios Cuiabá e do rio Paraguai. De acordo com a pesquisadora, esta área se distingue das outras regiões do Estado por suas peculiaridades nos costumes, na cultura popular local e, sobretudo, em sua linguagem.

O foco central da análise da linguista foi à marcação do gênero gramatical na relação anafórica, nas construções em que um nome feminino é, em certa frequência, retomado pela forma pronominal masculina *ele*, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

- (45) “*Bananinha*, dia que Rafael vim *ele* panha, porque *ele*, com esse frio, *ele* custa a madurar”.
- (46) “Uai, *mandioca*, a senhora casca *ela*, lava bem *lavadinho*. A senhora vai com *ele* no ralo, se não tem catitu, rela *ele* no ralo, daí a senhora imprensa a massa no tipiti...”

Para a análise da marcação de gênero na relação anafórica, tomada como variável sociolinguística, só foram consideradas as construções em que o antecedente do pronome em função de anáfora era constituído por um nome classificado como feminino no léxico do português, uma vez que estas eram as construções que apresentavam variação na marcação do gênero. Em seu *corpus*, de acordo com a autora, os nomes classificados como masculinos no léxico do português são sempre retomados por um anafórico também na forma masculina, ou seja, não apresentam variação.

A amostra da pesquisa continha 882 dados e foi organizada a partir de entrevistas informais realizadas com dezoito falantes nativos, distribuídos em três faixas etárias (15 a 25 anos, 30 a 45 anos e acima de 60) e três níveis de escolaridade, a saber, iletrados, quarta série e oitava série.

Dettoni partiu da hipótese de que havia marcação variável de gênero na variedade linguística da baixada cuiabana, e que, por sua vez, esta marcação variável seria condicionada pelo *traço de animacidade* que caracteriza o nome que funciona como núcleo em uma relação de concordância. A autora considerou também a hipótese da ocorrência de um processo de mudança linguística em curso nesta variedade do português, decorrente do fato de a fala da geração mais jovem refletir um comportamento linguístico diferenciado, com a perda gradual das estruturas com variação na concordância de gênero e o uso, cada vez mais frequente, de construções típicas do português chamado padrão.

Na pesquisa em questão, as variáveis linguística que o programa VARBRUL selecionou como estatisticamente relevantes, foram: *tipo de referência do antecedente*,

distância entre antecedente e anafórico, grau de escolaridade, faixa etária, natureza morfológica do antecedente e, ainda, presença x ausência de determinante junto ao antecedente.

Das variáveis supracitadas, a *tipo de referência do antecedente* foi selecionada como a variável estatisticamente mais relevante, o que levou a autora a refutar sua hipótese inicial de que nomes com o traço [*inanimado*] constituiriam o ambiente mais favorável ao uso de *ele* e também a perceber que a referência genérica tende a favorecer a retomada pelo anafórico masculino.

Nesse trabalho, os valores obtidos com o programa estatístico, tanto em frequência quanto em pesos relativos, referentes ao efeito dessa variável, sempre se mostraram estatisticamente significativos. Mesmo nos cruzamentos feitos pela autora entre outras variáveis e a variável *tipo de referência do antecedente*, os resultados obtidos sempre mantiveram a *referência genérica* como o fator mais favorável a retomada por *ele*.

Dessa forma, os dados levaram Dettoni a observar ainda que, além da *referência genérica*, as características morfológicas do antecedente, que pode ser constituído por um nome sem flexão de gênero, associadas à ausência de um determinante junto ao antecedente, também acabaram se revelando como fatores favorecedores da retomada pronominal por *ele*.

Ainda, outro aspecto da pesquisa que merece destaque se refere à distribuição do fenômeno variável nas diversas faixas etárias selecionadas pela linguista. Foi constatado que, na fala da geração mais idosa, o fenômeno é mais generalizado, podendo abarcar antecedentes de características variadas. Ao passo que se caminha em direção as gerações menos adultas, os contextos de variação se restringiriam mais. Assim, na fala dos informantes mais jovens, a ocorrência do fenômeno se apresentava de forma mais restrita.

Com relação à variável *escolaridade*, a pesquisadora considerou que o acesso, cada vez maior, dos falantes a níveis de escolaridade mais altos tem contribuído para a assimilação de formas de expressão mais prestigiadas da língua, com a consequente neutralização das marcas típicas da variedade regional.

Entretanto, a autora evidenciada que a mudança na concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana não se traduz apenas por uma mudança motivada por fatores de cunho social, mas também por um forte condicionamento linguístico que vem ocorrendo no nível morfossintático e fonológico do dialeto.

3.4.2.3 Karim (2004)

O trabalho da linguística abordou a variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres, localizada no Estado de Mato Grosso, focalizando as variantes *presença e ausência de concordância*. Assim, a autora avaliou que o fenômeno da variação na fala dos habitantes nativos da comunidade é um fato comum e correlacionado, de maneira significativa, a fatores *extralinguísticos*, sobretudo os fatores *idade e escolaridade*.

O *corpus* dessa pesquisa foi constituído com base em amostras de fala obtidas por meio de entrevistas gravadas na cidade de Cáceres durante o ano de 2001. A amostra de fala era composta por 36 entrevistas realizadas com informantes nativos da comunidade supracitada, feitas de acordo com as técnicas da pesquisa sociolinguística. Nessa amostra, a linguista observou que a ausência de concordância de gênero se manifestava em três situações distintas, ilustradas nos exemplos abaixo:

- (47) Indiferença ao gênero no uso de artigos com predominância do uso do masculino, substituindo ou antecedendo palavras femininas:
 “saíram pra vir *no* Santa”.
 “Mora *num* casa desses”.
- (48) A não-marcação do feminino nos adjetivos, os quais podem ser usados no gênero masculino aplicados a seres femininos:
 “a gente brincava muito principalmente quando tava lua *claro*”.
 “a infância era *maravilhoso*”.
- (49) O emprego de pronomes masculinos para se referir a seres femininos:
 “assim aqui em casa eu tiro roupa de Vaninho, tiro *meu*”.

Como dito anteriormente, dos fatores selecionados, os mais decisivos na aplicação da regra foram os sociais. A fim de definir a variável dependente, a autora considerou a atuação ou não do mecanismo de concordância de gênero no sintagma nominal e no sintagma verbal (doravante SV) somente em palavras femininas. Assim, a pesquisadora concluiu que o emprego da concordância, segundo a norma padrão está, principalmente, circunscrito ao nível do SN, onde foi encontrado um alto índice de *presença de concordância*. Por outro lado, foi observado que o cacerense utilizava a regra de concordância no SV com uma frequência bem inferior ao utilizado no SN. Dessa forma, a regra não-padrão *ausência de concordância* na relação entre o predicativo e o sujeito da oração era muito mais utilizada, atingindo 30% da

aplicação da regra.

Vale a pena ressaltar que a variante *ausência parcial de concordância* não apresentou uma diferença significativa em relação aos casos de ausência total de concordância, razão pela qual as ocorrências dessas duas variantes foram amalgamadas na discussão dos demais grupos de fatores.

Sobre o fator *sexo*, Karim verificou que não há diferenças significativas entre homens e mulheres quanto à variação de concordância de gênero no nível do SN. A pesquisadora acredita que os índices apresentados na variante *presença de concordância* possam refletir uma tendência à homogeneidade dos padrões de comportamento linguístico da comunidade de Cárceres. Contudo, no nível do SV a variante *ausência de concordância* apresentou um índice mais alto na fala dos homens do que na fala das mulheres, demonstrando, assim, que as mulheres estariam fazendo, neste caso, mais uso da forma padrão do que os homens.

Já com relação ao fator extralinguístico *grau de escolaridade*, o resultado obtido vai no sentido esperado, uma vez que o que se verificou é que os falantes com grau de escolaridade mais alto aplicam mais a concordância em detrimento daqueles que possuem apenas o primeiro grau. Aqui nenhuma novidade foi observada pela autora, já que esse tipo de resultado pode ser observado em outros trabalhos dentro da sociolinguística, inclusive os citados na presente pesquisa em seções anteriores.

Quanto a variável *idade*, sua influência foi relevante e decisiva para que se pudessem detectar as variações. A análise dos resultados obtidos tornou possível verificar a forte tendência dos informantes da faixa etária mais velha utilizarem a forma não padrão. Com isso, foi possível observar um contraste bem marcado entre duas faixas mais jovens e a faixa dos mais velhos. Enquanto os primeiros se mantêm relativamente próximos aos índices gerais, os falantes mais velhos se distanciaram significativamente daqueles resultados, evidenciando uma fala marcada fortemente pela variante *ausência de concordância*.

Segundo Karim, esses resultados indicam, aparentemente, que está ocorrendo um processo de mudança linguística, na medida em que a variante não padrão resiste principalmente na fala dos mais velhos. De acordo com a autora, essa tendência poderia estar sendo condicionada por vários fatores, dentre os quais se podem citar: o fluxo de movimentos migratórios, a expansão dos meios de comunicação de massa, a abertura da rodovia federal BR 070 e, ainda, a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Porém, a autora acredita que esse resultado encontraria explicação no fato de que os falantes mais jovens estarem mais expostos ao mercado profissional e, portanto, sofrendo maior pressão normativa. É preciso levar em consideração que uma grande parcela do

mercado de trabalho dessa comunidade é mantida por imigrantes de diversas regiões do país. A autora registra que essas pessoas estranham não só o modo de falar da região como os costumes e as tradições, estigmatizando a comunidade, o que acaba desprestigiando a fala dos nativos e forçando uma mudança linguística. Assim, os nativos tendem a perder os traços característicos da região, na tentativa de se igualar a outras comunidades.

Tendo em vista o relatado pela autora, a mesma defende que os resultados obtidos em sua pesquisa mostraram como fatores socioeconômicos e culturais criam as condições para o início de um nivelamento linguístico, que tende a eliminar a marca característica da região em função do padrão de realização da regra de concordância de gênero. Assim, a autora finaliza seu trabalho destacando que os padrões sociolinguísticos não podem ser compreendidos apenas em termos de suas relações internas, mas devem ser considerados como parte de um contexto sociocultural mais amplo.

3.4.2.4 Navarro (2005)

A pesquisa de Navarro teve como objetivo analisar a variação na concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na variedade do português falada na região rural do Estado do Paraná denominada Paraná Tradicional. Esta região surgiu no século XVII em decorrência do ciclo do ouro e nos séculos XVIII e XIX se estruturou com a atividade dos tropeiros e dos imigrantes europeus.

Nesta pesquisa, os instrumentos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista foram fundamentais para que a autora pudesse mostrar a frequência da variação e identificar quais os condicionadores eram mais decisivos na variação da concordância de gênero que envolve as relações entre o sujeito e o predicativo.

Numa análise preliminar dos dados, a autora foi levada a constatar que os núcleos dos predicativos representados por nomes masculinos eram ligados, com frequência, a sujeitos representados por nomes femininos, o que foge à norma padrão. Por outro lado, a linguísta destacou que núcleos de predicativos representados por itens lexicais classificados como masculinos no léxico português eram sempre ligados a sujeitos também representados por um item na forma masculina, de acordo com a forma padrão.

Assim sendo, a fim de verificar o fenômeno escolhido para o desenvolvimento de sua pesquisa, Navarro considerou como dados apenas às construções em que um item lexical classificado como feminino dentro do léxico da língua portuguesa exerce a função de sujeito, o qual se liga, por sua vez, a um núcleo de predicativo biforme, como nos exemplos abaixo:

- (50) ...a nova que *ela* está bem *pequeninho*...
- (51) ...a *espiga* ficou *ralo*...
- (52) ...as *asas* por baixo é *branco*...
- (53) ...as *costas* é *preto*...
- (54) ..daí a *filha* dela era *pequeno*...
- (55) ...essa *doença* é *conhecido*...
- (56) ...*criança* é *bobo*, né...
- (57) ...a *semente* é *gêmeo*...
- (58) ...*mulher* é *fraco* mesmo...

Este estudo partiu do pressuposto de que a produção do fenômeno da variação da concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo no falar do Paraná Tradicional rural pode ser explicada tanto pela atuação de variáveis linguísticas, que representam os fatores estruturais da gramática da comunidade na qual a variação na concordância de gênero está relacionada, quanto por variáveis sociais, que podem oferecer um quadro dos padrões de comportamento linguístico na estrutura social da comunidade. Para tanto, como dito anteriormente, a pesquisadora optou pelos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista devido, segundo ela, à propriedade desta em associar a atividade linguística com a situação social do falante, afastando-se do tipo de análise que considera apenas categorias gramaticais para o entendimento das variedades linguísticas ao estudar os fenômenos linguísticos.

Serviram de fonte para o estudo desenvolvido os dados obtidos pelos pesquisadores que participaram da elaboração do Atlas Linguístico do Paraná. Foram inquiridos 130 informantes distribuídos em 65 pontos linguísticos, de modo a representar todo o Estado. Em decorrência do grande número de informantes, a análise foi delimitada aos pontos linguísticos correspondentes aos núcleos de povoamento dos períodos dos séculos XVII, XVIII e XIX e passa-se a contar com dados de 40 informantes.

Dentre as seis variáveis linguísticas propostas como condicionadoras da produção do fenômeno estudado, quatro foram ao encontro da expectativa inicial da autora ao selecioná-las. São elas: *núcleo do predicativo*, *ordem dos elementos na construção*, *tipo de referência do sujeito* e *característica formal do sujeito*.

Os dados fornecidos pelo programa de regras variáveis indicaram, nessa pesquisa, o fator *formas participiais* do grupo de fatores *núcleo do predicativo* como o maior fornecedor

de ausência de concordância. Com isso, não se confirmou a hipótese inicial da autora de que a *referência genérica* do nome que representa o sujeito da construção constituiria o ambiente mais favorável para a ausência de concordância de gênero entre este e o seu predicativo.

Contudo, foi possível afirmar, de acordo com a autora, com base no percentual e no peso relativo fornecido pela análise quantitativa para a variante *ausência de concordância*, que a referência genérica pode influenciar sim a ausência de concordância entre as categorias analisadas.

Os resultados indicaram que a *ordem não canônica* favoreceria a ausência de concordância, correspondendo à hipótese formulada de que o fenômeno também pode ser atribuído à interrupção do fluxo do processamento linear do pensamento dos falantes, o que não ocorreu para a variação da concordância de número pesquisada por Scherre (1991), comparação esta feita pela autora.

Em relação ao fator condicionador *sexo*, mesmo sendo selecionado pelo VARBRUL, Navarro destaca que tal fator apresentou números pouco expressivos em relação às diferenças na fala de homens e mulheres. Ainda assim, os números em percentuais e em pesos relativos indicaram ser menor a ausência de concordância na fala dos homens. Assim, os homens estariam mais orientados em direção às formas de prestígio do que as mulheres. Tal fato diverge do comumente encontrado nesse tipo de análise, uma vez que o que geralmente ocorre é que as mulheres acabam liderando as mudanças em direção às formas consideradas padrão.

Quanto as variáveis *grau de escolaridade* e *faixa etária* não foram apontadas como estatisticamente relevantes na aplicação da regra variável. Com relação ao grau de escolaridade, a autora comenta que isso talvez possa ser atribuído ao fato dela ter utilizado apenas informantes que cursaram até a quarta série do ensino fundamental o que, atualmente, significa muito pouco em termos de aprendizagem.

Mesmo assim, a autora não desprezou os resultados que, mesmo com poucas diferenças em termos percentuais, levaram-na a concluir que os falantes mais velhos e analfabetos utilizam com maior frequência a variante não padrão. Navarro acredita que, com isso, a maioria das comunidades rurais do país tem sido atingida por processos de mudança linguística nas últimas décadas.

A autora afirma que a mudança em questão pode estar sendo condicionada por vários fatores, dentro os quais ela destacou: o êxodo rural, a expansão dos meios de comunicação de massa, a melhora das estradas rurais e a abertura de rodovias, o maior acesso a tecnologia, ao sistema educacional, aos meios de transporte e aos serviços públicos, em geral. Como consequência, assim como destacado também, por exemplo, no trabalho de Karim (2004), o

estilo de vida dos falantes rurais não foge às pressões da sociedade capitalista, em que a variedade padrão é a mais valorizada.

Tendo em vista os trabalhos de cunho funcionalista apresentados nessa seção da presente pesquisa, pode-se afirmar que o estudo linguístico das comunidades rurais nos mais diversos cantos do Brasil é de grande relevância não apenas no âmbito da sociolinguística, mas também por representar uma importante contribuição para o conhecimento e caracterização da identidade cultural dos brasileiros de origem rural, que vem sendo estigmatizados ao longo dos anos e, assim, contribuir para a descrição da língua portuguesa falada no país.

Outro fato notável sobre esses trabalhos é que, apesar de abordarem a variação na concordância de gênero em situações distintas e em diferentes variedades do português em diversas regiões do país, todos os referidos pesquisadores assinalaram em seus trabalhos que a correlação de fatores sociais e linguísticos revela um processo de mudança que aponta para a fixação da regra de concordância de gênero em que o fenômeno da variação vai sendo substituído gradualmente pela aquisição da regra de concordância sob a influência da língua padrão.

Contudo, apesar da extrema relevância desses trabalhos do ponto de vista descritivo e expositivo, ainda se acredita que os mesmos carecem de informações de cunho mais explicativos, principalmente aquelas que escapam ao nível do social, ou seja, falta uma busca maior por possíveis explicações para o comportamento da concordância de gênero presentes no próprio sistema da língua.

Na próxima seção, traz-se à baila trabalhos de orientação formalistas que buscaram discutir a questão do funcionamento da concordância de gênero tanto no português do Brasil quanto em outras línguas, como o crioulo de base portuguesa falado em Cabo verde.

3.4.2.5. Antonino (2012)

Partindo do pressuposto de que a língua portuguesa possui um sistema de regras de concordância considerado redundante, fato que facilita a ocorrência da flutuação da aplicação dessas regras, Antonino (2012) investiga a variação na concordância nominal de número e de gênero em estruturas de predicativo do sujeito e voz passiva.

Segundo a autora, sabe-se que, no português do Brasil, durante o período da colonização, houve um massivo contato entre línguas que poderia conduzir a formação de uma de uma língua historicamente nova, denominada língua pidgin e crioula, ou à simples

formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato. (LUCCHESI, 2000, p. 99). Assim, a pesquisadora defendeu a hipótese de que, ainda que não tivesse sofrido uma criouliização, o PB foi bastante alterado devido a um processo de transmissão linguística irregular e, como geralmente acontece nessas ocasiões, houve uma redução da morfologia flexional da língua alvo.

Dessa forma, Antonino buscou comprovar a hipótese de que o falante popular da variedade urbana do português do Brasil está em um ponto, no *continuum* de formas linguísticas, consideravelmente distante de onde se encontra um falante popular de uma variedade rural isolada. Para isso, a autora fez uma análise, pautada na Teoria da Variação, da fala popular urbana de quatro bairros periféricos da cidade de Salvador e um da região metropolitana, a saber, respectivamente: Liberdade, Cajazeiras, Itapuã, Plataforma e Lauro de Freitas, com o objetivo de analisar contrastivamente os dados de pesquisas com o português popular de comunidades afro-brasileiras isoladas (LUCCHESI, 2008) e o português popular do interior da Bahia, porém não marcado etnicamente (ANTONINO, 2007).

Antes de partir para a análise dos dados, Antonino (2012) discutiu a noção de polarização linguística no Brasil recorrendo à história da formação do país, afirmando que o fato social que separava, no período da colonização, e que de alguma forma ainda separa, nos dias atuais, a camada desprivilegiada e a camada dominante era imenso. Partindo dessa ideia, a pesquisadora afirma que na base da pirâmide social havia uma babel de línguas, em que conviviam nativos indígenas, africanos escravos e alguns mestiços e que entre eles se aprendia o português de forma precária, uma vez que não havia uma ação normativizadora (como já mencionado anteriormente na presente pesquisa) ou mesmo porque não havia um maior contato com os falantes da língua portuguesa transplantada para o Brasil, já que a camada trabalhadora, que compunha a mão-de-obra que trabalhava pelo crescimento do país, era a grande maioria populacional da época e vivia nas zonas rurais, sem acesso ao mínimo para ser considerado um cidadão.

Seguindo a temática da polarização, a autora relata que, no topo da pirâmide, buscando manter um distanciamento social e, portanto, linguístico da grande maioria pobre, estavam os brancos europeus. O português ensinado aos filhos desses brancos era o europeu e, para que isso acontecesse, professores eram trazidos de Portugal. Quando atingiam a idade adulta, esses descendentes de europeus iam estudar fora do Brasil.

Assim, Antonino afirma que essa realidade polarizada do período colonial, ou seja, período de formação do português do Brasil, exerceu fortes influências sobre a língua, sobretudo sobre sua variedade popular, falada pela grande maioria da população. Nos dias

atuais, ainda se pode observar, de certa forma, essa realidade polarizada. Contudo, a linguista ressalta que as distâncias vêm sendo cada vez mais atenuadas por conta do acesso mais facilitado aos meios de comunicação, ao sistema de transporte mais amplo, e à maior possibilidade de ingresso nas escolas, que propagam os padrões linguísticos dos grandes centros urbanos para todas as regiões do Brasil. Dessa forma, tem-se uma atenuação das marcas características da fala popular, provenientes, sobretudo, das simplificações sofridas no passado pelo contato entre línguas, enquanto a fala da camada culta já se afasta bastante da realidade do português de “além-mar”.

Segundo a autora, mesmo com a atenuação dos polos, é possível notar características peculiares à vertente popular do português do Brasil, principalmente em regiões geograficamente mais isoladas. Contudo, mesmo na fala popular urbana, marcas de uma situação anterior de contato ainda são bastante significativas.

É partindo dessas ideias supracitadas que a autora parte para a observação empírica dos dados de fala produzidos nos quatro bairros populares da cidade de Salvador e em mais um da região metropolitana. Tal análise tornou possível a definição de fatores, linguísticos e sociais, que atuam favorecendo ou desfavorecendo a aplicação das regras de concordância nominal em predicativos e em passivas, objetos de estudo do trabalho em questão.

Quanto à concordância de número²⁰, os resultados desta pesquisa mostraram a existência de um continuum linguístico, que parte de uma situação em que a marcação de número em predicativos/passivas em comunidades afro-brasileiras isoladas é quase inexistente, com a aplicação da regra em apenas 1%, aumentado para 4% na fala do interior do país não marcada etnicamente, atingindo o índice de 14,6% de marcação de número na fala popular urbana. A autora chama atenção para o fato de as comunidades urbanas sofrerem influência de agências padronizadoras e, por essa razão, ainda que se trate de falantes analfabetos e semi-alfabetizados, o índice de marcação da concordância se evidencia um pouco mais elevado.

Com relação à concordância nominal de gênero, também se observou, na pesquisa em questão, o desenho de um continuum linguístico, com 81% de marcação de gênero nas comunidades afro-brasileiras isoladas, 94% nas comunidades do interior da Bahia e 95,5% nos bairros populares de Salvador. Nota-se que a categoria de gênero é muito menos afetada pela variação linguística, porque, segundo a pesquisadora, a categoria de número se mostra

²⁰ Destacamos que a concordância de número não faz parte do escopo de nossa pesquisa. Mostramos os resultados de Antonino (2012) apenas a nível de conhecimento de seu trabalho, mas ressaltamos que nossa preocupação é com a concordância de gênero.

muito mais redundante já que para marcar o plural faz-se necessário exibir marca de número em todos os constituintes do SN.

Quanto aos fatores estatisticamente relevantes, o programa GOLDVARB selecionou quatro variáveis linguísticas e uma social. Observando a concordância nominal de gênero em predicativos/passivas, a ordem dos constituintes na sentença se mostrou mais uma vez relevante, reforçando que a ordem direta (sujeito – predicativo), como nos exemplos (59) e (60) abaixo²¹, favorece a marcação da concordância, enquanto a ordem indireta, em que o sujeito aparece posposto ao predicativo, como nos exemplos (61) e (62) abaixo²², a desfavorece.

- (59) **Ela** é mais **alta** do que eu.
- (60) Gora se botá ôto nome, **a bichinha** tá ficano **velho** também...
- (61) É a mais assim **espontânea** é a **Fafá**, as ôtras eu acho que não.
- (62) Era muito **tranquilo Cajazêra**, agora com esse negócio desses... dessas drogas aí é que tá mêm cavernosa, mas assim mesmo Cajazêra onze, mesmo, é bastante perigosa.

De acordo com a autora, isso se dá provavelmente por conta de o falante acreditar, intuitivamente, que a posição do sujeito em uma sentença é sempre a inicial, fato que faz com que ele não veja o sujeito posposto como tal e, por isso, não realize a concordância. (ANTONINO, 2012, p. 130). Para ela, conforme o esperado, nas sentenças em que o sujeito se pospõe ao predicativo, há um desfavorecimento da aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com um peso relativo²³ de 0.22, ao passo que, quando os constituintes se apresentam na ordem direta, a aplicação da regra de marcação do gênero se mantém num nível neutro, com pelo relativo de 0.50.

A variável *indicação de gênero no SN sujeito*, proposta a partir dos princípios da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000) e do paralelismo formal (SCHERRE, NARO, 1993)²⁴, também foi selecionada como estatisticamente relevante. Quando, no SN sujeito, o núcleo

²¹ Exemplos retirados de Antonino (2012, p. 129)

²² Exemplos retirados de Antonino (2012, p. 130)

²³ Para maior conhecimento dos termos técnicos utilizados pela Sociolinguística quantitativa, cf. Tarallo (1994).

²⁴ Segundo Antonino (2012, p. 131), o primeiro princípio traz a hipótese de que a marcação de gênero em predicativos do sujeito e na voz passiva seria maior quando houvesse, também, marcas explícitas de gênero no sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero desses predicativos e passivas, estabelecendo, assim, uma forte relação com o princípio do paralelismo formal, que sugere que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, já que o emprego de determinadas formas influenciaria o uso de formas semelhantes em um mesmo discurso.

trazia um nome com marcas explícitas de gênero, como *mãe, vaca, menina, gata, garota*, a concordância nominal com seu predicativo/passiva era sempre maior, com peso relativo de 0.84, enquanto, ao contrário, com sujeito sem marcas explícitas de gênero, como pronomes ou nomes sem flexão, a concordância foi desfavorecida, marcando um peso relativo de 0.58, ou seja, dentro da zona de neutralidade.

Outro fator linguístico considerado relevante pelo GOLDVARB foi a variável *referência ao falante*, que indica que, sempre que o sujeito se inclui no discurso, como nos exemplos (63) e (64) abaixo, a marcação de gênero é maior, graça a um “um tipo de condicionamento egocêntrico do comportamento linguístico” (LUCCHESI, 2008, p.160), com peso relativo de 0.65. De forma oposta, se o sujeito não inclui o falante, como nos exemplos (65) e (66) abaixo, observa-se considerável desfavorecimento na aplicação da regra de concordância nominal de gênero em predicativos/passivas, com peso relativo de 0.41.

(63) Não, eu num faço nada lá não, **eu** num sou filha de santo não.

(64) Tem que ficá trancafiado.²⁵

(65) **Minha água é cortada** que eles cortaro, eu aí nem ligo.

(66) **Ôtas vacina** que ela toma é **barato**.

Para encerrar as variáveis selecionadas pelo programa de regras estatísticas com relação ao gênero, tem-se a *caracterização semântica do sujeito*. Assim como o encontrado para o número na pesquisa em questão, os sujeitos com traço [+ humano] favorecerem a marcação de gênero, como no exemplo (67) abaixo, com peso relativo de 0.55, enquanto os outros sujeitos, com traço [- humano], como nos exemplos (68) e (69) abaixo, tendem ao desfavorecimento.

(67) **Ela** é mais **alta** do que eu.

(68) ...chega lá **a tela** nem tem mais que é tudo **furado**.

(69) E ela toma **as vacina**, que as vacina que ela toma é **tudo caro** e não e...
no SUS não dá.

Ainda que não selecionada pelo programa, a variável *concordância verbal* também exibiu resultados interessantes, reforçando o princípio da coesão estrutural: todas as

²⁵ De acordo com Antonino (2012, p. 134), esta frase foi dita por uma mulher, referindo-se a si e a seu grupo.

ocorrências com verbos com marcas de plural também trouxeram predicativos com marcas de gênero.

O estudo realizado por Antonino indicou também que os fatores sociais podem influenciar em maior ou menor grau o condicionamento da concordância nominal em predicativos/passivas. As variáveis tradicionalmente usadas em trabalhos sociolinguísticos, como *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*, não foram selecionadas como estatisticamente relevantes, porém as variáveis *rede de relações* e *nível de exposição à mídia* o foram.

Com relação à concordância gênero, a variável *rede de relações* foi selecionada pelo GoldVarb, porém exibiu um resultado oposto ao esperado pela autora. De acordo com os dados, os falantes com rede de relação local, que convivem mais com as pessoas do próprio bairro, fazem mais concordância, com peso relativo de 0.57. Esperava-se que aqueles com rede de relações dispersas exibissem maior nível de concordância, contudo isso pode ter ocorrido por conta de a vida nos ambientes urbanos ser diferenciada, ser muito mais integrada. Ainda que o falante se diga de uma rede local, ele tem maior facilidade de locomoção pela cidade, tem acesso aos meios de comunicação e tudo isso ajuda na importação de regras, ampliando a marcação de gênero. (ANTONINO, 2012, p.152-153).

A variável nível de exposição à mídia foi selecionada tanto com relação à concordância nominal de número quanto com relação à concordância nominal de gênero. De uma forma bem clara e bem delineada, os falantes que se expõem mais à mídia fazem mais concordância do que aqueles que afirmam assistir pouco a TV ou ouvir pouco rádio. Um dado interessante observado é a influência da mídia religiosa na fala popular. Os falantes mais expostos a programas religiosos exibiram um nível de marcação de plural bastante superior aos demais.

Após a análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa com a fala popular urbana de Salvador, a autora pôde afirmar que fatores sociais e linguísticos atuam paralelamente no condicionamento da concordância nominal de número e de gênero em predicativos e em estruturas passivas. No entanto, Antonino destaca que não se pode perder de vista que a concordância de gênero e de número se comportam de formas diferente e, por isso, recebem maior ou menor influência de determinados fatores sociais também de forma diferente. Segundo a pesquisadora, o gênero é nitidamente mais afetado pelo contato entre línguas, enquanto a variação na concordância de número é algo muito mais generalizado, aparecendo desde o português afro-brasileiro ao urbano, indo desde a fala popular à culta.

A autora encerra seu trabalho destacando que é inegável, analisando os *continua* obtidos, que a história da formação do português, com um massivo contato entre línguas,

influenciou de forma contundente na caracterização atual do Português Popular do Brasil. Nota-se, no entanto, que a influência dos centros urbanos é cada vez maior, ganhando espaço e modificando a fala popular das cidades do interior. Ainda assim, a polarização sociolinguística se mantém fortalecida pelas carências sociais do povo brasileiro, que ainda luta por comida, que ainda vai à escola pensando na merenda escolar. É impossível que tal situação não se reflita na realidade linguística do país.

3.4.2.6 Sumário

Tendo em vista os trabalhos de cunho funcionalista apresentados nessa seção, pode-se afirmar que o estudo linguístico das comunidades rurais nos mais diversos cantos do Brasil é de grande relevância não apenas no âmbito da sociolinguística, mas também por representar uma importante contribuição para o conhecimento e caracterização da identidade cultural dos brasileiros de origem rural, que vem sendo estigmatizados ao longo dos anos e, assim, contribuir para a descrição da língua portuguesa falada no país.

Outro fato notável sobre esses trabalhos é que, apesar de abordarem a variação na concordância de gênero em situações distintas em diferentes variedades do português e em diversas regiões do país, todos os referidos pesquisadores assinalaram em seus trabalhos que a correlação de fatores sociais e linguísticos revela um processo de mudança que aponta para a fixação da regra de concordância de gênero em que o fenômeno da variação vai sendo substituído gradualmente pela aquisição da regra de concordância sob a influência da língua padrão.

Contudo, apesar da extrema relevância desses trabalhos do ponto de vista descritivo e expositivo, ainda se acredita que os mesmos carecem de informações de cunho mais explicativos, principalmente aquelas que escapam ao nível do social, ou seja, falta uma busca maior por possíveis explicações para o comportamento da concordância de gênero presentes no próprio sistema da língua.

Na próxima seção, trazer-se-á a baila trabalhos de orientação formalistas que buscaram discutir a questão do funcionamento da concordância de gênero tanto no português do Brasil quanto em outras línguas, como as descritas por Corbett (1991).

3.4.3 Estudos formais sobre a concordância de gênero

3.4.3.1 Corbett (1991)

Gênero (GEN) representa, sem dúvida, uma das categorias gramaticais mais singulares, uma vez que não possui um estatuto universal. Um dos grandes autores que tratou de gênero sob um ponto de vista formal foi Greville Corbett (1991), afirmando que, enquanto o GEN é central para algumas línguas, noutras está completamente ausente.

Segundo a proposta de Corbett (1991), a marcação do GEN de um nome está dependente de dois tipos de informação: o significado do item nominal e a respectiva forma. Tais propriedades (semânticas e formais), que servem de base à definição do conceito de GEN gramatical, só podem ser consideradas numa língua se, nela, despoletarem o fenómeno da concordância sintática. Este fato permite distinguir os sistemas de classes de GEN dos sistemas de classes nominais. Nas línguas africanas, por exemplo, predomina o sistema de classes nominais que se caracteriza pela presença dos classificadores, i.e., partículas morfológicas (p.ex. prefixos) agregadas ao nome e que identificam a classe a que estes pertencem. Estes sistemas também se encontram em línguas de outros continentes, como na Austrália, Ásia e América. (PAYNE, 2003, p.109).

Defende Corbett (1991), e como se referiu, que a atribuição dos valores de GEN pode depender dos seguintes critérios: por um lado, o critério semântico, em que a marcação do valor de GEN está diretamente associada ao conteúdo referencial do nome e, por outro, o critério formal, dizendo respeito a regras do tipo morfológico e fonológico, associáveis aos valores de GEN. Tendo em conta os critérios de marcação de GEN que cada língua seleciona, o autor analisa um conjunto de duzentas línguas a partir das quais propõe uma tipologia, postulando a existência de: i) sistemas de marcação de GEN puramente lexicais, visto que a marcação dos valores de GEN se realiza através da aplicação de critérios semânticos²⁶; ii) sistemas de marcação de GEN simultaneamente lexicais e gramaticais/formais; iii) e a possível existência de sistemas de GEN exclusivamente gramaticais/formais. Contudo, ao estudar os sistemas de marcação de GEN, Corbett conclui que não existe nenhuma língua que apresente um sistema de marcação de GEN estritamente formal, i.e., em que se apliquem somente os critérios formais. Tal conclusão demonstra que os sistemas de GEN possuem, em

²⁶ Um sistema de marcação de GEN estritamente semântico é o que ocorre, por exemplo, em Tamil. Nesta língua, nomes com referentes sexuados recebem o valor de GEN (masculino ou feminino) de acordo com o sexo do referente e os nomes não-sexuados são do GEN neutro. Cf. Corbett, (1991, p. 09).

maior ou menor grau, uma estreita ligação com os critérios semânticos. (CORBETT, 1991, p.63).

Por fim, acrescenta-se ainda o fato de o número de categorias de GEN ser variável de língua para língua. Corbett nota que línguas do mesmo tipo (como as que descendem do Indo-Europeu) “show gender (some with three genders, others having reduced the number to two); a few have lost gender, while others, notably the Slavonic group, are introducing new subgenders” (1991, p. 02)²⁷.

Além do critério semântico, há línguas que utilizam critérios formais para a marcação dos valores de GEN. Nos nomes não-sexuados, sobretudo, Corbett (1991) reconhece a existência de fatores formais que condicionam a marcação do GEN. Esses critérios são constituídos tanto por regras do tipo morfológico – que têm em conta a estrutura mórfica da palavra e compreendem mecanismos morfológicos tais como a flexão e a derivação –, como também por regras do tipo fonológica.

Todavia, apesar de identificar a existência destas regras em várias línguas, o autor verifica que nem sempre é fácil distinguir entre o seu estatuto morfológico e/ou fonológico. Assim, associa os critérios de ordem morfológica às situações em que, para a marcação dos valores de GEN, é necessária a referência a mais do que uma forma morfológica do nome. A título de exemplo, Corbett (1991) descreve o sistema de GEN da língua russa e conclui que, em grande parte dos nomes, existe uma relação entre os valores de GEN e a declinação a que pertencem. Por conseguinte, propõe a regra: “nomes que pertencem à declinação α possuem β como valor de GEN”. No entanto, este critério não é aplicável a todos os casos, porque o sistema de atribuição de GEN da língua russa apresenta, de acordo com o autor, algumas exceções (CORBETT, 1991, p.34).

Corbett (1991) salienta que, nestes sistemas, convém considerar o papel que os critérios de natureza semântica têm. Por um lado, os critérios formais atuam quando os critérios semânticos não são suficientes e, por outro, os sistemas de marcação semânticos e morfológicos podem, em alguns casos, ser coincidentes (CORBETT, 1991, p.34).

No que concerne aos critérios do tipo fonológico propostos por Corbett, estes podem traduzir-se através de uma regra do seguinte tipo: “nomes cujo segmento final é α possuem β como valor de GEN.” Nestes sistemas existe somente uma forma morfológica do nome e o que determina a diferenciação do GEN é a alteração dos segmentos fonológicos do item nominal. Além disso, a posição da sílaba tônica é também um fator que pode condicionar o valor de GEN nominal. O investigador analisa alguns sistemas de marcação fonológica, que se podem encontrar

²⁷ Mostram gênero (alguns com três gêneros, outros tendo o número reduzido para dois); uns poucos perderam gênero, enquanto outros, notavelmente o grupo eslavo, introduzem novos subgêneros.

em línguas como o *Qafare* a língua *Hausa* (da família das línguas Afro-Asiáticas). Também a língua francesa apresentará um sistema de marcação de GEN fonológico: nomes como *mutualité*, *activité*, *singularité* são sempre do GEN feminino e *voyage*, *courage*, *âge*, *message*, *massage* são masculinos (CORBETT, 1991: 51-61). Pode-se perceber isso também em exemplos do PB se se pensar nas palavras avô e avó, por exemplo.

Em suma, a exposição do trabalho desenvolvido por Greville Corbett (1991) permitiu realçar as particularidades idiossincráticas da categoria gramatical de gênero, uma vez que se pode dizer, sinteticamente, que o GEN não é uma categoria presente em todos os sistemas linguísticos do mundo e, mesmo naqueles que possuem esta categoria gramatical, os critérios de atribuição de GEN são muito variáveis.

3.4.3.2 Moura (2006)

Na discussão sobre concordância de gênero sob um ponto de vista formal, Moura (2006) procura mostrar a assimetria existente entre os traços de pronomes de 1ª e 2ª pessoas vs. os pronomes de terceira pessoa detectada construções copulativas em que o adjetivo/particípio assume importante papel na concordância, em especial com os pronomes de 1ª e 2ª pessoas.

Para tal, Moura (2006) inicia seu trabalho discutindo a própria noção de concordância, trazendo reflexões sobre os principais tipos de concordância que têm sido investigados. Assim, a autora começa trazendo as noções apresentadas por Corbett (2003). O autor apresenta uma definição para *agreement* (concordância) afirmando que “o termo *agreement* geralmente se refere a uma co-variação sistemática entre uma propriedade semântica ou formal de um elemento e uma propriedade formal do outro” (CORBETT, 2003, p. 109). Mas, segundo Corbett, paralelamente a *agreement*, há *concord*, o que tem gerado muita confusão, não apenas por serem utilizados por alguns como sinônimos, mas também pela utilização feita por alguns linguistas, seguindo Bloomfield (1993, p.191 apud MOURA, 2006, p.88), que trata *agreement* como um termo supercomum, e distingue três tipos gerais de *agreement*, dentre os quais o primeiro é *concord*, que é por ele definido como *agreement* de modificadores dentro do grupo nominal e o *agreement* de predicados verbais. Os outros tipos são: *government* (regência), como em *i know* comparado a *watch me*; e *crosss-reference*, ou referência cruzada, como no francês *Jean où est-il?*, literalmente “Jean onde está ele?”. Além de destacar questões sobre a própria definição de concordância, Corbett retoma a questão da

concordância como um fenômeno (ou um conjunto de fenômenos), e destaca outras questões envolvidas na análise da concordância, tais como a dimensão do domínio da concordância, se local ou não, e, ainda, a utilização de noções como *alvo* e *controlador*, se esses termos são apropriados ou não e, em particular, se se trata de simetria ou assimetria em concordância.

Em seguida, Moura (2006, p.88) traz a baila as noções sobre concordância presente em Anderson (2004). A discussão empreendida por este autor parte de uma noção tradicional apoiada em um exemplo de concordância que aborda uma situação em que uma categoria formal de uma palavra depende de uma outra. Anderson questiona essa definição a partir do levantamento de questões sobre línguas da família *bantu* que manifestam sistemas gramaticais de GEN. Com enfoque nas relações de concordância entre pronomes, este autor defende que, embora, à primeira vista, referencia pronominal envolva identidade de traços, outros elementos também entram em jogo, como fatores não-gramaticais, tais como as opiniões dos falantes sobre os sentimentos por animais de estimação, o conhecimento de características secundárias sobre GEN etc. Partindo desses pressupostos, Anderson (2004 *apud* MOURA 2006) sugere uma reestruturação teórica para a noção de concordância que extrapole as relações canônicas desse fenômeno.

Assim, Moura (2006) adota essa proposta de reconstrução teórica proposta por Anderson a fim de atingir uma definição de concordância mais coerente. Segundo a autora, trabalhos que abordam esse fenômeno geralmente tratam de dois tipos de concordância: a) entre modificadores e os núcleos de suas frases; b) e a concordância entre predicados e seus argumentos.

Partindo disso, Moura (2006, p. 92-94) ilustra esses tipos a partir de dados do português brasileiro. Com relação a gênero, a autora apresenta sete padrões de concordância em três classes, como proposto por Ritter (1993): pares de nomes que tem formas diferentes relacionados ao masculino e ao feminino, como nos exemplos (70) abaixo; nomes que podem ser masculinos ou femininos dependendo de seu referente, como nos exemplos (71) abaixo; e formas lexicais distintas, como nos exemplos (72) abaixo²⁸:

(70) a. O menino é bonito/ A menina é bonita

b. O filho é leal/ A filha é leal

(71) a. O estudante é esforçado/ A estudante é esforçada

b. O jovem é bonito/ A jovem é bonita

²⁸ Exemplos adaptados de Moura (2006, p.93)

- (72) a. O rapaz está elegante/ A moça está elegante
 b. Aquele homem é leal/ Aquela mulher é leal

Sobre estes exemplos, Moura (2006, p.93) destaca a influência das três classes elencadas acima, na estrutura interna do DP (*Determiner Phrase*), em especial em termos das marcas visíveis de gênero, apenas em D (determinante), ou duplamente marcado no determinante e no nome. Contudo, a autora também atenta para o fato de ser possível também observar, no que concerne à presença visível da marca de GEN ou não, uma assimetria referente aos adjetivos.

Em seguida, Moura (2006, p.94) ainda destaca a assimetria existente, quanto ao traço de GEN, entre os pronomes de 1ª e 2ª pessoa vs. os pronomes de 3ª pessoa. Baseados em análises de Ritter (1995), Déchaine & Wiltschko (2002), Harley e Ritter (2002), entre outros, a autora defende que nos casos da 1ª e 2ª pessoas, uma única forma pronominal desencadeia dois padrões de concordância de GEN com a forma adjetival, quando esta contém visivelmente o traço de gênero, como nos exemplos (73) e (74) abaixo:

- (73) a. Eu estou interessado/ Nós estamos interessados.
 b. Eu estou interessada/ Nós estamos interessadas.
 (74) a. Você está interessado/ Vocês estão interessados.
 b. Você está interessada/ Vocês estão interessadas.

Já os pronomes de 3ª pessoa comportam visivelmente os traços de gênero e esses estão contidos, também, nas formas adjetivais, como nos exemplos (75) e (76) abaixo:

- (75) Ele está interessado/ Eles estão interessados.
 (76) Ela está interessada/ Elas estão interessadas.

Ainda dentro da questão do gênero, Moura (2006, p. 99-100) traz mais noções abordadas por Corbett. Para este autor, a palavra gênero é usada não apenas para um conjunto de nomes, mas também para uma categoria. Assim, Moura (2006) afirma que se pode dizer que uma língua particular tem três gêneros: masculino, feminino e neutro, e que as línguas, em geral, tem a *categoria gênero*.

Sobre a determinação dos critérios de identificação do GEN, Corbett afirma que uma das formas de fazê-lo é através da concordância, sendo esta a forma com que os gêneros são

refletidos no comportamento de palavras associadas. Segundo o autor, dizer, por exemplo, que uma língua tem três gêneros significa que existem três classes de nomes que podem ser distintos sintaticamente pelas concordâncias que recebem.

Sobre o alvo do GEN, Moura destaca que a complexidade das línguas merece atenção. Corbett assinala que não são apenas os adjetivos e os verbos que podem exibir concordância de gênero, mas, em algumas línguas advérbios também concordam, em outros são os numerais que concordam, e, em algumas outras, até as conjunções concordam, o que leva o autor a destacar a importância de se descrever os sistemas complexos de gênero que ocorrem nas línguas.

Dessa forma, Moura (2006) direciona sua reflexão sobre os dados do PB que trazem concordância entre argumento/predicado, em especial os casos envolvendo pronomes (ou mesmo nomes) e adjetivos/particípios. Para tal, a autora encerra seu trabalho fazendo uma revisão teórica das propostas de Abney (1987) e Ritter (1995), abordando também trabalhos inspirados nessas análises, como Cardinaletti & Starke (1999), Déchaine & Wiltschko (2002), entre outros, e, em especial sobre o Português brasileiro (PB), Galves (2001) e Magalhães (2004).

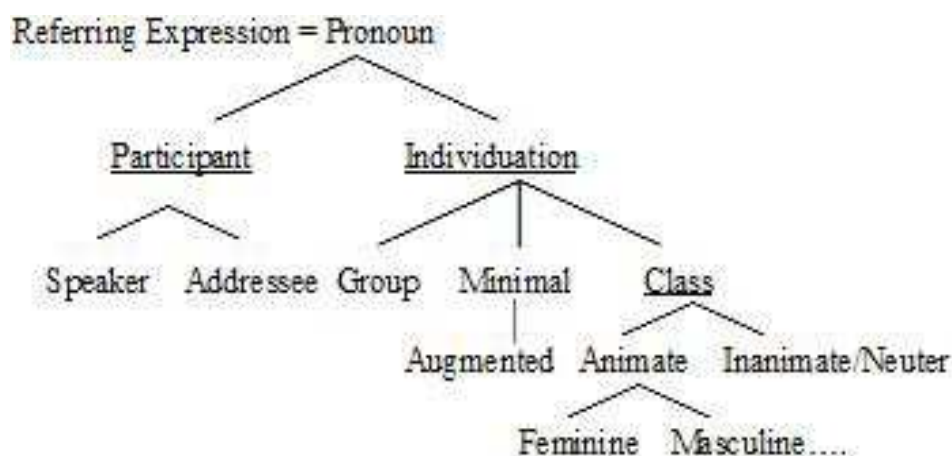
3.4.3.3 Carvalho (2008; 2011)

A questão do traço de gênero encontra escopo novamente no trabalho de Carvalho (2008). Este autor desenvolve uma análise unificada para o sincretismo das formas pronominais em Português Brasileiro (PB), em especial aquelas de primeira pessoa do singular. Para tal, leva em conta a estrutura interna dos pronomes e o mecanismo de checagem de seus traços. Neste trabalho, o fenômeno do sincretismo foi ilustrado com dados do PB e de outras línguas (inglês, francês, islandês, entre outras) com o intuito de demonstrar que este fenômeno não é uma idiosincrasia do PB, mas um fenômeno ligado aos módulos universais da gramática. Dessa forma, o autor aponta que foram encontradas evidências robustas nestas línguas, principalmente no PB, para argumentar a favor de uma decomposição do pronome em detrimento da tradicional assunção de que este elemento é um primitivo linguístico.

Assim, analisando a relação entre sincretismo do sistema pronominal do português brasileiro e sua relação com a concordância, Carvalho (2008) propõe que este sincretismo é decorrente de propriedades da estrutura interna dos pronomes, os quais, segundo o autor, devem ser analisados e decompostos em elementos mínimos.

Para isso, adota o modelo teórico da geometria de traços morfossintáticos proposto por

Harley & Ritter (2002), como ilustrado abaixo:



(H&R, 2002:491)

Com relação a essa geometria, Carvalho (2008) viu a necessidade de se inserir alguns traços mais específicos no inventário apresentado pelas autoras visto que dados do PB e de outras línguas mostraram uma especificação na composição de certos pronomes que ia além daquela proposta pelas autoras. Assim, traços como $[\pi]$, $[\#]$, $[\text{SPECIFIC}]$, por exemplo, são indispensáveis empiricamente na composição do paradigma pronominal em PB.

Uma teoria φ ²⁹, inicialmente proposta por Béjar (2003), foi também adotada na tentativa de resolver algumas lacunas deixadas pela proposta de Agree (CHOMSKY, 1998), já que esta operação necessitaria de uma total correspondência entre os traços dos elementos que desencadeiam concordância (*probe* e *goal*, ou *sonda* e *alvo*). Em vez disso, o autor defende que uma simplificação nas condições para Agree torna possível a concordância *default* encontrada em PB. Desta forma, Agree opera se há identidade pelo menos entre os nós raiz da sonda e do alvo, entendendo nó raiz como o nó dominante. Assim, quanto mais traços idênticos entre estes dois elementos houver, mais específicos serão os contextos em que ambos ocorrem.

Dessa forma, o autor adota, em sua análise, a proposta reformulada por Béjar (2003) na qual esta defende a existência de um nó independente para o traço de pessoa, por ela denominado de π , o qual deve aparecer entre o nó R (*Referring Expression*) e o nó *participant*. Segundo a autora, tal nó dá conta das propriedades do traço de pessoa.

Partindo desse pressuposto, Carvalho (2008) propõe a existência de um nó independente para abrigar os traços de número, pois, segundo ele, o modelo apresentado pela

²⁹ Mais informações sobre Teoria φ serão apresentadas no próximo capítulo.

geometria de traços de Harley & Ritter não dá conta da gama de possibilidades para as especificações do traço de número.

Para este autor, os fenômenos associados ao sistema pronominal do português brasileiro, como a variação das formas *eu* e *mim*, devem-se à *subespecificação* de traços desses elementos, isto é, quanto mais subespecificado for um pronome, maiores serão as chances de a concordância ocorrer de forma parcial. Esta ideia de subespecificação apresentada pelo autor é uma adaptação da noção de deficiência proposta por Cardinaletti & Starke (1999) referente ao estudo realizado por estes acerca dos pronomes.

Com base na ideia de *deficiência*, ou *subespecificação*, Carvalho (2008, p.77) estabelece a seguinte condição para deficiência de traços de um pronome:

“Um pronome é *deficiente* se carece de pelo menos um traço”.

Sobre essa condição, o autor aponta ainda que o fato de um pronome ser deficiente não impede que ele entre em relação de concordância com o verbo. Nas palavras do próprio autor:

[...] um pronome deficiente pode exitosamente entrar em uma relação de concordância, i.e., a derivação envolvendo um pronome deficiente e, ao mesmo tempo, um verbo totalmente especificado, converge, mesmo não satisfazendo certas condições para concordância (*match* nos termos de CHOMSKY (1999a), por exemplo).

Na verdade, Carvalho (2008) aponta que a noção de subespecificação permeou todo o seu trabalho, já que, segundo a proposta desenvolvida, é ela que define o sincretismo das formas pronominais em PB. Assim, um pronome subespecificado para algum traço ϕ tem seu campo de distribuição ampliado, podendo desempenhar os diversos papéis argumentais na sentença. Por exemplo, *il* (ele), do francês, pode assumir a função de expletivo nesta língua pois é o elemento pronominal maximamente subespecificado. O mesmo se dá para os traços de Caso. Por exemplo, *eu* é a forma casual de primeira pessoa maximamente subespecificada em PB, o que faz com que possa desempenhar qualquer papel Casual na sentença.

Com relação a gênero, o pesquisador afirma que a representação de GEN como proposta por Harley & Ritter parece inadequada para PB uma vez que há, nesta língua, um contraste *animado/inanimado* diferente de *masculino/feminino*. De acordo com a geometria ilustrada acima, [FEMININE/MASCULINE] são dependentes do nó [ANIMATE]. Carvalho destaca que, em PB, animacidade não está conectada aos traços [FEMININE/MASCULINE],

como assumido por Harley & Ritter. O autor ainda destaca que não há uma forma neutra para os pronomes do PB, como observado no exemplo (77) abaixo ((58) em CARVALHO (2008)):

(77) A árvore_i está bem na sua frente. Você não tá vendo ela_i?

Foi exatamente isso que levou o autor a separar [FEMININE/MASCULINE] de [ANIMATE] em PB. Além disso, Carvalho (2008, p. 90) aponta que [FEMININE] parece ser mais especificado que [MASCULINE], como percebido em plurais com elementos masculinos e femininos: em um contexto onde há pelo menos uma figura masculina presente, a referência deve ser feita usando a forma masculina do pronome. Já para uma referência com a forma feminina, o grupo deve ser formado exclusivamente por figuras femininas. Assim, como [FEMININE] parece mais especificado e, conseqüentemente, contextualmente mais restrito que [MASCULINE], Carvalho (2008) m. Para tanto, o autor propõe que [CLASS] assumira a configuração nos pronomes do PB ilustrada abaixo:

(78) CLASS
 g
 FEMININE

Como evidência de tal proposta, Carvalho apresenta exemplos de uma língua indígena brasileira do sul de Pernambuco falada pelos índios Fulni-ô, chamada Ya:thê. Nesta língua, as formas do singular dos pronomes pessoais apresentam marca de gênero apenas para o feminino, como ilustrado em (79) abaixo ((60) em CARVALHO (2008)):

(79) a. owe i sideya-towa
 1spron. 1sii preguica-part.neu.
 “eu sou preguiçoso”

 b. owe-so i sideya-to-so-wa
 1spron.-fem. 1sii preguica-part.neu.-fem
 “eu sou preguiçosa”

A forma masculina do pronome de primeira pessoa do singular em Ya:the não é marcada morfologicamente, enquanto a feminina apresenta o morfema –so, que aparece

intercalado no verbo (*sideya-to-so-wa*). Esta evidencia morfológica indica que a realização da categoria feminino implica uma maior especificação estrutural. (CARVALHO, 2008, p. 91).

Destarte, Carvalho (2008, p.91) afirma que é preciso lidar com a categoria gênero como algo intrinsecamente ligado a categoria pessoa, pelo menos em PB. Isto se dá porque os dados ilustrados em (80) e (81) abaixo apresentam a primeira e a segunda pessoas do singular e a primeira pessoa do plural a gente permitindo marca de concordância no adjetivo de small clauses (MOURA (2007b)).

(80) a. *Eu sou bonito/bonita*

b. *Você é bonito/bonita*

(81) *A gente está cansada/cansado*

Carvalho também atesta este fenômeno em francês, onde o predicativo concorda com o GEN do falante, mesmo não havendo marca desta categoria na primeira nem na segunda pessoas.

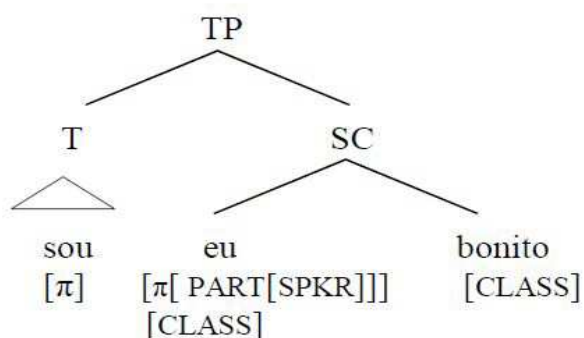
(82) *Je suis content / content-e*

(MOURA, 2007a., p.3)

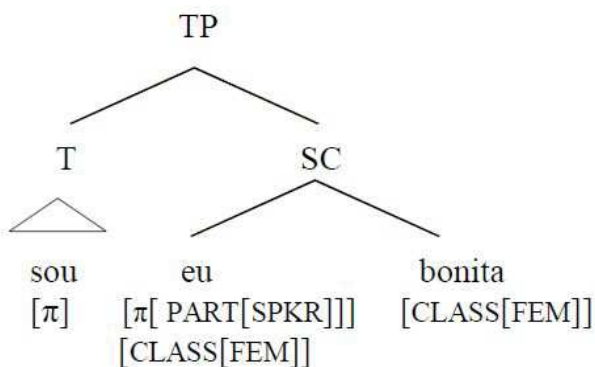
Sobre este exemplo, o autor relata que o pronome de primeira pessoa do singular (*je*) não apresenta distinção quanto ao GEN, mas desencadeia esta flexão no predicativo, da mesma forma que em PB.

O autor continua sua revisão da proposta de Harley e Ritter (2002) afirmando que a combinação dos traços de CLASS com aqueles dominados pelo no $[\pi]$, definirá se gênero será refletido no pronome. Em outras palavras, a projeção de [PARTICIPANT] inibirá a realização visível de gênero no pronome, resguardando os traços disponíveis para checagem, e possível representação morfológica, em outros elementos que entrem em concordância com estes (o adjetivo, em PB e francês, por exemplo). Portanto, (80) deve ter a configuração de checagem em (83) a seguir ((64a-b.) em Carvalho, (2008)):

(83a.)



(83b.)



Dessa forma, [CLASS] é o nó checado apenas em elementos nominais (adjetivos, advérbios e participípios). Assim, este mecanismo de checagem não afeta (e, conseqüentemente, não bloqueia) as relações de concordância entre o DP e T ou v .

Na verdade, o foco principal do trabalho de Carvalho (2008) foi Caso. O autor viria a tratar da questão de gênero novamente em seu trabalho de 2011 publicado na Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares – PAPIA, estudo este em que o pesquisador aplica sua releitura da geometria proposta por Harley & Ritter (2002) aos dados da comunidade afrodescendente de Helvécia (BA).

Neste trabalho, Carvalho (2011) discute a variação da concordância de gênero observada em dados extraídos de um inquirido de um informante do sexo feminino de 103 anos, sem nenhuma escolaridade, da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia (BA)³⁰, em que há uma aparente “redução” morfológica da categoria gênero dentro do sintagma nominal,

³⁰ A caracterização histórica e social da comunidade de Helvécia já foi feita na presente pesquisa na seção 2.1.

e sua relação com alguns fenômenos encontrados no português popular do Brasil, como a falta de concordância nominal e verbal nos sintagmas.

Carvalho (2011, p.84), através dos dados abaixo, mostra que essa variação se caracteriza pelo sincretismo da forma morfológica de masculino em elementos nominais (determinante, quantificador, adjetivo) que acompanham (cf. (84) e (85), (1) e (2) em CARVALHO, 2011), retomam (cf. (86), (3) em CARVALHO, 2011) ou são o próprio núcleo nominal (cf. (87), (4) em CARVALHO, 2011), que mantém marca morfológica de feminino, causando incompatibilidade de traços de concordância (CHOMSKY, 1998).

(84) a) *Ele era* um pessoa *muito* querido

b) [...] *num tem* cobra nenhum *que num é* braba

c) *foi vendendo* tudo essas madeira

d) *um tem* um natureza.

(85) *Vai até* nesse ponta *lá, torna torce e volta.*

(86) DOC1: - *E essas mulheres nunca tiveram problema?*

INF: - Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo!

(87) *Esse é neta de Maria Santa.*

Baseado na análise de Carvalho (2008), na qual é proposta uma estrutura constitutiva dos pronomes no português brasileiro (PB) com base na subespecificação de um conjunto de traços- ϕ enriquecido, Carvalho (2011) propõe que, nos dados acima, os elementos que não apresentam concordância morfológica são subespecificados para o traço [FEMININE], o que gera sincretismo de gênero nesta variedade.

Sobre a variação na concordância de gênero, o autor aponta que, apesar de não ser uma novidade na literatura linguística (LUCCHESI, 2000, 2009; KARIM, 2004; AGUILERA & NAVARRO, 2009, entre outros), não é comum entre as variedades do PB. Lucchesi (2009), em um trabalho sobre a categoria gênero na comunidade afro-descendente de Helvécia, BA, propõe que a não concordância de gênero nessas comunidades é resultado de um processo de descrioulização e aponta, entre outros condicionantes linguísticos dessa variação, o princípio em (88) abaixo:

(88) Princípio da saliência: quanto mais fortes forem as marcas mórficas no nome núcleo, maior será a probabilidade de aplicação da regra de concordância. (LUCCHESI, 2009, p.307)

De acordo com Lucchesi (2009, p.308), o padrão de variação encontrado nos dados é decorrente “de um processo histórico marcado pelo contato entre línguas”. Entretanto, o próprio autor dá uma pista para esclarecer o que acontece dentro da projeção nominal, afirmando que:

[o] princípio da saliência decorre de um fato fundamental para a definição do padrão de marcação do gênero em Helvécia: a flexão de gênero é praticamente categórica nos núcleos nominais que exibem propriedade de flexão, mesmo quando todos os outros constituintes do SN não se flexionam [...] (LUCCHESI, 2009, p.308)

Pode-se ver ilustração para as suposições supracitadas nos exemplos (89) e (90) abaixo³¹:

(89) Agora o senhora lembra de tudo.

(90) Os minina d'agora tudo achô coisa bom.

Esta constatação levou Carvalho (2011, p.86) a crer que o comportamento da concordância de gênero nos dados acima se assemelha àquele que se encontra de forma categórica, em muitos dialetos do PB, com a categoria número, em que a marca morfológica se restringe ao determinante, o que não impede que a sentença apresente leitura plural, como ilustrado em (91) abaixo:

(91) As menina bonita.

O autor ainda destaca que essa redução morfológica de número não se restringe aos nominais, mas também pode ser vista na concordância verbal: mesmo o plural sendo marcado apenas no sujeito, a leitura plural da sentença não é afetada (cf.(92)). Ainda, Carvalho (2011) aponta que o fenômeno pode ser também identificado com a categoria pessoa, como em (93) abaixo:

(92) *Eles vai* pra praia amanhã.

(93) *Tu vai* na praia amanhã também?

³¹ Exemplos retirados de Lucchesi (2009, p.308), (6) e (7) em CARVALLHO (2011).

Carvalho (2011, p.87) afirma que os dados acima foram bastante estudados pelas mais diversas linhas de pesquisa linguísticas. Entretanto, a possibilidade de uma inter-relação entre estes e os dados em ((84)-(87), (89) e (90)) acima carece de uma explicação que tome a própria estrutura nominal e da sentença como pontos de partida, uma vez que este é o *locus* da concordância. Para o autor, os dados acima parecem indicar que a explicação para esta interligação dos fenômenos pode ser dada a partir da estrutura da sentença e, conseqüentemente, dos elementos que a formam, uma vez que, mesmo não havendo identidade dos traços de *pessoa*, *número* e *gênero* dos elementos, a concordância não é comprometida e as sentenças convergem (CHOMSKY, 1995).

Para a análise do fenômeno acima mencionado, Carvalho (2011) adota o quadro geral do Programa Minimalista, traçado em Chomsky (1995; 1998; 1999), em que se assume que a componente sintática da faculdade da linguagem é programada para ser um sistema gerativo derivacional que faz interface com duas componentes externas (interpretativas): a articulatória-perceptual e a conceitual-intencional. Isto se dá através de dois níveis de representação: a forma fonética (PF, do inglês Phonetic Form) e a forma lógica (LF, do inglês Logical Form). Nestes níveis, apenas traços que são legíveis pelos sistemas devem estar presentes (Princípio da Interpretação Plena). Se uma dada derivação satisfaz o Princípio da Interpretação Plena, ela converge. Caso contrário, ela fracassa. Ainda, o pesquisador adota o Princípio da Uniformidade, apresentado abaixo:

(94) In the absence of compelling evidence to the contrary, assume languages to be uniform, with variety restricted to easily detectable properties of utterances. (CHOMSKY, 1999, p.02)

Dessa forma, o autor comenta que a variação sintática entre as línguas se deve à variação nas propriedades dos itens lexicais específicos, codificados como traços formais. Uma vez que o sistema computacional é sensível à composição de traços dos itens lexicais que entram na derivação, a variação intra e interlinguística é permitida, mesmo diante de um sistema computacional inflexível (CHOMSKY, 1998, p.61).

De acordo com Chomsky (1995), Carvalho (2011, p.91) afirma que um item lexical é formado por traços semânticos, fonológicos e formais. Traços semânticos são relevantes para a interface com o sistema conceitual-intencional. Os traços fonológicos são relevantes para o sistema articulatório-perceptual, e só são acessíveis depois de Spell-out. Os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e mostram diferenças cruciais que são refletidas na

derivação. Primeiramente, estes traços têm de ser legíveis, sendo interpretáveis na interface conceitual-intencional, tais como o traço-phi em N, e ilegíveis, i.e. não interpretáveis na interface, como Caso. Esta assunção é adotada também pelo autor, neste trabalho, com uma diferença crucial: apenas traços semânticos e formais entram na computação.

De acordo com o Programa Minimalista (Chomsky, 1995), apenas categorias funcionais que possuem traços legíveis pelas interfaces são permitidas. Portanto, C, T e D são considerados categorias funcionais legítimas, ao lado de *v*, o verbo leve, o qual é responsável pela estrutura argumental.

O sistema computacional faz uso de operações responsáveis pela eliminação de traços ilegíveis. Como caracterizado em Chomsky (1999), Carvalho (2011, p.91) reitera que traços não interpretáveis em um núcleo entram na derivação não valorados. A operação *Agree* incorpora mecanismos para valorar tais traços não valorados sob certas condições: havendo correspondência (*match*) entre os traços da *sonda* (*probe*) e do *alvo* (*goal*), os traços formais não valorados são finalmente valorados e apagados (de acordo com a proposta de Chomsky, 1999) antes de a derivação alcançar *Spell-out*. Assim, Carvalho (2011) assume, como em Frampton & Gutmann (2000), que não há deleção de traços, mas inércia daqueles que foram valorados até que estes alcancem as interfaces. Ainda, o autor assumirá também com Chomsky (1995) que o que torna um elemento ativo para o sistema computacional são seus traços não-interpretáveis.

Ainda sobre a operação *Agree*, o autor comenta que esta operação é regulada por condições para *match* que são definidas abaixo (CHOMSKY, 1998, p. 122):

Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are:

(i) Matching is feature identity [...].

Dessa forma, Carvalho (2011, p.92) afirma que uma teoria de concordância baseada em subespecificação de traços implica algumas adaptações nesse tradicional conceito de *Agree*. A teoria de concordância proposta por Béjar (2003) mostra que tais condições para concordância são perfeitamente compatíveis com a noção de subespecificação.

De acordo com a teoria de traços apresentada pelo autor, uma sonda com um traço [F] pode facilmente ter em seu domínio um alvo com os traços [F[G]]³². A questão que surge é se haverá compatibilidade entre estes traços já que não há identidade entre eles, como previsto

³² Lê-se F como feature (Traço) e G como Goal (Alvo).

pelas condições para match acima citadas. Então, Carvalho (2011, p.93) aponta que a solução seria assumir que tais condições possam ser repensadas nas bases de acarretamento, como definido em (95) abaixo:

(95) Dados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença de A.

Como apontado por Béjar (2003), o critério para match pode ser estabelecido em termos da presença/ausência do traço [F] na sonda. Assim, [F] encontraria correspondência em [F[G]] do alvo, pois [F] é um subconjunto de [F[G]]. Segundo Carvalho (2011), isto prediz, por exemplo, que [CLASS] teria correspondência com um elemento [CLASS[FEMININE]]. Adotando pressupostos presentes em Carvalho (2008) e Béjar (2003), o autor assume que a intersecção de traços da sonda e do alvo é suficiente para estabelecer correspondência.

Neste trabalho, o pesquisador assumirá *Value* como o compartilhamento do rótulo que o traço carrega (FRAMPTON & GUTMANN, 2000). Assim, torna possível assumir, segundo o autor, que *value* equivale à cópia de traços do alvo pela sonda, assumindo a generalização em (96) abaixo (BÉJAR, 2003, p.65).

(96) Goal values Probe iff features of Goal entail features of Probe.

Assim, Carvalho (2011, p.93) assume que, uma vez que *match* é satisfeito apenas pela raiz da *sonda* e *value* precisa de um *alvo* no mínimo tão especificado quanto à *sonda*, a operação *Agree* é bem sucedida. Portanto, o autor assume que o lugar dos traços interpretáveis de gênero seja também o núcleo nominal (*alvo*), sendo este responsável pelo mecanismo de valoração.

Partindo de todos esses pressupostos teóricos e metodológicos, Carvalho (2011, p. 93-95) analisa os exemplos (84)-(87) acima a partir da noção de subespecificação de traços. Como destacado pelo autor acima, para fins de concordância, é necessário apenas que haja identidade entre o nó raiz das árvores de traços dos elementos que estão em configuração de concordância para que esta seja bem sucedida. Assim, em (84a), por exemplo, o núcleo nominal *pessoa* teria uma configuração [CLASS[FEMININE]] para a categoria GEN. Já o determinante *um* apresenta uma configuração em que [FEMININE] é subespecificado,

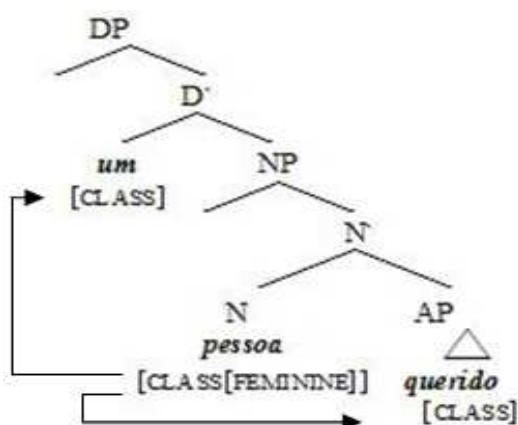
apresentando pelo menos o nó raiz [CLASS] em comum com o núcleo, estabelecendo-se a configuração de concordância de gênero no DP, como ilustrado em (97) abaixo³³:

(97) pessoa=[CLASS[FEMININE]]
um=[CLASS]

Para o autor, *querido* teria a mesma configuração que *um* e o mecanismo de valoração de traços se dá seguindo-se o mesmo padrão. Ressalta, ainda, que os elementos que estabelecem concordância com o núcleo nominal o fazem de acordo com seus requisitos de concordância, respeitando as configurações em que ocorrem.

Destarte, Carvalho (2011) assume a configuração em (98) abaixo para o exemplo em (80a), em que o núcleo nominal apresenta uma composição totalmente especificada para gênero, enquanto o determinante e o núcleo adjetival apresentam subespecificação para [FEMININE]. Podendo ser mais especificado que a sonda, o alvo carrega os traços interpretáveis, que valorarão os da sonda, não-interpretáveis. Portanto, o autor concebe que a configuração do alvo, mesmo mais especificada que a da sonda, favorece as condições para valoração estabelecidas acima. Assim, havendo intersecção entre o nó raiz do alvo e da sonda, a operação *Agree* opera:

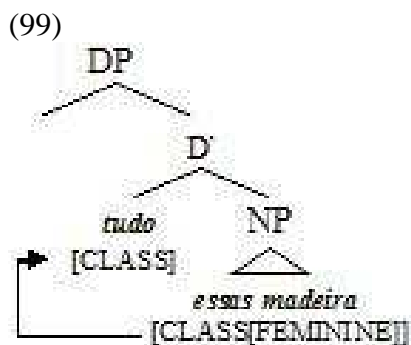
(98)



O mesmo mecanismo é utilizado para *Agree* entre o núcleo nominal e outros elementos, como quantificadores. Assim, Carvalho (2011) assume (99)³⁴ para (84c):

³³ (20) em Carvalho (2011, p. 94).

³⁴ (21) em Carvalho (2011, p. 95).



De acordo com o autor, a análise acima explica os dados apresentados aqui, mesmo quando o fenômeno parece não ter uma relação apenas sintática, como em (86) acima.

A retomada da informante no dado em (86) demonstra que, mesmo em um nível discursivo, a estrutura de sua gramática se mantém intacta, o que faz com que o pronome indefinido *tudo* seja subespecificado para a concordância de feminino (*tudo* = *essas mulheres*) (CARVALHO, 2011, p.95).

Dessa forma, Carvalho (2011) encerra seu trabalho apontando que a análise acima mostra que é possível um mecanismo de concordância unificado para os fenômenos que envolvem traços-phi. Da mesma forma que para as categorias pessoa e número, uma análise baseada na subespecificação de traços é possível para gênero. Assim, o autor defende que a postulação de apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança.

Na presente pesquisa, serão fundamentais os paralelos que se possam estabelecer entre processos de mudança na morfossintaxe ocorridos em uma língua crioula de base portuguesa, assim como identificar um padrão semelhante de variação e mudança na morfologia flexional do gênero em Helvécia-BA, como já feito por Carvalho (2011), e em Muquém-AL, e ainda apontar como está essa marcação de gênero no português falado hoje em Salvador. Para tal, adotar-se-á a análise supracitada feita por Carvalho (2011) a fim de explicar o comportamento da concordância nessas comunidades, foco da próxima e derradeira seção desta dissertação.

3.5 SUMÁRIO GERAL

Esta seção constou no levantamento e caracterização de bibliografia específica referente à questão da marcação de gênero no português brasileiro. Através dessa caracterização, foi possível traçar um panorama geral de como se dá a marcação de gênero em diversas línguas naturais, confeccionando um panorama histórico do comportamento dessa marcação desde o latim até o português popular falado atualmente no nosso país, passando, inclusive, pelo

português arcaico. Para se chegar a esse panorama geral sobre gênero, fora elaborado, também, um mapeamento sobre o que é dito a respeito nas gramáticas tradicionais, como em Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001), e no campo da linguística, trazendo a baila discussão de diversas pesquisas que abordaram tal questão, sejam elas de cunho funcionalista, como Lucchesi (2000), Karim (2004) e Navarro (2006), ou formalista, como Cobert (1991), Moura (2006) e Carvalho (2008, 2011). Dessa forma, com esta etapa concluída, foi possível inferir que apesar de existir bibliografia bastante relevante sobre o fenômeno supracitado, tais estudos ainda carecem de explicações que esclareçam o funcionamento da marcação de gênero, uma vez que muitos ainda se predem a meras descrições e ilustrações, salvo os trabalhos de Carvalho (2008, 2011).

Dessa forma, na próxima seção, testar-se-á a proposta de Carvalho (2011) com os dados de DP selecionados das comunidades de Muquém-AL, Helvécia-BA, o português falado atualmente no Brasil e o crioulo de Cabo Verde, a fim de corroborar ou não a universalidade e robusticidade de tal proposta.

4 TRAÇO E CONCORDÂNCIA DE GÊNERO

Tendo em vista a caracterização histórica feita das quatro comunidades estudadas na presente pesquisa e após a descrição do percurso de gênero como categoria gramatical desde o latim até o português atual a partir da revisão de diversos trabalhos referentes a este tema, propõe-se agora a análise dos dados baseada na noção de subespecificação de traços apresentadas por Carvalho (2011) e abordada na seção 3.4.3.3 do presente trabalho.

Para tanto, primeiramente, tratar-se-á da noção de **traço**, sua natureza e o papel que ele desempenha na gramática, a partir do modelo minimalista da gramática gerativa (CHOMSKY, 1995 e posteriores), apresentada em Carvalho (2012). Posteriormente, evidenciar-se-á o papel que traço desempenha na operação *Agree* a partir das noções apresentadas em Carvalho (2008) e, finalmente, encerrar-se-á a seção trazendo a proposta de análise dos trabalhos supracitados para os nossos dados na tentativa de explicar como se comporta a concordância de gênero nas comunidades supracitadas a partir de uma noção traçal.

4.1 O QUE É TRAÇO?

Partindo de um ponto de vista minimalista, Carvalho (2012, p.113) afirma que *traços* podem ser concebidos como propriedades atômicas da gramática. Desta forma, analogamente, um dado traço [plural] é usado para determinar uma categoria do mundo real assim como, na química, H é usado para representar o elemento natural hidrogênio (ADGER; SVENONIUS, 2010). Portanto, o autor aponta que se torna essencial descrever as possibilidades estruturais de um dado traço a fim de que se possam estipular as propriedades que permitem que um traço estabeleça uma relação qualquer com outro traço, assim como, para um elemento químico entrar em uma relação com outro elemento químico, estes precisam respeitar certas propriedades estruturais e composicionais.

Assim sendo, Carvalho (2011, p.113) declara que as restrições que delimitam uma teoria de traços devem ser robustas e definidas de tal forma que possam servir de aparato teórico para a constituição de um modelo de análise de língua. Em outras palavras, uma teoria que defina a estrutura dos traços da gramática de uma língua deve servir de modelo para determinar a estrutura da própria língua, uma vez que aqueles são seus elementos mais atômicos e formam todo e qualquer elemento desta.

Desde seus primeiros trabalhos, Chomsky procura implementar formalmente as categorias que compõem a gramática da língua a partir de elementos mais básicos (ou subcategorias). Assim, de acordo com Chomsky (1965, p. 79), em uma língua como o inglês e, segundo Carvalho (2012, p.113), isso pode se estender a um número massivo de outras línguas naturais, a categoria **Nome** pode ser caracterizada, pelo menos, como Próprio (*John, Egypt*), Comum (*boy, book*), Humano (*John, boy*) e não-Humano (*Egypt, book*). Ainda segundo o autor, algumas regras gramaticais são aplicadas a partir da distinção Próprio/Comum, enquanto outras são aplicadas a partir da distinção Humano/não-Humano. Se se tomar como exemplo a distinção Próprio/Comum, pode-se ter as seguintes possibilidades combinatórias (CHOMSKY, 1965, p. 80), ilustradas em (100) abaixo:

- (100) N → Próprio
 N → Comum
 Próprio → Pr-Humano
 Próprio → Pr-não-Humano
 Comum → C-Humano
 Comum → C-não-Humano

Carvalho (2012, p.114) aponta que, em um sistema como este, os símbolos “Pr-Humano” e “C-Humano” não têm relação um com o outro na medida em que são rótulos de categorias mais atômicas, o que traz problemas quanto a generalizações sobre, por exemplo, o que são nomes humanos. Para solucionar tal problema, o autor aponta que Chomsky propõe que tais categorias devam possuir traços distintivos, analogamente à fonologia, e esses traços, por sua vez, seriam basicamente binários, como ressaltam Adger e Svenonius (2010):

[u]ma consequência importante da introdução de traços [à teoria gerativa] é que o sistema da estrutura da frase estendida não mais representa o tipo de teoria taxonômica da estrutura linguística defendida pelos estruturalistas americanos, uma vez que os traços acrescentam uma dimensão classificatória transversal extra. (ADGER; SVENONIUS, 2010, p.3)

Tendo em vista as considerações acima, Chomsky (1965, p. 165) propõe que pode não haver distinção entre categorias e traços, sendo as categorias lexicais N, V, A e P também um conjunto de traços, da mesma forma que *Animado* ou *Passado*, apesar de terem natureza diferente, uma vez que N, V, A e P são primitivos categoriais sem conteúdo semântico. A entrada lexical em (101)³⁵ ilustra o fato de que, para Chomsky, os rótulos categoriais não possuem nenhum estatuto excepcional (CHOMSKY, 1965, p. 166):

- (101) (*menino*, [+N, +Comum, +Humano, +Contável, +Animado, ...])

³⁵ (2) em Carvalho (2012, p.115).

Nas décadas de 1970 e 1980, a teoria gerativa formula uma série de diferentes regras para discriminar os traços N, V, A e P, como, por exemplo, a Teoria X-barras e a noção de regência. Assim, Carvalho (2012, p.115) afirma que, no modelo de investigação minimalista (CHOMSKY, 1995), o ordenamento sintagmático na estrutura de constituintes deve ser mantido, mesmo com a eliminação das componentes de base (DS e SS, *Deep Structure* e *Surface Structure*, respectivamente), levando em conta apenas um subconjunto de traços responsáveis por este ordenamento. Como exemplo, o autor aponta as categorias Complementizador e Tempo, já que estas podem carregar traços ϕ , mas são seus traços categorias C e T, e não estes traços ϕ , os responsáveis por sua posição de concatenação.

Isto posto, Carvalho (2012, p.115) assume que traços são elementos primitivos da gramática. Para justificar esta assunção, o autor sugere que se deve, primeiramente, esclarecer as condições mínimas para se estabelecer um sistema de traços como sendo o conjunto de unidades mínimas da língua.

Dessa forma, o autor assume que existem elementos mínimos que definem (ou mesmo são) objetos linguísticos e chama este elemento mínimo de *traço privativo*. Por definição, traço privativo é um traço que não possui outra propriedade além de se distinguir de outro traço. Assim, um elemento linguístico será diferente de outro elemento linguístico na medida em que um possua um traço privativo que o outro não. Assim sendo, Carvalho (2012, p.115) assume com Adger e Svenonius (2010, p. 5) a seguinte definição³⁶ para um dado sistema de traços:

- (102) Um símbolo atômico extraído do conjunto $F = \{A, B, C, D, E, \dots\}$ é um traço.

Partindo disso, o autor presume que é possível estabelecer a diferença entre os itens lexicais *menino* e *menina* da seguinte maneira³⁷:

- (103) Menino > [N]
Menina > [N, feminino]

Em (103) há dois traços privativos [N] e [feminino] que nos permite estabelecer contraste entre os elementos. Mesmo se mantendo o traço [N] em ambos os itens lexicais, o

³⁶ (3) em Carvalho (2012, p.115).

³⁷ (4) em Carvalho (2012, p.115).

traço [feminino] estabelece uma distinção mínima entre eles. Isso acaba também corroborando com propostas abordadas na presente pesquisa, como as apresentadas por Lobato (1994) e Mattos e Silva (2006), por exemplo, pesquisas estas que consideram o feminino como forma marcada, portanto mais específica, e o masculino como forma não-marcada, sendo assim mais genérico.

Dessa forma, Carvalho (2012, p.116) afirma que um sistema de traços privativos requer uma organização interna, uma vez que nenhum traço possui outra característica que os diferencie além do próprio fato de serem privativos. Qualquer regra que se refira a traços os tratará como idênticos. Assim, o autor propõe que uma forma de organização dos traços privativos pode ser definida em termos de uma sequência funcional, tal como C-T-v-V, que pode ser considerada como uma restrição baseada na hierarquia para co-ocorrência. Logo, a ocorrência de um elemento funcional mais alto pressupõe a presença de outro elemento funcional mais baixo. Por exemplo, C pressupõe a existência de T em (104)³⁸.

(104) [C[T[v[V]]]]

Ainda segundo Carvalho (2012, p.116), outra maneira de se organizar traços privativos é dispô-los de forma geométrica. Assim, traços como *pessoa*, *número* e *gênero* podem ser dispostos sob um nó dominante, hierarquicamente superior, ao qual o autor chama de ϕ (HARLEY; RITTER, 2002; BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008). De acordo com o autor, uma disposição geométrica geralmente implica restrições na distribuição dos traços, determinando que esta seja feita de forma ascendente, da mesma maneira que as categorias funcionais em (104) acima. Entretanto, o mesmo autor destaca que uma organização interna do sistema de traços privativos não determina como estes elementos podem estabelecer uma relação de dependência. Em outras palavras, como um traço privativo, como [plural], que não possui outra característica além do próprio fato de estar presente ou ausente, pode capturar uma relação de concordância? Assim, o autor afirma que é necessário estabelecer uma regra que estipule que um traço como [plural] em N possa ou ser copiado (FRAMPTON; GUTMANN, 2000) ou estabelecer correspondência com o traço [plural] de D (CHOMSKY, 2001).

Portanto, assume-se com o autor quando este determina que qualquer operação que estabeleça uma relação entre traços de elementos linguísticos vai exigir mais do que o mero

³⁸ (5) em Carvalho (2012, p.116).

fato de um traço estar presente ou ausente. Assim, pode-se afirmar que uma operação como concordância exige que traços obedeçam a restrições sintáticas, como, por exemplo, Concatenação. Ainda, assume-se também com Adger e Svenonius (2010) quando estabelecem que:

[c]ada sistema de traços até agora propostos para uma língua natural pressupõe pelo menos tacitamente que traços são organizados de alguma maneira, por exemplo, se as categorias N, V, A, P, C, T e D são visíveis para Concatenação, mas outros traços não o são (traços categoriais), ou se N, V e A atribuem papéis temáticos, mas outros traços não (traços lexicais), ou se C, T e V são organizados em uma hierarquia funcional e P, D e N em outra (diferentes projeções estendidas), ou se apenas os traços NOMINATIVO, ACUSATIVO, DATIVO e GENITIVO satisfazem o Filtro de Caso (traços de caso), ou se os traços PLURAL, PARTICIPANTE e FALANTE são copiados em um processo de concordância (traços ϕ), mas certos outros traços não o são. (ADGER; SVENONIUS, 2010, p.7).

Assim sendo, Carvalho (2012, p.117) pressupõe que qualquer propriedade ou regra que seja aplicada aos membros de um conjunto de traços definirá uma *classe* de traços. Por exemplo, traços como N, V, C e T podem formar a classe de traços CATEGORIA, enquanto traços como NOMINATIVO e GENITIVO podem fazer parte da classe de traços CASO.

Através do que fora apresentado acima e na seção 3.4.3 que aborda os estudos formais sobre a concordância de gênero, pode-se inferir que a noção de traços permeia os trabalhos gerativistas desde sua origem. Entretanto, de forma geral, como aponta Carvalho (2012, p.117), muito pouco se sabe sobre a natureza dos traços ϕ , seja pela falta de interesse sobre a relevância de ϕ para a teoria sintática em geral, seja pela inexistência de uma teoria robusta de traços. De qualquer forma, os traços ϕ são fundamentais para a estipulação de operações básicas na sintaxe. Por exemplo, como já demonstrado também na seção 3.4.3.3 acima, uma operação como *Agree* é construída inteiramente com base na existência de tais traços, sem, entretanto, estabelecer sua natureza ou determinar de forma mais substancial sua composição. De forma geral, segundo Carvalho (2012, p.117), pode-se dizer que a operação *Agree* apaga traços ilegíveis durante o mecanismo de valoração de traços formais de um elemento nominal (*alvo*) através da identidade de traços formais do mesmo tipo de um núcleo funcional (*sonda*). *Agree* é regulada por condições para *match* (combinação), já definidas na seção 3.4.3.3 e repetidas abaixo:

Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain

D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are:

(i) Matching is feature identity [...].

Ainda segundo o mesmo autor, além de *Agree* (correspondência entre traços), há pelo menos mais duas operações básicas: *Concatenar* e *Mover*, cuja função é criar unidades sintáticas. É interessante notar que todas estas operações básicas para sintaxe dependem exclusivamente de traços para serem ativadas. A partir desta constatação, Carvalho (2012, p.118) assume que traços podem ser considerados a substância da sintaxe. Para tal, exemplifica ilustrando que, para um argumento ser movido a uma posição de especificador, é necessário que um traço como EPP (ou simplesmente D) esteja presente e ativo no alvo para que este seja checado pela sonda e, assim, o movimento opere.

Tomando como aparato teórico as noções de traços supracitadas e as presentes em Carvalho (2011)³⁹, que propõe uma análise baseada na subespecificação de traços para gênero, será proposto que apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança, como os encontrados nas comunidades afrodescendentes de Helvécia-BA e Muquém-AL, além do que é visto também no crioulo de Cabo Verde. A seguir, será feita a caracterização dos dados das comunidades de fala supracitadas, comparando com os dados encontrados atualmente no português urbano falado no Brasil.

4.2 OS DADOS

Como já discutido no presente trabalho, entre os diversos aspectos de variação no português do Brasil, talvez a concordância de gênero seja um dos que mais chama a atenção, sendo este um fenômeno que vem sendo frequentemente analisado (LUCCHESI, 2000; KARIM, 2004; AGUILERA; NAVARRO, 2009, entre outros), uma vez que não se trata de algo comum entre as variedades do português, chegando a ser registrado em um nível significativo de variação apenas em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história.

Partindo de pressupostos teóricos embasados em Hudson (1980), Bickerton (1988) e Holm (1988), Lucchesi afirma que:

³⁹ Para detalhamento da proposta, cf. a seção 3.4.2.2.

[...] é natural que os mecanismos sintáticos de concordância de número e gênero, bem como da concordância verbal, se percam nos processos de transmissão linguística irregular, em que as estruturas gramaticais redundantes e de sentido referencial menor ou nulo tendem a se perder, na medida em que a interação verbal fica reduzida praticamente à função comunicativa da língua. (LUCCHESI, 2000, p. 18).

Como já discutido na seção 2 da presente pesquisa, no panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial como fornecedoras de dados do português brasileiro as comunidades afro-brasileiras que até hoje se conservam numa situação de relativo isolamento. Em sua maioria, essas comunidades se originaram em antigos quilombos ou em populações de escravos que receberam doações de terra, com o colapso dos empreendimentos agroexportadores escravagistas. Este é o caso, por exemplo, da comunidade de Helvécia, localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, como ilustrado nos exemplos (1) e (2), retomados em (105) e (106) abaixo⁴⁰, e da comunidade escrava Muquém, situada em Alagoas, mais especificamente em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil, como ilustrado nos exemplos (3) e (4), retomados em (107) e (108) a seguir⁴¹:

(105) E **no radia** falava, né?

(106) [...] opero **no perna** e tudo [...]

(107) **Aquele pessoa** [...]

(108) [...] **a última dia** dos leilões.

Por outro lado, diferentemente do que ocorre nessas comunidades afrodescendentes supracitadas, está o português urbano falado atualmente no país, como ilustrados em (5) e (6), retomados em (109) e (110)⁴² abaixo, um português que, aparentemente, não possui variação na concordância de gênero e que, como apontado na seção 2 desta pesquisa, sofreu um processo de gramaticalização nessa marca, relacionado a um processo particular de aquisição totalmente influenciado por uma ação normatizadora.

(109) [...] uns anos [...]

⁴⁰ Exemplos retirados de Lucchesi (2000)

⁴¹ Dados retirados de Moura (2009)

⁴² Dados retirados de Lopes (2001)

(110) [...] dos outros primos [...]

Por sua vez, no sentido contrário a essa tendência de fortalecimento na concordância do gênero, estão as variedades crioulas do português situadas no continente africano, como o crioulo de Cabo Verde, por exemplo. O intenso processo de transmissão linguística irregular que deu origem a essas línguas afetou sensivelmente a concordância de gênero, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como se pode ver em (7) e (8) acima, retomados em (111) e (112)⁴³:

(111) **Kel libru grandi sta riba de menza.**

O Livro grande está em cima da mesa

(112) **Kel kosa ke bo dam.**

A coisa que você me deu

Dessa forma, no presente trabalho, vai-se propor uma análise baseada na subespecificação de traços para gênero para os exemplos supracitados, afirmando que apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança, como proposto em Carvalho (2011).

4.3 A PROPOSTA DE ANÁLISE

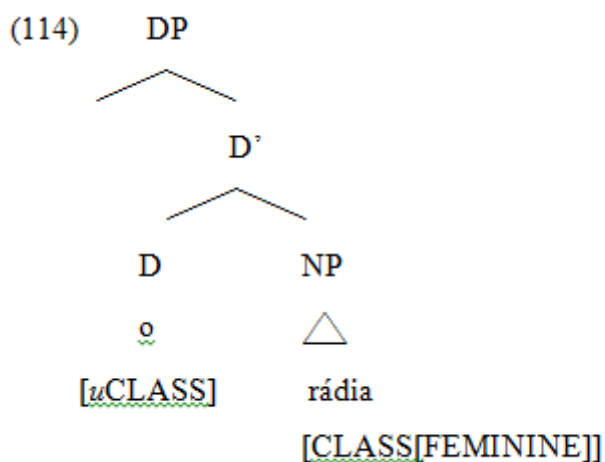
Os dados em (105)-(112) acima citados podem agora ser vistos a partir da noção de subespecificação de traços. Como destacado por Carvalho (2011, p. 93-95), para fins de concordância, é necessário apenas que haja identidade entre o nó raiz das árvores de traços dos elementos que estão em configuração de concordância para que esta seja bem sucedida. Assim, em (105), por exemplo, o núcleo nominal *radia* teria uma configuração [CLASS[FEMININE]] para a categoria *gênero*. Já o determinante *o* apresenta uma configuração em que [FEMININE] é subespecificado, apresentando pelo menos o nó raiz [CLASS] em comum com o núcleo, estabelecendo-se a configuração de concordância de gênero no DP, como ilustrado em (113) abaixo:

(113) *radia*=[CLASS[FEMININE]]

⁴³ Dados retirados de Baptista (2002)

$o=[uCLASS]$

Assim, pode-se assumir a configuração em (114) abaixo para (105) acima, em que o núcleo nominal apresenta uma composição totalmente especificada para gênero, enquanto o determinante apresenta subespecificação para [FEMININE]. Podendo ser mais especificado que a sonda, o alvo carrega os traços interpretáveis, que valorarão os da sonda, não-interpretáveis. Portanto, a configuração do alvo, mesmo mais especificada que a da sonda, favorece as condições para valoração estabelecidas acima. Dessa forma, havendo intersecção entre o nó raiz do alvo e da sonda, a operação *Agree* opera:



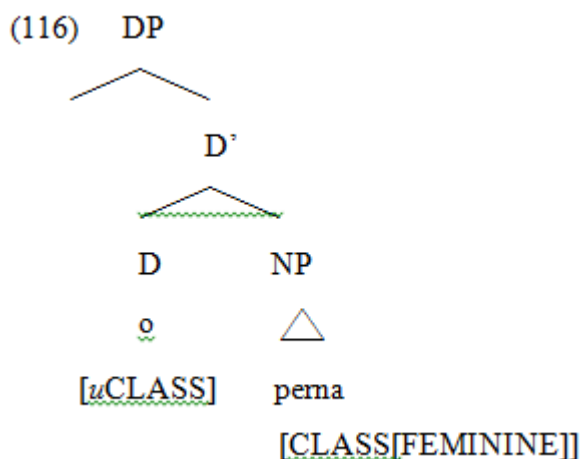
Pode-se pensar o mesmo para o exemplo (106). O núcleo nominal *perna* teria uma configuração [CLASS[FEMININE]] para a categoria *gênero*, enquanto que o determinante *o* apresenta uma configuração em que [FEMININE] é subespecificado, apresentando pelo menos o nó raiz [CLASS] em comum com o núcleo, estabelecendo-se a configuração de concordância de gênero no DP, como ilustrado em (115) abaixo:

(115) $perna=[CLASS[FEMININE]]$

$o=[uCLASS]$

Logo, pode-se assumir a configuração em (116) abaixo para (106) acima, em que o núcleo nominal apresenta uma composição totalmente especificada para gênero, enquanto o determinante apresenta subespecificação para [FEMININE]. Assim como ocorreu com o exemplo (105), o alvo, podendo ser mais especificado que a sonda, carrega os traços interpretáveis, que valorarão os traços não-interpretáveis da sonda. Portanto, a configuração do alvo, mesmo mais especificada que a da sonda, favorece as condições para valoração

estabelecidas acima. Assim, havendo intersecção entre o nó raiz do alvo e da sonda, a operação *Agree* opera, como ilustrado abaixo:

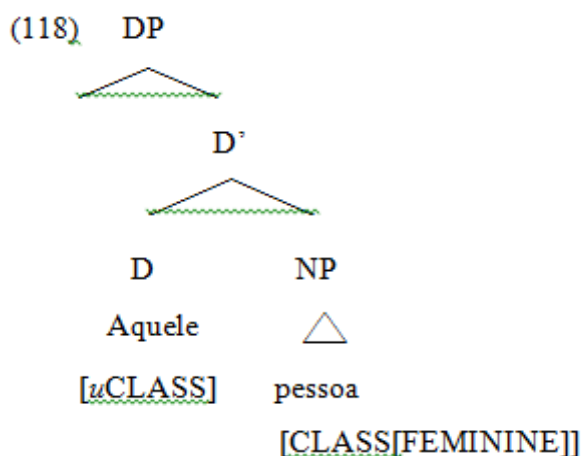


Mesmo apresentando uma frequência de variação muito menor que a presente em Helvécia-BA, como apontado na seção 2.5, os exemplos (107) e (108) da fala da comunidade de Muquém-AL vão poder ser analisados pelo menos esquema montado por Carvalho (2011).

Sendo assim, pode-se assumir as configurações em (117) para o exemplo em (107) acima, em que o núcleo nominal apresenta uma composição totalmente especificada para gênero, enquanto o determinante e o núcleo adjetival apresentam subespecificação para [FEMININE].

- (117) pessoa=[CLASS[FEMININE]]
 Aquele=[uCLASS]

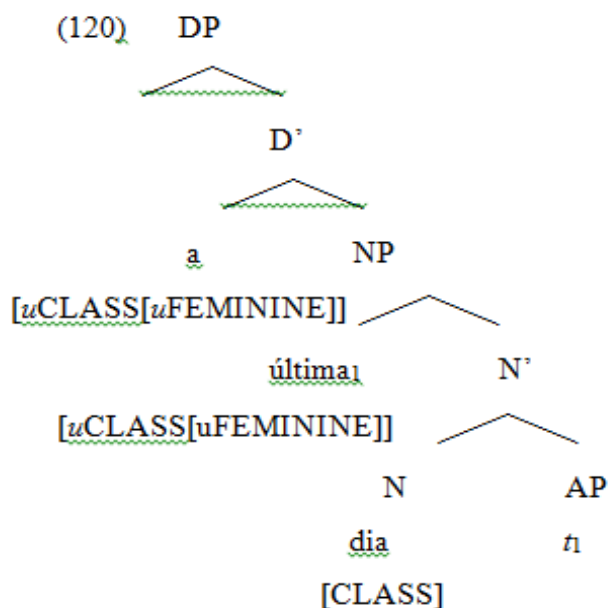
Assim como se viu até agora, o alvo, podendo ser mais especificado que a sonda, carrega os traços interpretáveis, que valorarão os traços não-interpretáveis da sonda. Portanto, a configuração do alvo, mesmo mais especificada que a da sonda, favorece as condições para valoração estabelecidas acima. Assim, havendo intersecção entre o nó raiz do alvo e da sonda, a operação *Agree* opera, como ilustrados em (118) abaixo:



Já no exemplo (108), pode-se perceber uma configuração diferente para os traços, uma vez que tanto o determinante quanto o núcleo adjetival apresentam uma composição totalmente especificada para gênero, enquanto o núcleo nominal apresenta subespecificação para [FEMININE], como ilustrado em (119) abaixo:

- (119) dia=[CLASS]
 a=[CLASS[FEMININE]]
 última=[CLASS[FEMININE]]

Aqui, o mecanismo utilizado para Agree entre o núcleo nominal e os outros elementos visto nos exemplos anteriores não vai se aplicar, uma vez que são as sondas que estão mais especificadas que o alvo. Desta forma, pode-se assumir (120) para (108):

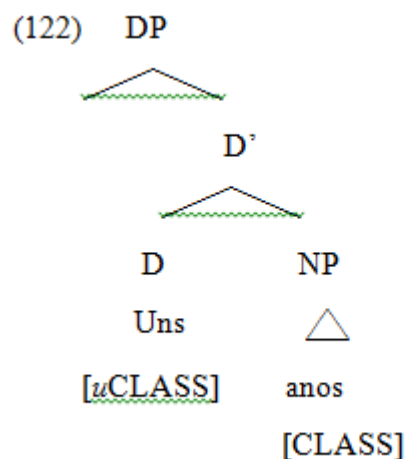


Como é possível perceber, o exemplo (108) não pode se encaixar na proposta de Carvalho (2011), já que, neste caso, *match* será comprometido.

Por outro lado, diferentemente do que ocorre nessas comunidades afrodescendentes supracitadas, tem-se o português urbano falado atualmente no Brasil, como ilustrados em (109) e (110) acima, um português que, aparentemente, não possui variação na concordância de gênero, apresentando marca explícita de gênero em todos os elementos envolvidos na concordância. Em (109), especificamente, há um exemplo com quantificador, contudo o mesmo mecanismo é utilizado para *Agree*, sendo que agora há dois elementos subespecificados para [FEMININE], como ilustrado em (121) abaixo:

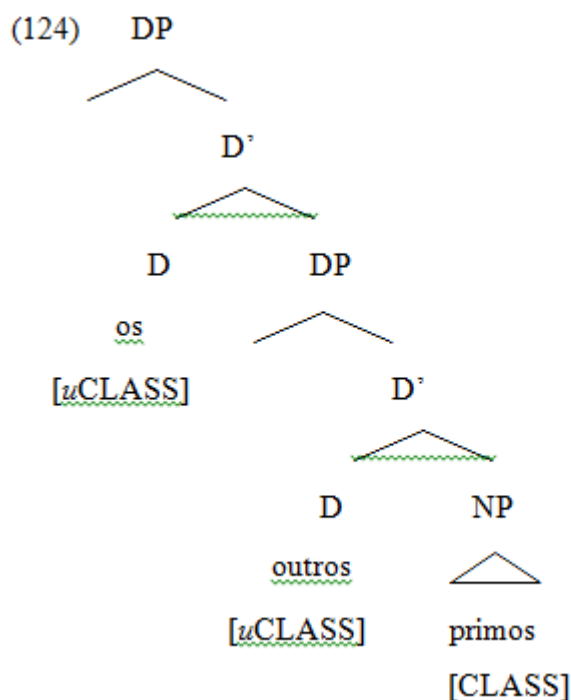
(121) anos=[CLASS]
uns=[uCLASS]

Partindo disso, tem-se o chamado *match-match* na hora da valoração dos traços do alvo e da sonda, como mostrado em (122) a seguir:



A mesma coisa vai acontecer em (110), em que tanto o núcleo nominal quanto os determinantes vão apresentar subespecificação para [FEMININE], como visto em (123) abaixo, acontecendo *match-match* entre os traços dos elementos na derivação, como ilustrado em (124):

(123) primos=[CLASS]
os=[uCLASS]
outros=[uCLASS]



Como dito anteriormente, enquanto pode-se perceber variação de gênero nas comunidades afrodescendentes de Helvécia-BA e Muquém-AL, o mesmo não ocorre significativamente no atual português falado no país. Enquanto as primeiras parecem ainda preservar marcas de uma língua afetada pelo massivo e intenso contato do português com outras línguas, sobretudo com as línguas africanas, no seu processo de formação, o último já caminha para a eliminação dessas variações provavelmente por conta de uma ação normativizadora vigente em nossa sociedade. O curioso é notar que embora historicamente (e socialmente) constituídos de formas distintas, a proposta de análise de Carvalho (2011) se aplicou perfeitamente aos exemplos ilustrados aqui, evidenciando a universalidade de tal proposta.

Tal universalidade fica ainda mais evidente ao se trazer exemplos da língua crioula de base português falada em Cabo Verde. Tal língua vai no sentido contrário a essa tendência de fortalecimento na concordância do gênero vista no atual português falado no nosso país, uma vez que o intenso processo de transmissão linguística irregular que deu origem a essas línguas afetou sensivelmente a concordância de gênero, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como se pode ver em (111) e (112) acima. Nesta língua, não existe marcação explícita de gênero no determinante, já que os falantes utilizam uma marca genérica *kel* tanto para se referir ao masculino quanto para se referir ao feminino, como apontado no estudo de Baptista (2002). Dessa forma,

seguindo a proposta de Carvalho (2011), (111) e (112) assumem as configurações ilustradas abaixo:

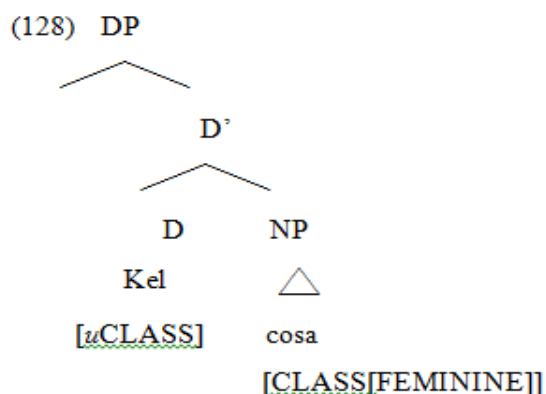
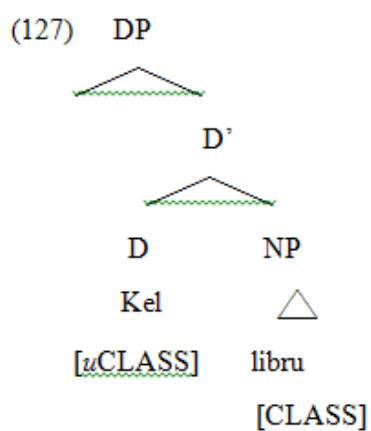
(125) *libru*=[CLASS]

kel=[CLASS]

(126) *cosa*=[CLASS[FEMININE]]

kel=[CLASS]

Enquanto em (111) há tanto o núcleo nominal quanto o determinante subespecificando o traço [FEMININE], em (112) há a mesma configuração vista em (113) e (115) acima, com o núcleo nominal apresentando uma configuração [CLASS[FEMININE]] para a categoria *gênero*, enquanto que o determinante *kel* apresenta uma configuração em que [FEMININE] é subespecificado, apresentando pelo menos o nó raiz [CLASS] em comum com o núcleo, estabelecendo-se a configuração de concordância de gênero no DP, como ilustrado em (127) e (128) abaixo, respectivamente:



Assim, conclue-se que embora aconteça um contínuo na marcação de gênero nessas comunidades supracitadas, em que o crioulo de Cabo Verde apresenta a não marcação explícita de gênero, as comunidades afrodescendentes apresentam variação nessa marca e o PB falado atualmente no país, por sua vez, apresenta marca explícita de gênero, a análise de subespecificação de traços para explicar a concordância proposta por Carvalho (2011) se aplicou a todas as línguas abordadas na presente pesquisa, mostrando uma proposta explicativa muito mais robusta e sólida para explicação de concordância que fuja das convencionais quantificações e comparações sem cunho explicativo e que levem em considerações apenas os aspectos formais da língua. Contudo, encontra-se um exemplo que apresentou problemas para *match*, uma vez que as sondas eram mais especificadas que o alvo, mostrando que a proposta de Carvalho (2011), de alguma forma, precisa ser revista.

Porém, mesmo apresentando esse exemplo destoante, a análise acima mostra que é possível um mecanismo de concordância unificado para os fenômenos que envolvem traços- ϕ . Da mesma forma que para as categorias *pessoa* e *número*, uma análise baseada na subespecificação de traços é possível para *gênero*. Assim, a postulação de apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância tanto em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança quanto para contextos em que a marca de gênero é explícita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o título “Traço e concordância de gênero na constituição da gramática do português”, a presente pesquisa visou descrever e analisar uma possível hierarquia de variação de gênero da língua crioula de base lexical portuguesa falada em Cabo Verde ao português urbano falado atualmente no Brasil, fazendo ainda uma comparação entre a comunidade afrodescendente Muquém, situada em Alagoas, e a comunidade de Helvécia, também formada por afrodescendentes, situada ao extremo sul do estado baiano, a fim de verificar semelhanças e diferenças na marcação de gênero, estabelecendo paralelos entre processos de mudança na morfossintaxe nessas comunidades.

O processo histórico de constituição da realidade linguística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português em função do contato entre línguas. Assim, a simplificação da morfologia flexional observada na fala popular brasileira pode estar relacionada a possíveis processos de crioulição resultantes desse extenso e massivo contato do português com outras línguas, sobretudo com as línguas africanas.

Partindo desse pressuposto, após a introdução, a segunda seção constou do levantamento e caracterização da sócio-história das comunidades afrodescendentes de Muquém-AL e Helvécia-BA, assim como de Cabo Verde e da cidade de Salvador-BA, sendo esta última a primeira capital do Brasil e a cidade com maior contingente negro do país.

Através desse levantamento sócio histórico, foi possível dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, além de se perceber quais as suas consequências, no que tange à marcação de gênero, para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo. Foi possível também, com a realização dessa primeira etapa, estabelecer possíveis semelhanças e diferenças dessa constituição sócio-histórica brasileira com a que ocorreu, no continente africano, com Cabo Verde.

Apesar de algumas divergências e motivações ideológicas distintas quanto à polêmica sobre as origens crioulas do português do Brasil, a leitura de autores como Raimundo (1933), Mendonça (1933), Guy (1891) e Tarallo (1993), por exemplo, tornou possível perceber um fato crucial para a presente pesquisa: durante séculos, o português foi adquirido como língua segunda por milhões de indivíduos adultos, indígenas e africanos, nas condições de aprendizado as mais precárias. Essa variedade de língua segunda (L2) e foi progressivamente se convertendo em modelo para aquisição da língua materna de seus descendentes. A variedade da língua, assim constituída, foi transmitida por sucessivas gerações sem quase

nenhuma interferência institucional normatizadora, já que até meados do século passado, a imensa maioria da população se conservava no mais absoluto analfabetismo, imune à influência dos meios de comunicação da massa.

No panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial como fornecedoras de dados do português brasileiro as comunidades afrodescendentes que, até hoje, conservam-se numa situação de relativo isolamento. O levantamento da sócio-história dessas comunidades, originárias de antigos quilombos ou populações de escravos que receberam doações de terra, pôde trazer mais aparato para se tentar compreender a relação histórica entre o contato entre línguas e a formação do português brasileiro.

Por sua vez, a seção 3 desta dissertação constou no levantamento e caracterização de bibliografia específica referente à questão da marcação de gênero no português brasileiro. Através dessa caracterização, foi possível traçar um panorama geral de como se dá a marcação de gênero em diversas línguas naturais, confeccionando um panorama histórico do comportamento dessa marcação desde o latim até o português popular falado atualmente no nosso país, passando, inclusive, pelo português arcaico. Para se chegar a esse panorama geral sobre gênero, fora elaborado, também, um mapeamento sobre o que é dito a respeito nas gramáticas tradicionais, como em Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001), e no campo da linguística, trazendo à baila discussão de diversas pesquisas que abordaram tal questão, sejam elas de cunho funcionalista, como Lucchesi (2000), Karim (2004) e Navarro (2005), ou formalista, como Corbett (1991), Moura (2006) e Carvalho (2008, 2011). Dessa forma, com esta etapa concluída, foi possível inferir que apesar de existir bibliografia bastante relevante sobre o fenômeno supracitado, tais estudos ainda carecem de explicações que esclareçam o funcionamento da marcação de gênero que levem em consideração apenas os aspectos formais da língua, uma vez que muitos ainda se predem a meras descrições e ilustrações.

Assim, a etapa seguinte da pesquisa consistiu no tratamento e análise dos dados selecionados a partir da proposta traçal de Carvalho (2011), etapa esta que resultou na quarta e última seção da dissertação. Baseado também na análise de Carvalho (2008), na qual é proposta uma estrutura constitutiva dos pronomes no português brasileiro (PB) com base na subespecificação de um conjunto de traços-phi enriquecido, propõe-se que, nos dados em (105)-(112), os elementos que não apresentam concordância morfológica são subespecificados para o traço [FEMININE], o que gera sincretismo de gênero nas línguas das comunidades abordadas no presente trabalho.

A partir dessa proposta de Carvalho (2011), foi possível explicar o funcionamento sintático das estruturas que apresentam tanto variação na concordância de gênero em

comunidades afrodescendentes quanto o português atual falado no Brasil. Foram usados, para análise, dados de uma comunidade afrodescendente, que apresentam severa subespecificação da marca de gênero em seus nominais. Entretanto, o núcleo nominal nestas construções se mantém intacto, o que reforçou a hipótese de que, em um mecanismo de concordância que leve em conta subespecificação, o alvo pode apresentar uma estrutura mais especificada que a sonda, contanto que haja identidade pelo menos do nó raiz. Assumindo, com Carvalho (2008), que a configuração da categoria gênero é dominada por um nó neutro [CLASS] e que elementos nominais com marca de feminino são mais especificados, apresentando a configuração [CLASS[FEMININE]], explicou-se a razão de a variação atingir apenas os elementos que desempenham o papel de sonda no domínio do DP. Contudo, encontra-se um exemplo que apresentou problemas para *match*, uma vez que as sondas eram mais especificadas que o alvo, mostrando que a proposta de Carvalho (2011), de alguma forma, precisa ser revista. Acredita-se que, para explicar tal caso, ter-se-ia que pensar que o *locus* da concordância de gênero, dentro de *Agree*, não estaria em núcleo nominal, como proposto por Carvalho (2011), mas sim no determinante. Contudo, como se tratou de um caso isolado, não pode ser considerado relevante.

Dessa forma, como já dito anteriormente, a análise acima citada mostrou que é possível um mecanismo de concordância unificado para os fenômenos que envolvem traços- ϕ . Da mesma forma que para as categorias *pessoa* e *número*, uma análise baseada na subespecificação de traços é possível para *gênero*. Assim, a postulação de apenas uma operação *Agree* é suficiente para concordância tanto em contextos que apenas superficialmente aparentam dessemelhança, como as comunidades afrodescendentes de Helvécia-BA e Muquém-AL e o crioulo falado em Cabo Verde, quanto para contextos em que a marca de gênero é explícita, como no atual português falado no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. PhD Dissertation – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1987.
- ADGER, D.; SVENONIUS, P. Features in minimalist syntax. In: BOECKX, C. *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingBuzz/000825>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- ADGER, D.; HARBOUR, D.; BEJAR, S. *Phi Theory: Phi-Features across Modules and Interfaces*. New York: Oxford University Press, 2008.
- AGUILERA, V. A.; NAVARRO, A. M. M. Casos de não concordância nominal na linguagem rural paranaense: traços do português arcaico, influência africana ou indígena? In: AGUILERA, V. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: Vozes, Veredas, Voragens*. Londrina: EDUEL, p. 195-222, 2009. v. 3.
- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística: parte 1. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística I: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ALKIMIN, T. M. Fala de escravos brasileiros e portugueses: um esboço de comparação. In: LOBO, T. et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro: Novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, p. 585-594, 2006. v. 4. 2v.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALTAVILA, J. de. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1988.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- ANDERSON, S. Some points of Agreement. Dept. of Linguistics, Yale University. JHU IGERT Workshop, 22 January, 2004.
- ANDRADE, E. *Les Îles du Cap-Vert: De la “Découverte” à l’Indépendance Nationale (1460–1975)*. Paris: L’Harmattan, 1996.
- ANTONINO, V. *A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- ANTONINO, V. *Português Popular de Salvador: uma análise da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BAPTISTA, M. *The Syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- BAXTER, A. The context of language acquisition among slaves of the Colônia Leopoldina. Comunicação apresentada ao *Research Seminar of the Institute of Latin American Studies*, La Trobe University, October 22, 1999.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro, *Papia*, n. 2: p. 59-71, 1993.
- _____. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua

portuguesa no Brasil, *Estudos Linguísticos e Literários*, 19: 65-84, 1997.

_____. Un paso más hacia la definición del pasado crioulo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: Zimmermann, K. (Org.) **Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa**. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 119-141.

BAXTER, A; LUCCHESI, D; GUIMARÃES, M. Gender agreement as a decreolizing feature of the Afro-Brazilian rural dialect of Helvécia. *Journal of Pidgin and Creole Language*, 12(1): 1-57, 1997.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BEJAR, S. *Phi-syntax: a theory of agreement*. 2003. Ph.D. dissertation. University of Toronto, Canadá.

BICKERTON, D. *Creole Languages and the Bioprogram*. In: NEWMAYER, F. (Org.). *Linguistics: The Cambridge survey*. V. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BISMARCK LOPES, I. C. *A concordância nominal de número no falar dos moradores da comunidade Muquém – AL: uma abordagem sociolinguística*. Maceió, 2011. 36f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras – Português) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1938.

BRASIO, A. Descobrimento, povoamento, evangelização do arquipélago de Cabo Verde. *Studia*, n. 10, p. 49-97, 1962.

CALLOU, D. Um estudo em tempo real em um dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am maim: TFM, 1998. p.255-272.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: a case study of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK (Ed.). *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999.

CARENO, M. F. do. *A linguagem rural do Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

CARREIRA, A. *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata, 1460-1878*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1972.

CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

_____. *Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso*. *Papia* n. 21, v. 1, p. 83-98, 2011.

_____. Traços. In: FERRARI-NETO, J; SILVA, C.R.T (Org.). *Minimalismo em foco: princípios e debates*. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

CASTILHO, A. T. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1998.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- _____. *Minimalism Inquiries: the Framework*. MITWPL 15. Cambridge, MA.: Mitwpl, 1998.
- _____. Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics 18*. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.
- _____. Beyond explanatory adequacy. MITOPL 20. Cambridge, Mass.:MITWPL, 2001.
- CORBETT, G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. Agreement: Terms and Boundaries. In: GRIFFIN, W.E. (Ed.). *The Role of Agreement in Natural Language: TLS 5 Proceedings*. Texas Linguistic Forum, n. 53, 2003. p.109-122.
- CUNHA, A. S. de A. Presença e contribuição das línguas negro-africanas na constituição do português do Brasil: a alegada origem crioula e a variedade popular da língua falada nas terras de preto. *Anais da Abanne*, São Luís, Maranhão, 2003.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DECHAINED, R-M. & WITSCHKO, M. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry*, v.33, n.3, p. 409-442, 2002.
- DEGRAFF, M. (ed.) *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- DETONI, R. *A realização morfológica do gênero no dialeto da baixada cuiabana*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- FERNANDES, C. S. *Muquem: uma comunidade visível? Kulé Kulé*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. et al. (Org.) *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, p. 21-32, 1984.
- FRAMPTON, J. & GUTMANN, S. *Agreement is Feature Sharing*. Ms, 2000.
- FREITAS, D. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió, EDUFAL, 2004.
- FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Org.). *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português brasileiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- GOMES, F. *Palmares: escravidão e liberdade no atlântico sul*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GORENDER, J. *O Escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992.
- GUY, G. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. PhD Dissertation – University of Pennsylvania; Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.
- HARLEY, H; RITTER, E. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* 78, 2002. p. 482-526.

- HOLM, J. *Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- HUDSON, R.A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- ILARI, R. *Linguística Românica*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- KARIM, J. M. *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP.
- KEHIDI, V. *Morfemas do português*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- KIHM, A. *Kriyol Syntax: The Portuguese-based Creole Language of Guinea-Bissau*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- LOBATO, L. *A concordância nominal no português do Brasil à da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística Variacionista*. D.E.L.T.A., 10 – especial: 173-212, 1994.
- LOBO, T. *Imigrantes portugueses na Bahia no século XIX: manutenção ou reestruturação de gramática? GELNE*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- LOPES, N. S. *Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.272-284
- _____. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolinguística do Brasil. In: RONCARATI, C., VOTRE, S. (org.). *Ensaio em homenagem a Anthony Naro*. Rio de Janeiro: PAPERJ, 2008.
- _____. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MAGALHAES, T.M.V. A valoração dos traços de concordância dentro do DP. *D.E.L.T.A.*, v. 20, n. 1, 2004. p. 149-170.
- MARROQUIM, M. *A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1934.
- MARTIN, J.W. Gênero? *Revista brasileira de linguística*. Petrópolis: Vozes, nº 2, 1975. p.3-8.
- MARTINUS, E.F. *The kiss of a slave: Papiamentu's West-African connections*. 1996. Ph.D. Dissertation, University of Amsterdam, Amsterdam.
- MATTOS E SILVA, R.V. *O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- _____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPQ, 1988.
- _____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MOURA, D. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas. *Leitura: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (UFAL)*. Maceió: Edufal, 2006. v. 33, p. 87-110.
- _____. *Casos de concordância no Português Brasileiro*. Conferencia proferida no VII Seminário do Projeto “Para a Historia do Português Brasileiro - PHPB”, Universidade de Londrina, Paraná, 2007a.
- _____. A Predicação Copulativa em Português Brasileiro e em Espanhol. *Revista do GELNE*, v. 2, p. 67-76, 2007b.
- _____. *Resquícios de Palmares: o que a comunidade quilombola nos diz*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- NARO, A; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. especial, 1993.
- NARO, A. J. A study on the origins of pidginization. *Language* 54. 1978. p. 314-347.
- NASCENTES, E. *O Linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- NAVARRO, A. M. M. *A Variação na concordância de gênero na variedade linguística do Paraná tradicional rural*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
- OLIVEIRA, F. De. *A Gramática da linguagem portuguesa: Introdução, leitura actualizada e notas de M. L. Buesco*. Lisboa: IN-CM, 1975.
- PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguistic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PESSOA DE CASTRO, Y. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salvador (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- PETTER, M. A Linguagem do Cafundó: crioulo ou anticrioulo? In: ZIMMERMANN, K. (Ed.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am main: Vervuet, 1999.
- PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Org.). *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 1995.
- RIBEIRO, I. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa*. Comunicação apresentada no congresso da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010.
- RITTER, E. Where’s Gender? *Linguistic Inquiry*. The MIT Press, v.24, nº4, p.795-803, 1993.

- _____. On the syntactic category of pronouns and agreement. *Natural Language and Linguistic Theor.* Kluwer Academic Publisher, 13, p.405-443, 1995.
- ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1974.
- ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.
- ROUGÉ, J.-L. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. *Revista de Estudos Guineenses*, n. 2, 1986. p. 28-49.
- SALGADO, S.S. *A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala da comunidade quilombola de Muquém AL: estudo sócio-histórico linguístico*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- SANDMAN, A. J. Morfologia lexical x morfologia flexional. In: _____. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, D. N. *O uso da variante /e/ no final das palavras monossilábicas Deus e mais por falantes da comunidade Muquém*. 36f. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- SCHERRE, M. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.12, 1994. p. 37-49.
- SOUZA, A. C. S. de. A Variação da Concordância de Gênero entre o Sujeito e o Predicativo na Linguagem do Cafundó. *Estudos Linguísticos XLVI*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, v. 28, 1999. p.208-214.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a. p. 69-106.
- _____. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I; KATO, M. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b. p. 35-68.
- _____. *A pesquisa Sócio-Linguística*. 4ª. Edição. Ática. 1994.
- TEYSSIER, P. *La Langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksieck, 1959.
- VEADO, R. M. A. *Comportamento linguístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1982.
- VIANA FILHO, L. *O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZIMMERMANN, K. O português não-padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós-crioula. In: ZIMMERMANN, K. (org.) *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 441-476.